MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 175.2022.DCCON.0784082.2022.005064

Manaus, 16 de março de 2022.

Aos Srs.

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Gestor do Contrato Administrativo nº 018/2017 - MP/PGJ

THEO FERREIRA PARÁ
Fiscal do Contrato Administrativo nº 018/2017 - MP/PGJ

Assunto: Aviso de Expiração do Contrato Administrativo nº 018/2017 - MP/PGJ

Prezados,

Considerando a Portaria n.º 1583/2017/SUBADM (0784097);

Considerando o disposto no Ato n.º 112/2012 – PGJ, o qual determina que a instrução dos processos administrativos, quando não definida em lei, deverá ser realizada e encerrada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias; e,

Considerando o Contrato Administrativo nº 018/2017 - MP/PGJ (0784102)**, firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a empresa 4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda,** cujo objeto é o fornecimento de licenças do software LANDESK Management and Security Suite, incluindo suporte técnico, garantia, atualizações e capacitação oficial do fabricante; e

Considerando que o referido contrato **tem vigência até 12.09.2022**, não podendo mais ser prorrogado, solicito a tomada de providências cabíveis, caso seja necessária a continuação da prestação dos serviços contratados.

Outrossim, informo que tal manifestação deve ser dirigida à **Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, acompanhada do Termo de Referência/Projeto Básico, com as devidas justificativas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 16/03/2022, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0784082** e o código CRC **673708DC**.

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA**, objetivando a atualização de licenças de softwares.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exma. Sra. **Leda Mara Nascimento Albuquerque**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do documento de identidade n.º 638133 – SESEG, e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 239.809.582-72, e a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ (MF) n.º 21.425.192/0001-58, doravante denominada **CONTRATADA**, localizada na Rua Borges de Figueiredo, n.º 303, 4º andar, Mooca, 03110-010, São Paulo/SP, neste ato representada pelo Sr. **Alexandre Oliveira da Silva**, portador do documento de identidade n.º 34608850 SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 284.340.178-06, tendo em vista o que consta do Processo n.º 2017.004745, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do Pregão Eletrônico nº 4.017/2017-CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste no fornecimento de licenças do software **LANDESK Management and Security Suite**, incluindo suporte técnico, garantia e atualizações, bem como a realização de capacitação oficial do fabricante para os técnicos administradores do referido software, visando atender as necessidades da

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 3

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, nos termos do Pregão Eletrônico nº 4.017/2017-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto deste contrato compreende a renovação da licença de uso dos softwares **LANDESK**, bem como a realização de capacitação oficial do fabricante para os técnicos administradores deste software, para atender as necessidades da **CONTRATANTE,** conforme descrição abaixo:

1. Descrição das licenças do software **LANDESK**:

1.1 As licenças do *software* LANDesk, foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION, nos exercícios desde 2009.

1.2 A manutenção do *software* LANDesk Management and Security Suite compreende o direito de obter, através de *download* via *internet*, as atualizações de versões, *releases* ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do *software*, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

1.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte manutenção de *software* e atualizações por todo período contratado, do *software* LANDesk de propriedade da **CONTRATANTE**, para uma quantidade de 1.000 (mil) licenças, dos módulos que integram o produto, conforme os *Part Numbers* abaixo descritos:

i. LANDesk *Security Suite* (subscription, renovação), PARTNUMBER = LDSS-S;
ii. LANDesk Antivírus *Manager* (subscription, renovação), PARTNUMBER = LDAV-S;
iii. LANDesk *Management Suite* (Manutenção), PARTNUMBER = LDMSPMA-M.

1.4 As licenças de uso do software LANDesk atualmente instalados expiram em 19.09.2017.

1.5 A modalidade de licenciamento do *software* é baseada no modelo de licença de assinatura anual, e deverá ter validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir de **20.09.2017**.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 4

1.6 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas **deverão ser sempre as mais recentes**, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

2. Do suporte técnico:

2.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

2.2 Contemplam os serviços de SUPORTE TÉCNICO REMOTO as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo *software* ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do *software*.

2.3 Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo fabricante.

2.4 O SUPORTE TÉCNICO REMOTO deverá ser realizado por telefone, email, abertura de chamados *on-line* e acesso remoto, preferencialmente em horário comercial das 8h às 14h, em língua portuguesa do Brasil.

2.5 As mensagens enviadas sábados, domingos e feriados serão analisadas no primeiro dia útil subsequente.

2.6 Deverá ser disponibilizado um serviço de *service desk* para abertura, controle e acompanhamento dos chamados.

2.7 Quando da abertura do CHAMADO TÉCNICO a FISCALIZAÇÃO será informada do NUMERO DO CHAMADO (número sequencial único) que identificará toda a evolução do chamado até seu encerramento.

2.8 Não poderá existir qualquer tipo de limitação de horas para a prestação do suporte técnico, durante a vigência desta contratação.

2.9 A **CONTRATADA** deverá refazer e/ou corrigir, em até 48 (quarenta e oito) horas após registrada a ordem de serviço e sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, erros sistêmicos e outros que eventualmente possam surgir após a instalação dos *softwares*.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 5

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

3 Da capacitação técnica:

3.1 A capacitação técnica deverá, obrigatoriamente, ser oficial do fabricante do software LANDesk, com apresentação de documentação comprobatória expedida pelo fabricante.

3.2 A capacitação deverá abordar todos os aspectos do software, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;
b) Administração com base em funções;
c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;
d) Visão geral da administração com base em funções;
e) Configuração e distribuição de agentes LANDesk;
f) Distribuição de softwares;
g) Provisionamento de SO;
h) Gerenciamento de energia;
i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;
j) Monitoramento de licenças de software;
k) Relatórios e consultas;
l) Console Web;
m) Acesso remoto;
n) Visualização e configuração dos dados de inventário;
o) Utilização do Software License Monitoring;
p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;
q) Relatórios Ad Hoc.

2.4.3 O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 4 (quatro) técnicos a serem indicados pela CONTRATANTE.

2.4.4 Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da CONTRATANTE.

2.4.5 A capacitação deverá ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, de forma presencial e totalmente na cidade de Manaus/AM, à custa da CONTRATADA, em dependências adequadas ao conteúdo, podendo, caso a CONTRATADA julgue apropriado, com anuência da CONTRATANTE, utilizar as dependências da própria CONTRATANTE.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 6

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 4.017/2017-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 10.520/2002;
b) Nos termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de 04 de agosto de 2017, simultaneamente:
   - constem no Processo n.º 2017.004745;
   - não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 4.017/2017-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

a) Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela.
b) Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações da Lei n.º 8.666/93.
c) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
d) **Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.**
e) Registrar os *softwares* no fabricante.
f) Realizar os chamados do suporte técnico.
g) Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços e seu acompanhamento.
h) Atestar, em conjunto com a Comissão de Recebimento Definitivo, quando couber, o faturamento dos produtos entregues e serviços

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 7

executados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.

i) Encaminhar à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após conclusão dos serviços, cópia do Termo de Recebimento Definitivo e informar a data de registro dos produtos.

j) Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.

k) Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos, executado em desacordo com o contrato.

l) Verificar, quando da liquidação e entrega do documento fiscal, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

m) Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

n) Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.

o) Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.

p) Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.

q) Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

r) Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 8

nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

As licenças (última versão), objeto deste contrato, deverão estar disponíveis para uso, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos (Proposta 04.08.2017)**, contados da data de recebimento, pela **CONTRATADA**, da Autorização de Fornecimento de Materiais.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** será responsável pela entrega do produto na sede da **CONTRATANTE**, e ocorrerá em dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995 – Nova Esperança (Ponta Negra) CEP 69037- 473 – Manaus/AM.

Parágrafo segundo. A entrega dos produtos deverá ser disponibilizada via download e comunicada à DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC) da **CONTRATANTE**, através do endereço de email: informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na **CONTRATANTE**, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. No ato da entrega, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das condições estabelecidas neste contrato, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da **CONTRATADA**:

I. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidades definidos em sua proposta comercial e as condições do edital e seus anexos.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 9

II. Permitir que as licenças sejam reinstaladas em outras máquinas que, porventura, substituam os computadores atuais por pane ou obsolescência.
III. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação).
IV. Observar os prazos estabelecidos neste contrato.
V. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do edital, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
VI. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, bem como prestar os esclarecimentos julgados necessários.
VII. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste termo.
VIII. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
IX. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.
X. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra, necessários à completa realização dos serviços e fornecimento dos produtos.
XI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 10

- A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

XII. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII. Entregar à **CONTRATANTE** os respectivos **documentos fiscais dos produtos e/ou serviços**, emitidos em conformidade com legislação aplicável, especialmente no que se refere aos documentos fiscais emitidos por meio eletrônico, os quais deverão ser atestados pela **FISCALIZAÇÃO.**

XIV. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.

XV. Fazer constar nos documentos fiscais a descrição dos produtos/serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.

XVI. Comunicar imediatamente qualquer alteração que sofra em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefones, fax e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo primeiro. Qualquer comunicação da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do seu recebimento, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação seja descumprida.

Parágrafo segundo. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE.**

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 11

Parágrafo terceiro. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total do objeto, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

I. Realizar a instalação das licenças de *softwares* nos servidores, através da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC.

II. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.

III. Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento, formada por servidores especialmente designados, conforme o seguinte:

   a. GESTÃO: realizada pelo Diretor da DTIC, ou por servidor por este designado;

   b. FISCALIZAÇÃO e RECEBIMENTO: realizados por servidores da área de Tecnologia da Informação e do Setor de Patrimônio e Material.

IV. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

V. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos *softwares* fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.

VI. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste contrato.

VII. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ 186.580,00 (cento e oitenta e seis mil e quinhentos e oitenta reais)**, discriminado de acordo com o quadro abaixo:

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 12

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO (RENOVAÇÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	1000	LANDesk *Security Suite* (subscription - renovação)	R$ 61,75	R$ 61.750,00
1.2	1000	LANDesk Antivírus *Manager* (subscription - renovação)	R$ 47,54	R$ 47.540,00
1.3	1000	LANDesk *Management Suite* (Manutenção)	R$ 49,39	R$ 49.390,00
1.4	4	Capacitação Oficial IVANTI (LANDESK)	R$ 6.975,00	R$ 27.900,00
VALOR TOTAL			**R$ 186.580,00**	

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 04.08.2017, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado após entrega dos produtos e/ou serviços e apresentação do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo desta Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** fica ciente que o pagamento dos produtos será efetuado somente após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, pela **FISCALIZAÇÃO** e/ou **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 13

geram direito à compensação financeira: a) os serviços/produtos não abrangidos pelo objeto contratual; b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo sexto. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA** caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷365 = 0,00016438
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 14

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.091.3234.2536.0001 – Aparelhamento das Unidades Administrativas e Operacionais; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 44903901 – Software, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 31/08/2016, a Nota de Empenho n.º **2017NE01030**, no valor global de **R$ 186.580,00 (cento e oitenta e seis mil e quinhentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços propostos não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma estabelecida na Lei n.º 10.192/2001, no Decreto n.º 2.271/97 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93, e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, e ocorrerá da seguinte forma:

I. **Provisoriamente:** **no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos**, a contar da efetiva entrega do objeto, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 15

verificação da conformidade do objeto com as condições e especificações contidas neste contrato e na proposta;

II. **Definitivamente:** **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, previstas neste contrato e na proposta apresentada, cabendo à **CONTRATADA** o dever de substituir os itens, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, que não estiverem de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de FISCALIZAÇÃO e GESTÃO expedirá **Termo de Recebimento Provisório** que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** submeterá os produtos recebidos a testes de aceitação, de todos os componentes disponíveis, através de procedimentos próprios, findo o qual será elaborado relatório técnico com a análise dos resultados.

Parágrafo terceiro. Os testes de aceitação serão desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos a seguir:

1. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e a conferência do produto entregue.
2. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.
3. Testes de ativação: operacionalização do produto, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Parágrafo quarto. No processo de recebimento realizar-se-á a verificação detalhada do cumprimento de todas as obrigações da **CONTRATADA**, bem como a conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento contratual.

Parágrafo quinto. Cumpridos os requisitos editalícios e contratuais e, por conseguinte, sendo constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de FISCALIZAÇÃO e GESTÃO expedirá o **Termo de Recebimento Definitivo**, que será assinado pela referida equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 16

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

Parágrafo sexto. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a FISCALIZAÇÃO fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

a) A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.
b) A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste contrato.

Parágrafo oitavo. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Parágrafo nono. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido está em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

Parágrafo décimo. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área de Tecnologia de Informação da **CONTRATANTE**, emita o **Termo de Recebimento Definitivo** e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste termo, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, correspondendo à importância de **R$ 9.329,00 (nove mil e trezentos e vinte e nove reais).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 17

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. prejuízos e danos causados à Administração durante a execução do contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**;

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial e mediante autorização específica da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A garantia deverá ter prazo superior a validade do contrato em pelo menos 3 (três) meses. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da referida garantia.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA.**

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir da qual se observará o disposto nesta cláusula.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 18

Parágrafo nono. Será considerada extinta a garantia quando do término da vigência do contrato, e consequentemente a realização da devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público - DOMPE/AM.

Parágrafo segundo. O término da vigência contratual não prejudicará as obrigações da **CONTRATADA** em relação aos serviços e atualização devidos aos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87, da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. Advertência;
II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital;
III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 19

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

I. 2% (dois por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à instalação, configuração, atualizações, melhorias e integrações, limitado a 5 (cinco) dias. O atraso superior a 5 (cinco) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;
II. 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato, quando, na ocasião do pagamento, for constatado que a **CONTRATADA** não está mantendo a regularidade fiscal e trabalhista, por não apresentar, desta forma, as respectivas certidões de regularidade, ou por apresentar certidões com prazo de vigência expirado;
III. 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não providenciar o devido cadastramento no Sistema de Administração

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 20

Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.

IV. 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por dia de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes a falhas ou problemas do *software*, ainda que este continue disponível, limitado a 3 (três) dias. O atraso superior a 3 (três) dias será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

V. 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor global contratado, por hora ou fração de hora de atraso, nos casos de descumprimento do tempo máximo de atendimento previsto para chamados referentes à indisponibilidade do sistema, limitado a 48 (quarenta e oito) horas. O atraso superior a 48 (quarenta e oito) horas será considerado como descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para o caso;

VI. 5% (cinco por cento) no caso de reincidência na penalidade de advertência. Na hipótese de reincidência por 3 (três) vezes na penalidade de advertência será considerado descumprimento total da obrigação, punível com sanções previstas para o caso;

VII. 10% (dez por cento) sobre o valor global contratado no caso de, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas;

VIII. 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado nos casos de descumprimento total da obrigação;

IX. 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratado na hipótese de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA,** ou da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 21

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

Parágrafo terceiro. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e aceito pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes consequências:

I. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
II. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 22

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas será providenciada pela **CONTRATANTE**, sob forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/93 e/ou do ATO PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

a) Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade pregão;
b) Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
c) Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
d) Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
e) Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente contrato.

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 23

PROCESSO N.º 2017.004745

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2017 - MP/PGJ

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que os sócios da empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMAQUINTA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Manaus (Am.), 12 de setembro de 2017.

CONTRATANTE:

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

CONTRATADA:

ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA
Representante Legal da 4DEAL Solutions Tecnologia em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: CARLOS KATSUMI HAMATSU
RG: 1649196-4
CPF: 067.059.066-09

2. _____
Nome: **Kátia Renata da Silva**
RG: **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**
CPF: **Matrícula: 575-4B**

Anexo Contrato Administrativo n° 018-2017 (0784102) SEI 2022.005064 / pg. 24



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA Nº 1583/2017/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 358.2017.DCCON.0129102.2017.004745,

RESOLVE:

I – DESIGNAR os servidores desta Procuradoria-Geral de Justiça os senhores **CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA**, Agente de Apoio – Técnico em Telecomunicações, e **THEO FERREIRA PARÁ**, Agente de Apoio – Manutenção/Informática, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato Administrativo n.º 018/2017-MP/PGJ, firmado entre este Ministério Público e a empresa 4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda., cujo objeto é o fornecimento de licenças do software LANDESK Management and Security Suite, incluindo suporte técnico, garantia, atualizações e capacitação oficial do fabricante, por prazo de 12 (doze) meses, para atender à Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas – PGJ/AM e suas unidades jurisdicionadas.

I I – No impedimento e/ou afastamento do gerenciador/fiscal titular, ficam designados como substitutos do referido Contrato, a servidora **WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA**, Agente Técnico – Analista de Banco de Dados, bem como o servidor **LUIZ CARLOS FERRARO RUBIM JÚNIOR**, Agente de Apoio – Manutenção em Informática.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 03 de outubro 2017.

Anexo Portaria 1583 (0784097) SEI 2022.005064 / pg. 25

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Leda Mara Nascimento Albuquerque**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 04/10/2017, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0134188** e o código CRC **3016BAF0**.

2017.004745 0134188v3

Anexo Portaria 1583 (0784097) SEI 2022.005064 / pg. 26

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 37.2022.DTIC.0809760.2022.005064

A Sua Excelência o Senhor

Doutor **GEBER MAFRA ROCHA**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Apresentar termo de referência para renovação e expansão de licenças para solução de gestão de EndPoint e Anti-Virus integrado (IVANTI)

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência, oportunidade em que **submeto** à aprovação, o Termo de Referência Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, que trata da contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de renovação e expansão da solução de gestão de EndPoint e Anti-Virus integrado **Ivanti Endpoint Manager**, com garantia e assistência técnica, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantitativos e prazos contidos no termo.

Ressalto que a aplicação **Ivanti Endpoint Manager** trata-se de ferramenta essencial e imprescindível para a manutenção da operacionalidade e perfeito funcionamento das estações de trabalho de todo o *Parquet*, para garantir maior celeridade aos procedimentos de suporte aos usuários através do atendimento por controle remoto. A solução contempla de forma integrada o anti-virus utilizado nos computadores institucionais, módulo de atualização de patch do windows 10, permite o inventário tecnológico de software e hardware, entre outras funções.

As licenças de uso do software Ivanti Endpoint Manager, atualmente instalados na PGJ, expiram em 19.09.2022. Assim, considerando a vulnerabilidade a que a rede corporativa fica sujeita caso a nova contratação não seja formalizada antes de tal data, solicito tratamento especial que o processo requer.

Ante o exposto, solicito vossa aprovação do sobredito termo de referência. Caso seja aprovado, os autos devem ser encaminhados ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS**, para realização da pesquisa de mercado.

Respeitosamente,

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 25/05/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0809760** e o código CRC **57ADC525**.

2022.005064 v6

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** atualmente tem seu parque de informática padronizado com a aplicações de Desktop e Antivírus Integrado **IVANTI EndPoint Manager, Ivanti *Secutity Suite e Ivanti Antivirus Manager* (*Bitdefender)***, atualmente denominado de solução **Ivanti Endpoint Manager**, conforme Processo SEI 2017.004745 e Contrato Administrativo nº 018/2017-MP/PGJ. Com intuito de manter a padronização, opta-se pela aquisição do upgrade das licenças, renovação da manutenção/garantia e aquisição de novas licenças para futura expansão

2.2 A solução **Ivanti Endpoint Manager** permite aos profissionais da área de suporte de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de ativos, controlar de forma pró-ativa os computadores, servidores e demais dispositivos, e realizar o acesso e suporte remoto em um único console. Trata-se de uma solução de gerenciamento completa, integrada e intuitiva.

2.3 Dentre suas principais funcionalidades estão:

a) Inventário de Hardware e Software;

b) Monitoramento de licenças de Software;

c) Distribuição de software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada;

d) Controle remoto e resolução de problemas;

e) Provisionamento de S.O, com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores;

f) Migração de Sistemas incluindo perfis de usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc,);

g) Gerenciamento de Energia (TI Verde);

h) Relatórios gerenciais e operacionais completos incluindo espaços de trabalho baseado em funções;

i) Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos e integráveis com AD;

j) Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para gerenciamento de dispositivos;

k) Suporte Windows 10;

l) Distribuição de Software – alterações na distribuição de pacotes.

2.4 Desde sua aquisição o software em questão obteve diversas atualizações, com adição de novas tecnologias e funcionalidades, bem como mudanças de funcionamento, realizadas pela fabricante, tornando o conhecimento dos técnicos que utilizam e administram esta ferramenta obsoleto, necessitando, para a melhor utilização e, por conseguinte, melhor operacionalidade das plataformas desta PGJ, de atualização através de capacitação.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 Os bens e serviços objeto deste processo de compra devem ser fornecidos por empresa especializada, selecionada sob o **regime de menor preço global**, em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCEÇAS DO ATUAL CONTRATO

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS	Licença de uso	1.000

	PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

3.2 CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

3.2.2 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

3.2.3 O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução será fornecido pelo MPAM.

3.2.4 O **MPAM** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

3.2.5 A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

3.2.6 O **MPAM** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

3.2.7 Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados do **MPAM** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

3.2.8 Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para o **MPAM**.

3.2.9 Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pelo **MPAM**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

3.3 RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

3.3.1 As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

3.3.2 A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

3.3.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

3.3.4 As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

3.3.5 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

3.3.5.1 O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

3.3.6 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3.4 IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.4.1 Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.4.2 Principais funcionalidades:

a. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP
b. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX
c. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software
d. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada
e. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria)
f. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores
g. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.)
h. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT)
i. Gerenciamento de Dispositivos Modernos
j. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios
k. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos
l. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos

3.5 IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

3.5.1 **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

3.5.2 Principais funcionalidades:

a. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia)
b. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus
c. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores
d. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus
e. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo
f. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final
g. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware
h. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real
i. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus

específicos

j. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados
k. Configure alertas antivírus
l. Gerar relatórios antivírus

3.6 IVANTY SECURITY SUITE

3.6.1 O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

3.6.2 Principais funcionalidades:

a. Listas de conteúdo de segurança
b. Propriedades da definição (e regra de detecção)
c. Resultados da análise de Patch e conformidade
d. Atividades do antivírus e informações de status
e. Relatórios: Patch e conformidade
f. Atualizações da Ivanti
g. Atualizações de drivers
h. Atualizações de software
i. Download de definições e de arquivos de patch
j. Análises de segurança
k. Análises de conformidade
l. Implementação e instalação do Patch
m. Reparo automático
n. Alerta ao local (controle de conexão de rede)
o. Controle de aplicativo
p. Ivanti Firewall
q. Controle de Dispositivo
r. Listas de arquivos confiáveis

3.7 IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

3.7.1 **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

3.7.2 Principais funcionalidades:

a. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando
    i. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.
    ii. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.
b. Visualização do dispositivo, com ações:
    i. Executar Script
    ii. Detectar interrupção
    iii. Reiniciar
    iv. Status do patch
    v. Processo
    vi. Serviços
    vii. Controle remoto

3.8 IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

3.8.1 O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

3.8.2 Principais funcionalidades:

a. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede
b. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos
c. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede
d. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede
e. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede
f. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede

3.9 CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

3.9.1 A pedido da **FISCALIZAÇÃO** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

3.9.2 Acapacitação deverá ser ministrado em lingua portuguesa, assim como a CONTRADATA deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

3.9.3 Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

3.9.4 A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

3.9.4.1 Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede d o **MPAM**, e o **MPAM** fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

3.9.4.2 O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

3.9.4.3 Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

3.9.5 A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.2 A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da PGJ, a qual ocorrerá **em dias úteis, no horário das 8h às 14h**, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

4.3 A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

4.4 A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **DTIC**.

4.5 No ato, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas.

4.6 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento do objeto deste Termo será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo.

5.2 O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4 e 5** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.2.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.2.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.2.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.2.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

i. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

ii. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

iii. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

5.2.2.2 Cumpridos os requisitos contratuais e editalícios do objeto e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3 O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 6** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.3.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação do inicio via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.3.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3.1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

5.3.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.4 Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

5.5 O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

5.6 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, em qualquer etapa do recebimento, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar em seu relatório técnico as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

5.7 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.8 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.9 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

5.10 O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

6. SUPORTE TÉCNICO

6.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

6.1.1 Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

6.2 Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

6.3 Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365);

6.3.1 Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;

6.3.2 O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;

6.3.3 O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;

6.3.4 Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

6.4 Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

6.5 Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato;

6.6 Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

7.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os bens e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, bens e serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

7.2 Declaração ou carta do fabricante atestando que a empresa licitante está apta a prestar serviços **IVANTI**.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das condições já previstas, especificadas nos itens que cuidam da entrega do objeto, constituem, igualmente, obrigações da futura **CONTRATADA**:

8.1 Permitir que o objeto contratado seja reinstalado em outros computadores que, porventura, substituam os atuais devido a pane ou obsolescência.

8.2 Manter garantia contra bugs (falhas de programação).

8.3 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

8.4 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes neste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

8.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

8.5.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

8.6 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.7 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

8.7.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8.8 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

8.9 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

8.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.10.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

8.11 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

8.12 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça – **PGJ-AM**:

9.1 Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo através da **FISCALIZAÇÃO**.

9.2 Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento formada por servidores especialmente designados.

9.3 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

9.4 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

9.5 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.

9.6 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias no objeto fornecido, exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no futuro contrato.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo e no futuro contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a observar as condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

10.2 A **LICITANTE VENCEDORA** que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, , podendo ser descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As sanções serão aplicadas pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

10.4 Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, **sem justificativa aceita pela Administração**:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

10.4.1 Para os fins da subcondição da alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos

arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

10.5 **A falta de regularização da documentação** no prazo previsto sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.7 **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido,** o **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I. **Advertência**;

II. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

III. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. **Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas** pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

10.8 Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	30%
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

10.8.1 Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

10.9 As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

10.10 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.12 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar,

a **LICITANTE** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

10.14 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

12. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA

Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA

Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 25/05/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 25/05/2022, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 25/05/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0785423** e o código CRC **1FB1FB31**.

PARECER Nº 51.2022.01AJ-SUBADM.0832447.2022.005064

Autos nº 2022.005064

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA. APROVAÇÃO No caso em análise, das informações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, observa-se que estão presentes todos os requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de entrega e recebimento; da garantia e da assistência técnica; das obrigações da contratada; das obrigações da contratante; da liquidação e do pagamento e; das sanções por inadimplemento. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93. Parecer pela aprovação do Termo de Referência.

Trata-se de processo administrativo interno deflagrado a partir do Ofício 37 (0809760), emanado da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC em que encaminha o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, com solicitação para deflagração de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

No Termo de Referência acima indicado consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** atualmente tem seu parque de informática padronizado com a aplicações de Desktop e Antivírus Integrado **IVANTI EndPoint Manager, Ivanti *Secutity Suite e Ivanti Antivirus Manager* (*Bitdefender)***, atualmente denominado de solução **Ivanti Endpoint Manager**, conforme Processo SEI 2017.004745 e Contrato Administrativo nº 018/2017-MP/PGJ. Com intuito de manter a padronização, opta-se pela aquisição do upgrade das licenças, renovação da manutenção/garantia e aquisição de novas licenças para futura expansão

2.2 A solução **Ivanti Endpoint Manager** permite aos profissionais da área de suporte de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de ativos, controlar de forma pró-ativa os computadores, servidores e demais dispositivos, e realizar o acesso e suporte remoto em um único console. Trata-se de uma solução de gerenciamento completa, integrada e intuitiva.

2.3 Dentre suas principais funcionalidades estão:

a) Inventário de Hardware e Software;

b) Monitoramento de licenças de Software;

c) Distribuição de software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada;

d) Controle remoto e resolução de problemas;

e) Provisionamento de S.O, com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores;

f) Migração de Sistemas incluindo perfis de usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc,);

g) Gerenciamento de Energia (TI Verde);

h) Relatórios gerenciais e operacionais completos incluindo espaços de trabalho baseado em funções;

i) Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos e integráveis com AD;

j) Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para gerenciamento de dispositivos;

> k) Suporte Windows 10;
>
> l) Distribuição de Software – alterações na distribuição de pacotes.
>
> 2.4 Desde sua aquisição o software em questão obteve diversas atualizações, com adição de novas tecnologias e funcionalidades, bem como mudanças de funcionamento, realizadas pela fabricante, tornando o conhecimento dos técnicos que utilizam e administram esta ferramenta obsoleto, necessitando, para a melhor utilização e, por conseguinte, melhor operacionalidade das plataformas desta PGJ, de atualização através de capacitação.

É o relato no essencial. **Passo a OPINAR.**

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]"*. Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência, nomenclatura utilizada na legislação pertinente ao pregão (Lei Federal nº 10.520/02), que também consta na Lei de Licitação com o *nomen juris* de Projeto Básico, é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo; [...]
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. [...]
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**
>
> **- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.**
>
> - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.
>
> - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.
>
> (TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5)

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a

forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;

- Critérios de aceitação do objeto;

- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;

- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;

- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;

- Deveres do contratado e do contratante;

- Prazo de garantia, quando for o caso;

- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, observa-se que estão presentes todos os requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de entrega e recebimento; da garantia; das obrigações da contratada; das obrigações da contratante; do pagamento e; das sanções por inadimplemento.

Em tempo, registre-se que, a despeito da não inclusão de item referente à fiscalização e gerenciamento da contratação, tem-se que, as regras a este respeito que, via de regra, constam do edital, serão suficientes para suplantar a ausência apontada.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064.

Em última *ratio*, importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), 01 de junho 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ nº 338/2020

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 02/06/2022, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0832447** e o código CRC **F2667340**.

DESPACHO Nº 213.2022.01AJ-SUBADM.0832448.2022.005064

Autos nº 2022.005064

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DE MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA. APROVAÇÃO No caso em análise, das informações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, observa-se que estão presentes todos os requisitos exigidos, a exemplo do detalhamento do objeto a ser contratado; do prazo e das condições de entrega e recebimento; da garantia e da assistência técnica; das obrigações da contratada; das obrigações da contratante; da liquidação e do pagamento e; das sanções por inadimplemento. Inteligência dos arts. 7º, 14 e 15, da Lei nº 8.666/93. Parecer pela aprovação do Termo de Referência.

Trata-se de processo administrativo interno deflagrado a partir do Ofício 37 (0809760), emanado da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC em que encaminha o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, com solicitação para deflagração de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

No Termo de Referência acima indicado consta como justificativa e finalidade da contratação o seguinte:

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** atualmente tem seu parque de informática padronizado com a aplicações de Desktop e Antivírus Integrado **IVANTI EndPoint Manager, Ivanti *Secutity Suite e Ivanti Antivirus Manager* (*Bitdefender)***, atualmente denominado de solução **Ivanti Endpoint Manager**, conforme Processo SEI 2017.004745 e Contrato Administrativo nº 018/2017-MP/PGJ. Com intuito de manter a padronização, opta-se pela aquisição do upgrade das licenças, renovação da manutenção/garantia e aquisição de novas licenças para futura expansão

2.2 A solução **Ivanti Endpoint Manager** permite aos profissionais da área de suporte de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de ativos, controlar de forma pró-ativa os computadores, servidores e demais dispositivos, e realizar o acesso e suporte remoto em um único console. Trata-se de uma solução de gerenciamento completa, integrada e intuitiva.

2.3 Dentre suas principais funcionalidades estão:

a) Inventário de Hardware e Software;

b) Monitoramento de licenças de Software;

c) Distribuição de software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada;

d) Controle remoto e resolução de problemas;

e) Provisionamento de S.O, com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores;

f) Migração de Sistemas incluindo perfis de usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc,);

g) Gerenciamento de Energia (TI Verde);

h) Relatórios gerenciais e operacionais completos incluindo espaços de trabalho baseado em funções;

i) Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos e integráveis com AD;

j) Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para gerenciamento de dispositivos;

k) Suporte Windows 10;

l) Distribuição de Software – alterações na distribuição de pacotes.

2.4 Desde sua aquisição o software em questão obteve diversas atualizações, com adição de novas tecnologias e funcionalidades, bem como mudanças de funcionamento, realizadas pela fabricante, tornando o conhecimento dos técnicos que utilizam e administram esta ferramenta obsoleto, necessitando, para a melhor utilização e, por conseguinte, melhor operacionalidade das plataformas desta PGJ, de atualização através de capacitação.

Instada, a assessoria jurídica acostou o PARECER Nº 51.2022.01AJ-SUBADM.0832447.2022.005064, opinando favoravelmente pela aprovação do mencionado Termo de Referência, sem qualquer ressalva.

Isto posto, **AUTORIZO** a contratação em comento, **ACOLHO** o PARECER Nº 51.2022.01AJ-SUBADM.0832447.2022.005064 e **DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO**, com o encaminhamento dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, para as providências a seu cargo, e à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF, para demais providências.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am), 02 de junho de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 02/06/2022, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0832448** e o código CRC **D63AD270**.

E-mail - 0836507

Data de Envio:
08/06/2022 11:00:42

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
naira.martins@4deal-solutions.com.br

Assunto:
Solicitação de Proposta Comercial - Ivanti Endpoint Manager

Mensagem:
Bom dia, Naira.

Conforme nosso contato telefônico, informo que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para a contratação de empresa para fornecimento da solução IVANTI ENDPOINT MANAGER, conforme as especificações do Termo de Referência em anexo.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial, nos termos abaixo.

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a referida comprovação da regularidade fiscal e destinados ao Setor de Procolo (protocolo@mpam.mp.br).

Caso a empresa seja revendedora exclusiva da solução, solicitamos o encaminhamento de documento que ateste essa exclusividade para que possamos instruir o processo da forma mais célere.

Fico no aguardo do seu breve retorno.

Atenciosamente,

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
92 3655 0763 / 9 8268 2880

Anexos:
SEI_MPAM - 0785423 - Termo de Referência.pdf

E-mail - 0841997

Data de Envio:
20/06/2022 09:23:24

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
estela@digicorpsystems.com

Assunto:
Solicitação de Proposta Comercial - Ivanti Endpoint Manager

Mensagem:
Bom dia, Estela

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para a contratação de empresa para fornecimento da solução IVANTI ENDPOINT MANAGER, conforme as especificações do Termo de Referência em anexo.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial, nos termos abaixo.

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a referida comprovação da regularidade fiscal e destinados ao Setor de Procolo (protocolo@mpam.mp.br).

Caso a empresa seja revendedora exclusiva da solução, solicitamos o encaminhamento de documento que ateste essa exclusividade para que possamos instruir o processo da forma mais célere.

Fico no aguardo do seu breve retorno.

Atenciosamente,

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
92 3655 0763 / 9 8268 2880

Anexos:
SEI_MPAM - 0785423 - Termo de Referência.pdf

E-mail - 0848203

Data de Envio:
28/06/2022 15:32:32

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
leandro.silva@smanager.tec.br

Assunto:
Solicitação de Proposta Comercial - Ivanti Endpoint Manager

Mensagem:
Boa tarde, Leandro

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para a contratação de empresa para fornecimento da solução IVANTI ENDPOINT MANAGER, conforme as especificações do Termo de Referência em anexo.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial, nos termos abaixo.

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a referida comprovação da regularidade fiscal e destinados ao Setor de Procolo (protocolo@mpam.mp.br).

Caso a empresa seja revendedora exclusiva da solução, solicitamos o encaminhamento de documento que ateste essa exclusividade para que possamos instruir o processo da forma mais célere.

Fico no aguardo do seu breve retorno.

Atenciosamente,

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
92 3655 0763 / 9 8268 2880

Anexos:
SEI_MPAM - 0785423 - Termo de Referência.pdf

E-mail - 0848205

Data de Envio:
28/06/2022 15:33:34

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
marcio.banzi@lcs.com.br

Assunto:
Solicitação de Proposta Comercial - Ivanti Endpoint Manager

Mensagem:
Boa tarde, Marcio.

Informo que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para a contratação de empresa para fornecimento da solução IVANTI ENDPOINT MANAGER, conforme as especificações do Termo de Referência em anexo.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial, nos termos abaixo.

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- Serão solicitadas a qualquer momento a comprovação da regularidade fiscal com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a referida comprovação da regularidade fiscal e destinados ao Setor de Procolo (protocolo@mpam.mp.br).

Caso a empresa seja revendedora exclusiva da solução, solicitamos o encaminhamento de documento que ateste essa exclusividade para que possamos instruir o processo da forma mais célere.

Fico no aguardo do seu breve retorno.

Atenciosamente,

Thainá Sesterhenn
Agente de Apoio-Administrativo
Setor de Compras e Serviços
Ministério Público do Estado do Amazonas
92 3655 0763 / 9 8268 2880

Anexos:
SEI_MPAM - 0785423 - Termo de Referência.pdf

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 427.2022.SCOMS.0851336.2022.005064

Manaus, 05 de julho de 2022.

Ao Senhor
CLILSON CASTRO VIANA
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Contratação de empresa para renovação e expansão de licenças para solução de gestão de EndPoint e Anti-Virus integrado (IVANTI).

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho Nº 213.2022.01AJ-SUBADM (0832448), encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), de acordo com as especificações do Termo de Referência Nº 3.2022.DTIC (0785423)

Informamos que, devido à especificidade dos itens em tela, este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados, obtendo três propostas válidas, que foram juntadas a estes autos (0851332). Tais propostas serviram para subsidiar a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços nº 80/2022 (0851334), sobre o qual foi emitido o Quadro Resumo do Processo de Compra nº. 260/2022 (0851333), no valor total de **R$ 258.815,20 (duzentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/07/2022, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Empresa	**Ministério Público do Amazonas**
Documento	Upgrade e Manutenção Ivanti
Identificação	Estudo de Preço 09Jun2022
Data da emissão	09/06/2022

São Paulo, 09 de Junho de 2022

Prezado Srs,

Ref. Ivanti EndPoint Manager e Expansão Tecnológica

A 4Deal Solutions e a Ivanti agradece a oportunidade para apresentar proposta técnica / comercial para projeto de Gestão de Ativos de TI. Estaremos a disposição para quaisquer esclarecimentos solicitados.

Atenciosamente,

Alexandre Oliveira Sales Manager Tel : +55 (11) 99161-0980 Email: alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br	***Luiz Ribeiro*** Solutions Executive Cel : +55 (11) 99501-5765 Email: luiz.ribeiro@4deal-solutions.com.br
Paulo Silva Sr Sales Consultor - LATAM Tel : +55 (11) 98136-0343 Email: paulo.silva@ivanti.com	***Carlos Hamatsu*** IT Director Cel : +55 (11) 97957-0009 Email: carlos.hamatsu@4deal-solutions.com.br

Sumary

1. Apresentação 4Deal Solutions 5
1.1 Nossa Oferta 5
1.2 Missão 6
2. About Ivanti® 6
2.1 Reconhecimento no Mercado 6
2.2 Clientes no Brasil 7
Privados 7
Públicos 7
3. Introdução 8
4. Visão Geral da Solução 8
4.1.1 Modelo de Licenciamento 8
4.1.2 Características Da Solução 8
❖ Descoberta e inventário 9
❖ Distribuição de software 9
❖ Gerenciamento unificado de endpoints 10
❖ Gerenciamento de licenças de software 10
❖ Alerta e monitoramento 10
❖ Controle remoto e resolução de problemas 11
❖ Provisionamento do sistema operacional e migração de sistema operacional 11
❖ Gerenciamento de energia 11
❖ IVANTI ANTIVIRUS MANAGER 12
❖ IVANTY SECURITY SUITE 13
❖ IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM 14
❖ IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE 14
❖ CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE 15
5. Suporte | Manutenção IVANTI 15
5.1.1.1 Serviço de Sustentação e Suporte – 4Deal Solutions 16
5.1.1.2 Canal de Atendimento Ivanti 16
6. Descrição da Ferramenta 17
7. Estudo de Investimento 18
7.1 Gestão de Ativos de TI – Ivanti EndPoint – 12 meses 18
8. Condições Comerciais e Gerais 19
9. Compromisso de sigilo 19
10. Propriedade intelectual sobre informações, produtos e profissionais 19

11. Colocação do Pedido 19
12. Clientes Ivanti / 4Deal Solutions 21
13. Contato 4Deal Solutions 21

1. Apresentação 4Deal Solutions

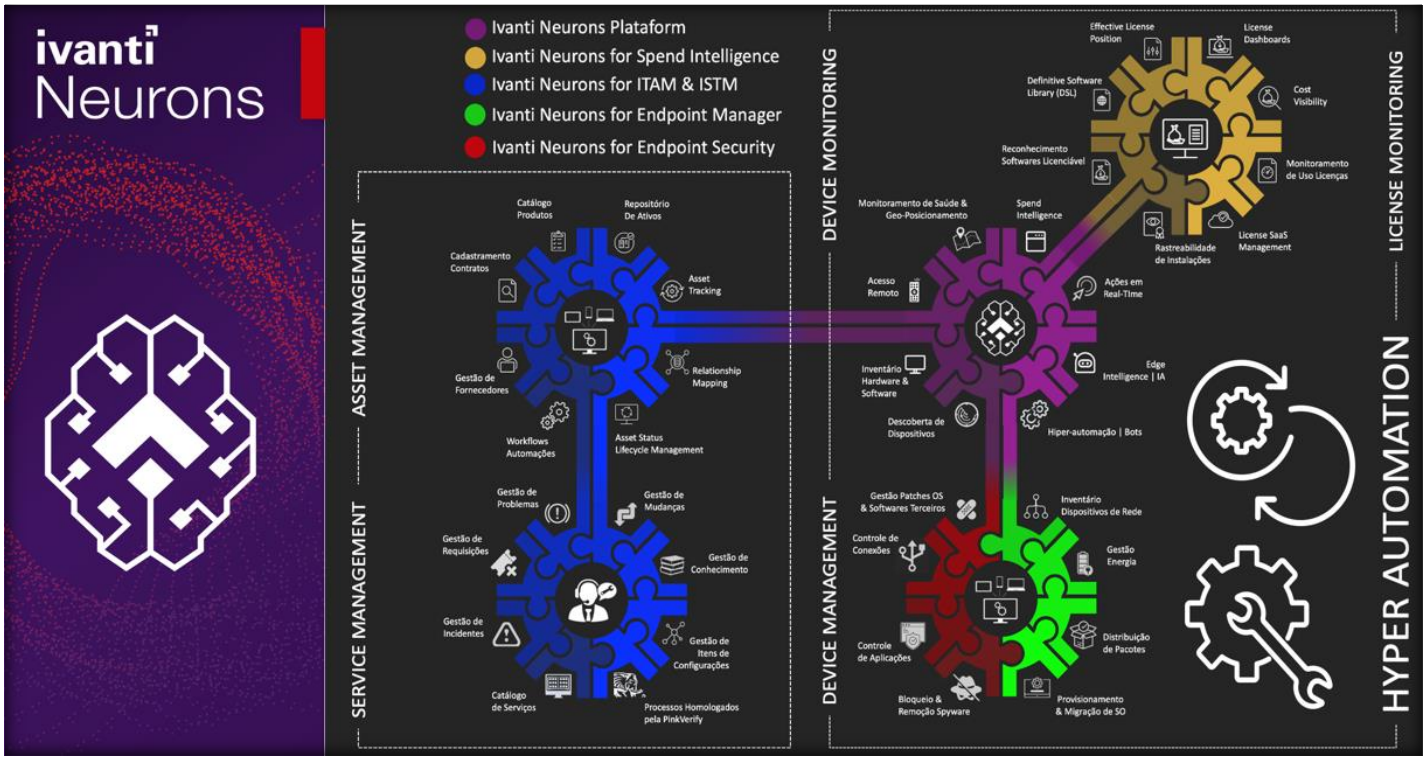
Através de anos de experiência nas mais diversas corporações, com os mais diversos ambientes tecnológicos, desenvolvemos um framework de Inteligência Operacional com completa abrangência e aderência aos mais diversos mercados de atuação.

Levando em consideração pessoas, processos e sistemas, suportamos as tomadas de decisões que possibilitando que as empresas e os órgãos governamentais de todos os portes administrem suas organizações de forma proativa.

Nosso framework fornece monitoramento proativo e inteligência operacional, pois gera indicadores em tempo real e insights relacionados às informações pertinentes, sejam elas originadas das soluções de infraestrutura, aplicações de negócios, repositórios, ativos de TI, dentre outros, que uma vez consolidados em um Big Data com volume, velocidade, variedade, veracidade e contextualizado com o a visão de negócio aumenta a inteligência, a rapidez, a eficiência e a competitividade das operações.

1.1 Nossa Oferta

Temos um portfólio de soluções que permitem aos nossos clientes, uma efetiva atuação em seu planejamento, implementação, operação, monitoramento e na geração de indicadores de Inteligência Operacional, sempre de forma integrada e apoiada em parcerias com grandes fornecedoras de soluções reconhecidas mundialmente e com a expertise de profissionais altamente qualificados.



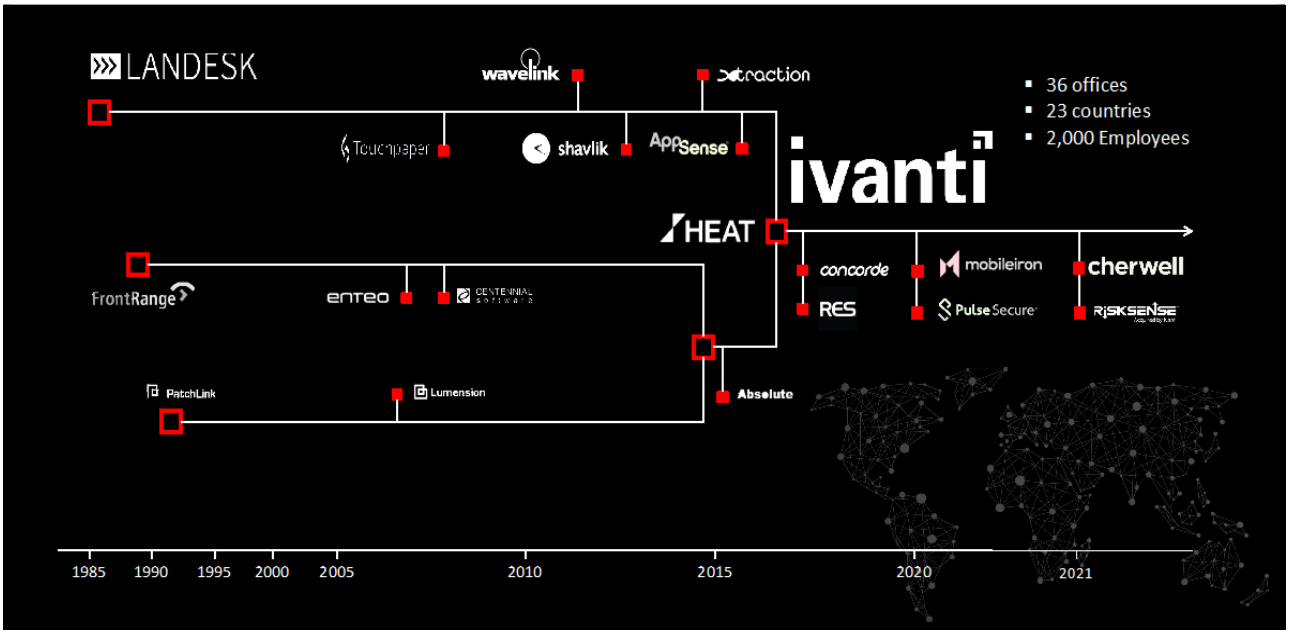
.

1.2 Missão

Trabalhar junto aos seus clientes buscando soluções de tecnologia que tragam maior valor aos seus negócios, com competência, transparência, parceria e excelência na qualidade dos serviços prestados, e com foco nos resultados.

2. About Ivanti®

A Ivanti é a empresa líder do mercado de software de gerenciamento integrado de desktops, servidores e dispositivos. Após mais de 30 anos de grande atuação no mercado, a LANDESK e suas outras brands, oficialmente mudaram os seus nomes para Ivanti.



A Ivanti permite que milhares de organizações façam facilmente a distribuição e o uso de soluções de gerenciamento de desktops, servidores e dispositivos. A Ivanti está sediada em Salt Lake City, Utah (EUA), com escritórios localizados no Brasil, México, Estados Unidos, Europa, Ásia e Austrália, e pode ser encontrada na Web em www.ivanti.com.

2.1 Reconhecimento no Mercado





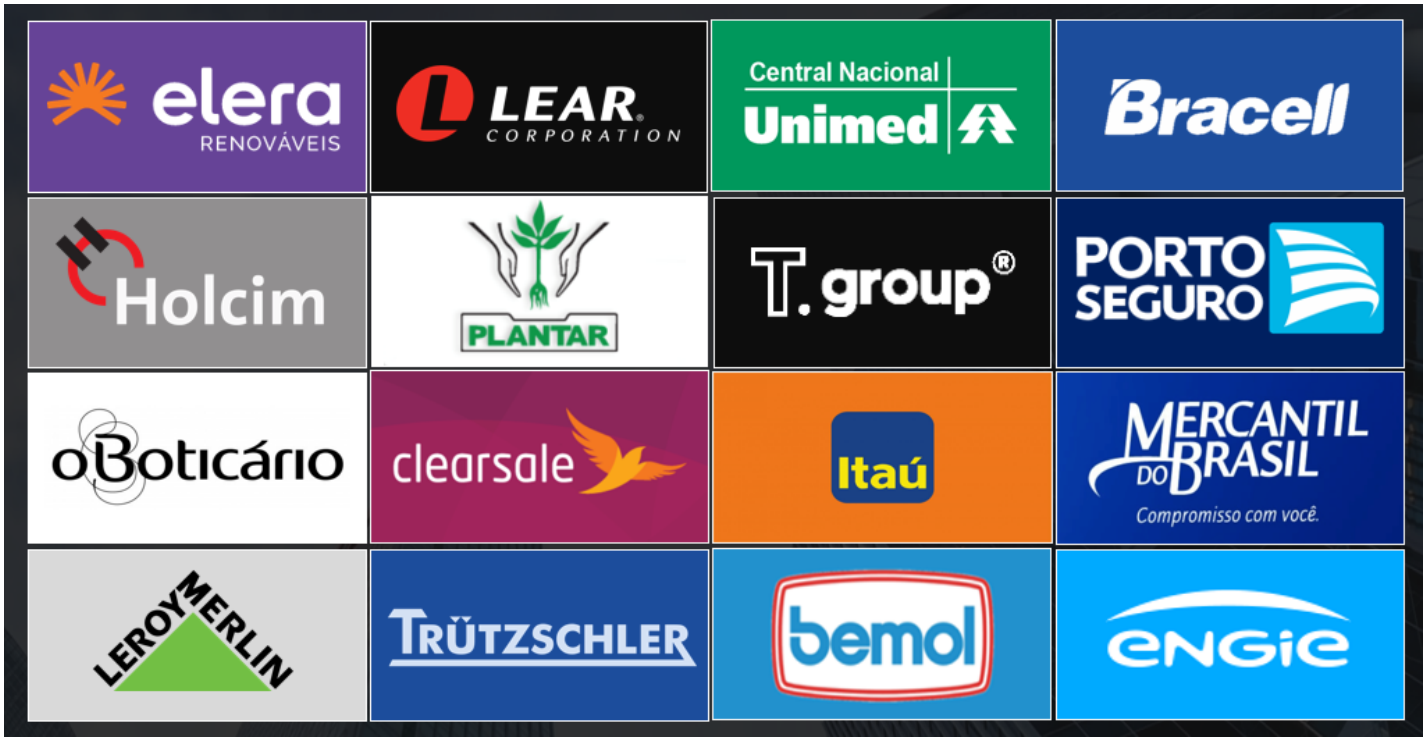
Ivanti Named Leader in the 2021 Gartner® Magic Quadrant™ for IT Service Management Tools for Second Consecutive Year

Ivanti Named the Only Visionary in the 2021 Gartner® Magic Quadrant™ for Unified Endpoint Management Tools



2.2 Clientes no Brasil

Privados



Públicos



3. Introdução

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti EndpointManager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

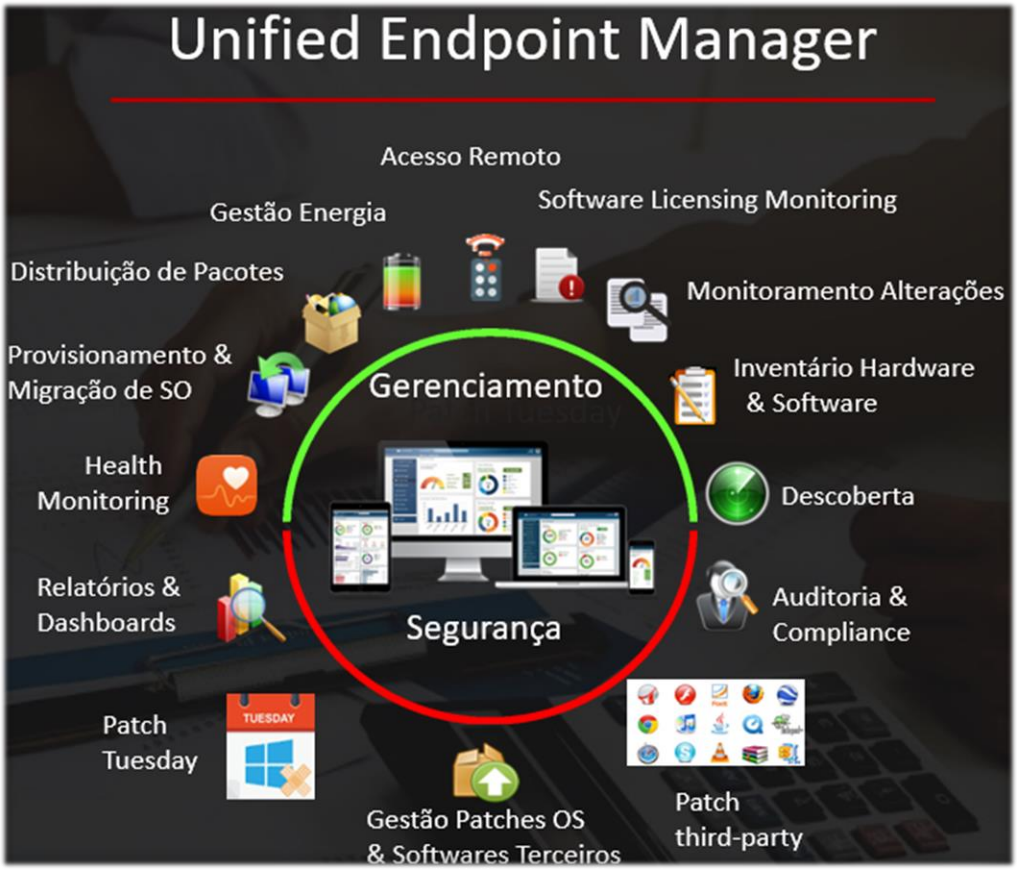
Com base nas informações obtidas, apresentamos proposta técnica / comercial para análise e apreciação.

4. Visão Geral da Solução

4.1.1 Modelo de Licenciamento

O IVANTI EndPoint Manager permite aos profissionais de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console. Nenhuma outra solução de gerenciamento é tão completa, integrada ou fácil de usar com sistemas dentro ou fora do firewall da empresa.

Ivanti EndPoint Manager



4.1.2 Características Da Solução

- Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP
- Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX

- Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software
- Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada
- Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria)
- Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores
- Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.)
- Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT)
- Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios
- Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos
- Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos

❖ Descoberta e inventário

Descoberta de todos os dispositivos e ativos e manutenção de seus inventários em um único lugar para simplificar, proteger e gerenciar processos de TI. A descoberta dos ativos pode ser feita através de diversos métodos, sendo as principais:

- Varreduras por faixas de endereçamento IP
- Integrado a um domínio do Microsoft Active Directory
- Integrado a um domínio LDAP
- Agente Ivanti com protocolo de resolução de endereços ARP

O agente de gerenciamento do Ivanti deve ser distribuído de forma automática para cada dispositivo não gerenciado descoberto através dos métodos acima. Esta distribuição pode ser feita de forma agendada e controlada, permitindo evitar uma sobrecarga da rede.

Após a instalação do agente, ele passa a desempenhar todas as ações de gerenciamento sobre o endpoints, incluindo a coleta e envio dos dados de inventários para o servidor Ivanti. Esses dados são processados pelo servidor (CORE Server) e então armazenados na sua base centralizada de gerenciamento. Relatórios, alertas e monitoramento de uso de licenças são os principais recursos que dependem diretamente desta base de dados, portanto os mecanismos de descoberta e coleta de dados de inventários devem ser precisos e confiáveis.

❖ Distribuição de software

A distribuição de software é uma atividade rotineira e repetitiva que consome um tempo considerável da área de TI. Portanto, sua automação traz uma grande economia e otimização do uso dos recursos desta área, permitindo que os mesmos possam ser envolvidos em atividades que requerem uma atuação mais efetiva com base na experiência e conhecimento acumulados.

O IVANTI EndPoint Manager permite a configuração de diversos tipos de distribuição de software (com base em instaladores MSI, executáveis, scripts, arquivos BAT, PowerShell), para múltiplas plataformas (Windows, Linux, Macintosh) e com diversos tipos de controles. Isso permite distribuir software em toda a empresa para diferentes tipos de equipamentos e Sistemas Operacionais em minutos, usando o mínimo de infraestrutura e rede de tráfego, ou ainda fornecer uma experiência de loja de aplicativos para implantações de aplicativos self-service (instalação feita pelo próprio usuário sem necessidade de elevar seu perfil de usuário).

Portal de autoatendimento de softwares



❖ Gerenciamento unificado de endpoints

Os recursos de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) são integrados na console centralizada do administrador, nos seus fluxos de trabalho e nos espaços de trabalho. Isso permite criar políticas envolvendo pacotes de software e usuários-alvo / grupos, que podem ser aplicadas para todos os dispositivos ou plataformas do usuário, incluindo Windows, Mac OS X, Chromebook, Linux, iOS e Android.

❖ Gerenciamento de licenças de software

Este componente permite identificar onde e como suas licenças de software estão sendo utilizados em seu parque de computadores, utilizando os dados de inventários de software coletados de forma automática pelos agentes do Ivanti. Essas informações permitem a criação de relatórios confiáveis que podem ser utilizadas para controles de auditoria e conformidade de licenças.

Além deste monitoramento, este componente da solução Ivanti permite criar rapidamente configurações flexíveis para identificar licenças de software subutilizadas, podendo-se automatizar mecanismos de recuperação delas para otimização dos seus custos.

Este componente da solução permite ainda identificar pacotes de software, de forma a contabilizar licenças utilizadas com base nos mesmos. A solução já vem nativamente com uma base própria que contém diversos tipos de empacotamento (ou suítes), que permitem identificar, por exemplo, que uma estação possui uma licença de Microsoft Office Standard instalada, ao invés de apontar instalações separadas de Microsoft Word, Excel, Outlook, PowerPoint.

❖ Alerta e monitoramento

Este recurso permite definir alertas que monitoram dispositivos e servidores dos usuários. Ele monitora eventos decorrentes de mudanças de software e eventos de hardware, alertando os administradores sobre eles.

❖ Controle remoto e resolução de problemas

O Ivanti EndPoint Manager possui um conjunto de funcionalidades de apoio à resolução remota de problemas nas estações gerenciadas. Este conjunto recebe o nome de Controle Remoto, e permite:

- Controle Remoto: permite ao analista acessar e controlar remotamente uma estação gerenciada. Há diversas configurações que permitem definir se o controle requer autorização por parte do usuário final, se o usuário pode visualizar a ação do analista, se o usuário deve estar logado na estação.
- Chat: permite que o usuário interaja com o analista através de chat. Essa comunicação fica armazenada no histórico da sessão de acesso remoto.
- Transferência de arquivos: permite a transferência de arquivo sem que seja necessário criar um compartilhamento de rede. Ajuda na eficiência e rapidez do atendimento.
- Execução remota: permite ao analista executar remotamente uma aplicação na estação do usuário.
- Reinicialização: permite a reinicialização remota da estação do usuário.

O Controle Remoto da IVANTI é feito através de canal HTTP, utilizando HTML5. As ações referentes à sessão remota são registradas na base de dados da solução, permitindo a geração posterior de relatórios para efeito de auditoria.

❖ Provisionamento do sistema operacional e migração de sistema operacional

Ferramentas de captura de imagens de Sistemas Operacionais são recursos tradicionais, e largamente utilizados nas empresas para redução do tempo necessário para provisionamento de computadores. Em geral, as imagens são grandes arquivos, exigindo versões diferentes para hardwares diferentes.

A solução da IVANTI trata o provisionamento de sistema operacional como um processo completo, subdivido em algumas etapas. Essa abordagem traz uma flexibilidade sem igual no mercado, permitindo a execução de ações antes, durante e depois de cada etapa do provisionamento.

Um exemplo clássico deste recurso é a capacidade de se criar imagens independentes de hardware. De forma simplificada, este recurso consiste em criar imagens básicas de S.O., que são complementadas com os drivers dos dispositivos específicos de cada tipo de hardware após a aplicação da imagem. Assim, uma única imagem pode ser utilizada para diferentes tipos de computadores.

O conceito de migração de perfis de usuários está relacionado com a captura de configurações e arquivos de cada usuário de um computador, e sua posterior aplicação em um novo computador. Um exemplo de utilização deste recurso é durante a migração de uma versão do S.O. para outra (por exemplo, migração de Windows 7 para Windows 10). Esta migração pode ser implementada através de um processo com etapas de captura de perfil, aplicação de imagem do novo S.O., e recuperação do perfil armazenado.

❖ Gerenciamento de energia

As versões recentes do sistema operacional Windows trazem recursos de controle de desempenho e modos de operação que permitem implantar uma política de gerenciamento de energia. Esses recursos procuram fazer um casamento entre requisitos de desempenho com os diversos parâmetros associados com a capacidade de controle do consumo de energia, tais como redução da intensidade do brilho do monitor de vídeo, operação em standby, desativação temporária de dispositivos de hardware etc.

Esta capacidade de controle é um grande avanço em projetos de TI verde, porém existe uma grande dificuldade para se implementar uma política corporativa com base em suas configurações. Em geral, as maiores dificuldades estão relacionadas com a manutenção dessas configurações em todo o parque de estações de trabalho, assim como sua administração através de agrupamentos diferentes e baseadas em políticas diferenciadas.

O Ivanti EndPoint Manager permite criar políticas diferenciadas de energia e distribuí-las de forma centralizada para todo o parque de computadores. As configurações são feitas de forma intuitiva, e os grupos de computadores podem ser estáticos ou dinâmicos, utilizando diferentes parâmetros como endereçamento IP, tipo de S.O., modelo de computador etc. Qualquer atributo coletado pelos inventários pode ser utilizado para definição desses grupos.

❖ IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

- Ivanti Antivirus Manager mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados,avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.
- Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus doserviço Ivanti® Endpoint Manager é atualizado várias vezes por dia)
- Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus
- Arquive arquivos de definição de vírus anteriores
- Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus
- Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo
- Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final
- Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware
- Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real
- Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivosde padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus específicos
- Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados
- Configure alertas antivírus
- Gerar relatórios antivírus

❖ IVANTY SECURITY SUITE

O Ivanti Security Suite for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseiam-se na funcionalidade primária do Ivanti Endpoint Manager que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

- Listas de conteúdo de segurança
- Propriedades da definição (e regra de detecção)
- Resultados da análise de Patch e conformidade
- Atividades do antivírus e informações de status
- Relatórios: Patch e conformidade
- Atualizações da Ivanti
- Atualizações de drivers
- Atualizações de software
- Download de definições e de arquivos de patch
- Análises de segurança
- Análises de conformidade
- Implementação e instalação do Patch
- Reparo automático
- Alerta ao local (controle de conexão de rede)
- Controle de aplicativo
- Ivanti Firewall
- Controle de Dispositivo
- Listas de arquivos confiáveis

❖ IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

Ivanti Neurons Workspace oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

a. Dados em tempo real, capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.

Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.

b. Visualização do dispositivo, com ações:

Executar Script

Detectar interrupção

Reiniciar

Status do patch

Processo

Serviços

Controle remoto

❖ IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

O Ivanti Cloud Services Appliance (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager- mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

a. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede

b. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos

c. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede

d. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede

e. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede

f. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede

❖ CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes IVANTI;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

5. Suporte | Manutenção IVANTI

A Manutenção de Licenças é um processo de garantia do fabricante que o cliente terá suas licenças já adquiridas anteriormente na versão mais recente disponível para suíte e com isso disfrutando de melhorias como novos recursos, mais velocidade, funcionalidade melhorada, atualização e correções de bugs existentes conforme roadmap do fabricante.

Além destes recursos relacionados ao produto o cliente também terá acesso ao IVANTI Self-Service Portal, repositório onde o mesmo encontrará materiais como manuais e documentações e áreas de download de seus produtos para auxiliá-lo na melhor utilização da suíte adquirida.

Poderá também usufruir do Fórum de Usuários IVANTI, uma imensa e intensa comunidade de usuários que compartilham suas experiências e também a informativos mensais da IVANTI sobre suas soluções, eventos, dentre outros.

5.1.1.1 Serviço de Sustentação e Suporte – 4Deal Solutions

O Suporte Técnico 4Deal Solutions tem como objetivo ajudar os clientes a fazer a melhor utilização das suas soluções. Através de um atendimento personalizado, buscando uma solução rápida para sua necessidade, utilizando tecnologias como webcast/ webex (entre outros), no prazo contratado.

Este serviço de suporte oferecido pela 4Deal Solutions complementa a atuação do Suporte Técnico do Fabricante (obtida através da renovação do contrato de manutenção e suporte técnico do produto).

O Suporte Técnico pode apoiar no acompanhamento destes chamados, buscando agilizar o processo através de uma atuação mais personalizada.

Além deste apoio, o Suporte Técnico busca também apoiar na resolução de problemas específicos das implementações executadas no ambiente do cliente. Este apoio pode ser materializado através de atualizações de versões, aplicações de patches, análise de desempenho dos serviços atuais de gerenciamento, análise de novas necessidades, acompanhamento e resolução de problemas decorrentes de eventuais alterações no ambiente do cliente.

5.1.1.2 Canal de Atendimento Ivanti

A abertura de chamado técnico poderá ser realizada da seguinte forma:



e...





Contatos:

Suporte Brasil
Telefone: +55 (11) 3586-8237
Email: suporte@4deal-solutions.com.br
Site: www.4deal-soltuions.com.br

Suporte das Américas
Telefone: 1-801-308-8047
Site: https://www.ivanti.com/support/contact

6. Descrição da Ferramenta

Descrição da ferramenta:

Descrição da Solução
Ferramenta Ivanti EndPoint Manager – Suporte/Manutenção Ivanti Antivírus – Add-on EPM Ivanti Security Suite Subscription Ivanti Cloud Service Appliance Ivanti Neurons Plataform Ivanti Neurons Workspace

7. Estudo de Investimento

7.1 Gestão de Ativos de TI – Ivanti EndPoint – 12 meses

Item A: Renovação das licenças do contrato atual

Subitem	Descrição	UND	QTD	Unit R$	Total R$
01	Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000	R$ 49,46	R$ 49.460,00
02	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000	R$ 47,54	R$ 47.540,00
03	Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S	Licença de uso	1.000	R$ 61,75	R$ 61.750,00
	Total R$	**R$ 158.750,00**			

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

Subitem	Descrição	UND	QTD	Unit R$	Total R$
04	Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M	Licença de uso	300	R$ 49,46	R$ 14.838,00
05	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S	Licença de uso	300	R$ 47,54	R$ 14.262,00
06	Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S	Licença de uso	300	R$ 61,75	R$ 18.525,00
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud Partnumber IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200	R$ 50,50	R$ 10.100,00
08	Ivanti Neurons Plataform w/EPM Connector Cloud Parnumber IN-PlataformEPM-C	Licença de uso	200	R$ 19,10	R$ 3.820,00
09	Ivanti Cloud Service Appliance PartNumber = LDVCSA-L	Licença de uso	01	R$ 9.890,00	R$ 9.890,00
	Total R$	**R$ 71.435,00**			

ITEM C - Serviços

Subitem	Descrição	UND	QTD	Unit R$	Total R$
10	Capacitação no Ivanti Management Suite	Turma	01	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
	Total R$	**R$ 6.000,00**			

Valor total dos itens A, B e C = R$ 236.185,00 (Duzentos e Trinta e Seis Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais)

8. Condições Comerciais e Gerais

Entrega das Licenças: Em até 10 dias

Condição de Pagamento: O valor total pago com 30 dias após emissão da NF

Proposta válida por 60 dias

9. Compromisso de sigilo

A 4Deal-Solutions compromete-se desde já a não divulgar total ou parcialmente quaisquer informações do cliente às quais teve ou venha a ter acesso sem o consentimento prévio e expresso deste. Este compromisso é de validade irrestrita, não possuindo vínculos de qualquer ordem com o fechamento do negócio.

10. Propriedade intelectual sobre informações, produtos e profissionais

Este documento contém informações de caráter confidencial, de propriedade da 4Deal-Solutions. Pedimos, assim, a gentileza de não as divulgar total ou parcialmente a terceiros.

Durante a vigência do contrato de prestação de serviço, até 12 (doze) meses subsequentes ao término do mesmo, o cliente se compromete a não assediar os profissionais da 4Deal-Solutions, sob pena de infração contratual e penalização.

11. Colocação do Pedido

O(s) pedido(s), deverá(ão) ser enviado(s) via e-mail em nome do Representante Interno de Vendas (vide primeira folha da proposta), e endereçado(s) à:

Razão Social

4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.
CNPJ 21.425.192/0001-58
Fone: +55 (11) 3586-8237

Rua. Borges de Figueiredo, 303 – 4andar – São Paulo / SP – 03110-010

Dados Bancários:

Banco Itaú
Agência: 0176
Conta Corrente 08694-0

4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda
CNPJ: 21.425.192/0001-58

12. Clientes Ivanti / 4Deal Solutions



13. Contato 4Deal Solutions

Alexandre Oliveira Sales Manager Tel : +55 (11) 3586-8237 Cel : +55 (11) 99161-0980 Email: alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br	***Luiz Ribeiro*** Solutions Executive Tel : +55 (11) 3586-8237 Cel : +55 (11) 99501-5765 Email: luiz.ribeiro@4deal-solutions.com.br
Paulo Silva Sr Sales Consultor - LATAM Tel : +55 (11) 98136-0343 Email: paulo.silva@ivanti.com	***Carlos Hamatsu*** IT Director Tel : +55 (11) 3586-8237 Cel : +55 (11) 97957-0009 Email: carlos.hamatsu@4deal-solutions.com.br

Sem mais, ficamos a sua inteira disposição

Atenciosamente

Proposta Comercial

À
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995
Nova Esperança, Ponta Negra
CEP: 69037-473- Manaus | AM
Fone: (92) 3655 0763 / 9 8268 2880
E-mail: compras@mpam.mp.br

Fornecedor: LCSTECH COMERCIAL LTDA
CNPJ: 06.133.353/0001-46
Inscrição Estadual: 582.717.292.110 Inscrição Municipal: 12383001
Endereço: Av. Portugal, n° 1740, Conjunto 23, Santa Cruz do José Jacques
Cidade: Ribeirão Preto Estado: São Paulo – SP CEP: 14020-733
Telefone: (16) 3512-0999 Ramal 929
E-mail: licitacoes@lcs.com.br; marcio.banzi@lcs.com.br
Dados Bancários da Empresa:
Banco Daycoval (707) Agência 0001-9 Conta Corrente 740581-4

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para os materiais e/ou serviços abaixo relacionados:

ITEM A: RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS

Subitem	Descrição dos itens	Unidade	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Ivanti EndPoint Manager LDMSPMA-M	Licença de uso	1000	R$ 57,14	R$ 57.140,00
2	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS LDAV-BD-S	Licença de uso	1000	R$ 57,00	R$ 57.000,00
3	Ivanti Security Suite LDSS-S	Licença de uso	1000	R$ 74,03	R$ 74.030,00

Item A = R$ 188.170,00 (Cento e Oitenta e Oito Mil Cento e Setenta Reais)

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

Subitem	Descrição dos Itens	UND	QTD	Preço Unitário	Preço Total
4	Ivanti EndPoint Manager LDMSPMA-M	Licença de uso	300	R$ 60,40	R$ 18.120,00
5	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS LDAV-BD-S	Licença de uso	300	R$ 58,03	R$ 17.409,00
6	Produto: Ivanti Security Suite LDSS-S	Licença de uso	300	R$ 76,00	R$ 22.800,00
7	Ivanti Neurons Workspace Cloud IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200	R$ 61,60	R$ 12.320,00
8	Ivanti Neurons Plataform w/EPM Connector Cloud IN-PlataformEPM-C	Licença de uso	200	R$ 23,55	R$ 4.710,00
9	Produto: Ivanti Cloud Service Appliance LDVCSA-L	Licença de uso	01	R$ 12.400,00	R$ 12.400,00

ITEM B = R$ 87.759,00 (Oitenta e Sete Mil Setecentos e Cinquenta e Nove Reais)

Assim sendo, o valor total da proposta é de R$ 275.929,00 (Duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais).

Declaramos que no valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação desta proposta.

Prazo de Entrega: 10 (dez) dias a partir da data da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das penalidades da Lei nº 8.666/93

Preenchimento Obrigatório:

Possui Certidões Negativas Exigidas?
CND INSS Sim (X) Não ( )
FGTS Sim (X) Não ( )
CNDT Sim (X) Não ( )
(Débitos trabalhistas)

Tipo de Nota Fiscal
Produto ( )
Serviço (X)

Nota Fiscal Eletrônica
Sim (X) Não ( )

Ribeirão Preto - SP, 29 de junho de 2022.

ROBERTO GUIMARAES CAMPOS:53276574187

Assinado de forma digital por ROBERTO GUIMARAES CAMPOS:53276574187
Dados: 2022.06.29 17:48:00 -03'00'

LCSTECH COMERCIAL LTDA.
Catharine da Silveira
Gerente de Licitações

PROPOSTA COMERCIAL

Ministério Público do Amazonas

Renovação e Expansão Ivanti

Data: 30/06/2022
Proposta: 117-07-2022-v1

São Paulo,30 de junho de 2022.

À Ministério Público do Amazonas.

Prezados,

Obrigado pela oportunidade de participar da avaliação das necessidades técnicas e estratégicas de TI para Ministério Público do Amazonas. Apresentamos nossa proposta com o compromisso em oferecer soluções de qualidade para ajudá-los a alcançar seus objetivos de negócios.

Em nossa apresentação, vamos esclarecer ponto a ponto os itens da nossa proposta, ficando a disposição para customizações necessárias.

Atenciosamente.

Leandro Silva

Smanager

Regional Sales Manager

Tel.: 11-3424-0951

Cel.: 11 999.443.076

SUMÁRIO

1 A Smanager 4
1.1 Localização e Infraestrutura 4
1.2 Parceiros Tecnológicos 4
2 INVESTIMENTO 5
3 Condições Gerais 6
4 informações complementares 7
4.1 Termo de confidencialidade 7
4.2 Garantias e responsabilidades 7
5 Termo de Aceite 7

Proposta de Preço Fornecedores (0851332) SEI 2022.005064 / pg. 78

1 A SMANAGER

A **System Manager** desde 2009 atua no mercado de Tecnologia da Informação, com soluções em TI de alta qualidade sempre alinhados com as estratégias e objetivos de negócios de nossos clientes. Através de uma combinação de Softwares e Serviços especializados auxiliamos os clientes em soluções de Infraestrutura, Middleware, Segurança da Informação, Monitoramento e Consultoria para Gerenciamento (Operação/Sustentação) da Infraestrutura, Integração, Desenvolvimento, Outsourcing de TI, visando **a Confidencialidade, Disponibilidade e Integridade**.

Atuamos em vários segmentos do mercado e nos mantemos atualizados com as mais modernas soluções do setor, entregando a TI como serviço, permitindo ao escritório manter o foco em suas atividades e em seus clientes.

1.1 Localização e Infraestrutura

Nosso escritório central está localizado estrategicamente em São Paulo na região da Avenida Paulista. Nossas unidades regionais (Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba) estão dispostas de maneira estratégica para atender presencialmente em todas regiões do país.

Contamos com atendimento 24x7x365, NOC, salas de reuniões, monitoração ativa, links de Internet redundantes e servidores em Data Center, tudo para garantir atendimento perfeito aos nossos clientes.

1.2 Parceiros Tecnológicos

Temos os mais elevados níveis de parcerias com nossos clientes possibilitando o acesso a melhores soluções em tecnologia com as melhores condições financeiras.

2 INVESTIMENTO

Nosso compromisso é de prestar serviços com qualidade e eficiência, agregando valor ao seu negócio. Por isto, nos empenhamos para propor valores que sejam competitivos e que nos permitam prestar serviços e a comercializar produtos de maneira sustentável e que atendam as expectativas definidas em conjunto com nossos clientes:

Renovação

Subitem	Descrição do Produto	UND	QTD	Preço Unitário R$	Preço Total R$
001	Produto: Ivanti EndPoint Manager (Partnumber LDMSPMA-M)	Licença de uso	1000	R$ 53,41	R$ 53.410,00
002	Produto: Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS (Partnumber LDAV-BD-S)	Licença de uso	1000	R$ 51,82	R$ 51.820,00
003	Produto: Ivanti Security Suite (Partnumber LDSS-S)	Licença de uso	1000	R$ 67,30	R$ 67.300,00
Total RR 172.530,00 (Cento e Setenta e Dois Mil Quinhentos e Trinta Reais)					

Expansão Tecnologica

Subitem	Descrição do Produto	UND	QTD	Preço Unitário R$	Preço Total R$
04	Produto: Ivanti EndPoint Manager (Partnumber LDMSPMA-M)	Licença de uso	300	R$ 54,90	R$ 16.470,00
05	Produto: Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS (Partnumber LDAV-BD-S)	Licença de uso	300	R$ 52,76	R$ 15.828,00
06	Produto: Ivanti Security Suite (Partnumber LDSS-S)	Licença de uso	300	R$ 69,16	R$ 20.748,00
07	Produto: Ivanti Neurons Workspace Cloud (Partnumber IN-WKSPACE-C)	Licença de uso	200	R$ 56,00	R$ 11.200,00
08	Produto: Ivanti Neurons Plataform w/EPM Connector Cloud (Partnumber IN-PlataformEPM-C)	Licença de uso	200	R$ 21,40	R$ 4.280,00
09	Produto: Ivanti Cloud Service Appliance (Partnumber = LDVCSA-L)	Licença de uso	01	R$ 11.274,60	R$ 11.274,90
Total RR 79.800,90 (Setenta e Nove Mil Oitocentos Reais e Noventa Centavos)					

3 CONDIÇÕES GERAIS

- Todos os valores referenciados estão em Reais (R$) e sobre os mesmos estão incluídos os devidos tributos, taxas, tarifas, lucros, ônus fiscais e trabalhistas e impostos conforme a legislação vigente;
- Faturamento em parcela única com vencimento da fatura à 30 dias da emissão da nota fiscal;
- Entrega das licenças: 15 dias, após confirmação do pedido;
- Dados da empresa para faturamento:
- System Manager Tecnologia em Informática ltda
- CNPJ:10.858.890-0001/20
  Inscrição Estadual: 148.618.706.115
- As responsabilidades das partes iniciarão a partir da assinatura do contrato de prestação de Serviço;
- O contrato cobre todo o escopo mostrado na proposta, não tendo custos adicionais nas partes de responsabilidade da Smanager. Soluções que não estão em nosso escopo de

proposta não são de responsabilidade da Smanager, tendo total responsabilidade à empresa contratante; qualquer atividade não mencionada nesta proposta está fora do escopo;

- Validade da proposta: 60 dias

4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 Termo de confidencialidade

A **System Manager** Serviços em Tecnologia garante que utiliza padrões de ética profissional e confidencialidade, portanto, não divulgará qualquer informação interna da CONTRATANTE que venha a conhecer durante a vigência da prestação de serviços, sendo que, qualquer divulgação só será feita com o consentimento, por escrito, da mesma. Por parte da CONTRATANTE, os dados desta proposta não devem ser revelados, duplicados ou usados, no todo ou em parte, para qualquer fim que não seja a avaliação da mesma.

Os preços e as informações desta proposta que se referem a: arquitetura; programas; produtos; e serviços, devem ser tratados como confidenciais e segredos comerciais da System Manager Serviços em Tecnologia Ltda. e não devem ser usadas ou reveladas sem permissão da mesma, inclusive pelos funcionários da CONTRATANTE, seus gerentes, agentes ou contratados, diretamente relacionados ou não, com a avaliação desta proposta, aos quais, também se aplicam as restrições de uso deste documento.

4.2 Garantias e responsabilidades

Fica, desde já, acordado que a responsabilidade da **System Manager** Serviços em Tecnologia pelos serviços, está limitada ao valor da remuneração paga pelo CONTRATANTE, em conformidade com os termos e condições constantes nesta proposta. Todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fundiários e securitários, pertinentes aos profissionais que venham a ser contratados pela System Manager, serão de sua exclusiva responsabilidade, não respondendo a CONTRATANTE por tais encargos, sequer em caráter subsidiário.

Não se estabelece qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade, por parte da CONTRATANTE, com relação aos profissionais que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços contratados.

A **System Manager** efetuará a substituição dos profissionais, que não estejam realizando as atividades solicitadas a contento. Fica acordado que não haverá ônus para a CONTRATANTE para a execução deste processo de substituição, porém, as horas trabalhadas, pelo profissional a ser substituído, são consideradas normalmente

5 TERMO DE ACEITE

Esta proposta de número 117-07-2022-v1 é emitida e assinada pela **System Manager** em 01 (uma) via, e caso aceita sem ressalvas, deve ser assinada e encaminhada

digitalmente, pelo representante da **Ministério Público do Amazonas**, e poderá servir como base para elaboração de um Contrato de Prestação de Serviços a ser firmado entre as partes.

Esperamos que nossa proposta venha a atender às expectativas de V.Sas., e solicitamos que, uma vez aceitas as condições propostas, seja uma via devolvida assinada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 17 de junho de 2022

De acordo:

_____

Ministério Público do Amazonas (Contratante)



_____

System Manager Tecnologia em Informática Ltda (Contratada)

_____

Testemunha
RG:
CPF:

Esta página de assinaturas é parte integrante e inseparável da Proposta Técnica e Comercial firmada entre **Ministério Público do Amazonas e SManager**, datada de 17 de junho de 2.022.

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 80.2022.SCOMS.0851334.2022.005064

Procedimento Interno: 2022.005064 Processo de Compras: 149/2022

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCEÇAS DO ATUAL CONTRATO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	**1.000**	**R$ 53,34**	**R$ 53.340,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 49,46	R$ 49.460,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 57,14	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 53,41	R$ 5.400,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
2	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	**1.000**	**R$ 52,12**	**R$ 52.120,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 47,54	R$ 47.540,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 57,00	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Licença de uso	R$ 51,82	R$ 5.400,00

	CNPJ: 10.858.890-0001/20			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
3	**Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S**	**1.000**	**R$ 67,69**	**R$ 67.690,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 61,75	R$ 61.750,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 74,03	R$ 74.030,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 67,30	R$ 67.300,00
ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
4	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	**300**	**R$ 54,92**	**R$ 16.476,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 49,46	R$ 14.838,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 60,40	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 54,90	R$ 5.400,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
5	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	**300**	**R$ 52,78**	**R$ 15.834,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 47,54	R$ 14.262,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 58,03	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 52,76	R$ 5.400,00
			VALOR	**VALOR**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ESTIMADO UNITÁRIO	ESTIMADO TOTAL
	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	**300**	**R$ 68,97**	**R$ 20.691,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
6	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 61,75	R$ 18.525,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 76,00	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 69,16	R$ 5.400,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	**200**	**R$ 56,03**	**R$ 11.206,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
7	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 50,50	R$ 10.100,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 61,60	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 56,00	R$ 5.400,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	**200**	**R$ 21,35**	**R$ 4.270,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
8	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 19,10	R$ 3.820,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 23,55	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 21,40	R$ 5.400,00
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	**1**	**R$ 11.188,20**	**R$ 11.188,20**

	Fontes Consultadas	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Licença de uso	R$ 9.890,00	R$ 9.890,00
	LCSTECH COMERCIAL LTDA CNPJ: 06.133.353/0001-46	Licença de uso	R$ 12.400,00	R$ 7.200,00
	SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 10.858.890-0001/20	Licença de uso	R$ 11.274,60	R$ 5.400,00
ITEM C - SERVIÇOS				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**VALOR ESTIMADO UNITÁRIO**	**VALOR ESTIMADO TOTAL**
10	**Capacitação no IVANTI Management Suite**	**1**	**R$ 6.000,00**	**R$ 6.000,00**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA CNPJ: 21.425.192/0001-58	Turma	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
	OBS: Das fornecedoras consultadas, apenas a empresa 4DEAL apresentou proposta comercial para o serviço de treinamento.			
				R$ 258.815,20
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	Período: 08 a 30/06/2022.			
	Responsável: Thainá Sesterhenn			
	Método: Média artimética.			
	Justificativa: Diante da ausência de valores discrepantes, a média aritmética funciona como uma ferramente eficiente na obtenção de preço médio.			

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/07/2022, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/07/2022, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0851334** e o código CRC **5C4F6612**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 260.2022.SCOMS.0851333.2022.005064

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS	PI nº: 2022.005064
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	PC Nº 149/2022
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS	DATA: 05/07/2022

QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº. 260/2022

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL	A LICITAR
CNPJ	-

DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	1000	R$ 53,34	R$ 53.340,00
2	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	1000	R$ 52,12	R$ 52.120,00
3	**Ivanty Security Suite**	1000	R$ 67,69	R$ 67.690,00

3	**PARTNUMBER = LDSS-S**	1000	R$ 67,69	R$ 67.690,00
4	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	300	R$ 54,92	R$ 16.476,00
5	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	300	R$ 52,78	R$ 15.834,00
6	**Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S**	300	R$ 68,97	R$ 20.691,00
7	**Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C**	200	R$ 56,03	R$ 11.206,00
8	**Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C**	200	R$ 21,35	R$ 4.270,00
9	**Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L**	1	R$ 11.188,20	R$ 11.188,20
10	**Capacitação no IVANTI Management Suite**	1	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
TOTAL				**R$ 258.815,20**

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		**FUNDAMENTO LEGAL**
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	**Lei 8666/93**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/07/2022, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thainá Sesterhenn Chaves**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/07/2022, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0851333** e o código CRC **E08092DC**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 255.2022.DOF - ORÇAMENTO.0852945.2022.005064

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2020.008043 **Processo de Compra:** 260.2022.SCOMS.0851333.2022.005064 **Interessado:** Tadeu Azevedo de Medeiros, Diretora de Tecnologia de Informação e Comunicação	**Modalidade:** Ordinário **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 0100.000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica **Subelemento:** 3390.40.16 Locação de Software

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 392.970,43	R$ 258.815,20	R$ 134.155,23

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Unidade	1000	R$ 53,34	R$ 53.340,00
2	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Unidade	1000	R$ 52,12	R$ 52.120,00
3	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Unidade	1000	R$ 67,69	R$ 67.690,00
4	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Unidade	300	R$ 54,92	R$ 16.476,00
5	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Unidade	300	R$ 52,78	R$ 15.834,00
6	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Unidade	300	R$ 68,97	R$ 20.691,00
7	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Unidade	200	R$ 56,03	R$ 11.206,00
8	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Unidade	200	R$ 21,35	R$ 4.270,00
9	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Unidade	1	R$ 11.188,20	R$ 11.188,20
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Unidade	1	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
TOTAL					**R$ 258.815,20**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 06 de julho de 2022.

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 258.815,20	R$ 9.324,00	R$ 0,00	R$ 0,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Clilson Castro Viana**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 06/07/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 07/07/2022, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0852945** e o código CRC **26CE08C0**.

2022.005064 v3

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 329.2022.CPL.0864909.2022.005064

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramitou nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2022.005064**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada* ***Ivanti Endpoint Manager*** *e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (****MPAM****).*

Considerando a análise realizada nos autos, especialmente, o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais ou termo de garantia aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, verifique a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Termo de Garantia.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento

regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, 25 de julho de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 09.07.2021

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/07/2022, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0864909** e o código CRC **CAC82761**.

2022.005064 v2

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2022 - MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, objetivando a atualização de licenças de softwares.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, Manaus/AM, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, localizada na _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.005064**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste no fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**), por um período de 12 (doze) meses, nos termos do _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os bens e serviços objetos deste contrato deverão ser prestados pela **CONTRATADA** em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCENÇAS DO ATUAL CONTRATO (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2017 - MP/PGJ)

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS	Licença de uso	1.000

	PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

1.2. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

1.3. O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução

será fornecido pela **CONTRATANTE**.

1.4. A **CONTRATANTE** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

1.5. A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

1.6. A **CONTRATANTE** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela **CONTRATADA**.

1.7. Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados da **CONTRATANTE** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

1.8. Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para a **CONTRATANTE**.

1.9. Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pela **CONTRATANTE**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

2. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

2.1. As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

2.2. A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

2.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

2.4. As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

2.5. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

2.5.1. O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

2.6. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3. IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.1. Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.2. Principais funcionalidades:

3.2.1. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos

SNMP.

3.2.2. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX.

3.2.3. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software.

3.2.4. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada.

3.2.5. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria).

3.2.6. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores.

3.2.7. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.).

3.2.8. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT).

3.2.9. Gerenciamento de Dispositivos Modernos.

3.2.10. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios.

3.2.11. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos.

3.2.12. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos.

4. IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

4.1. **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

4.2. Principais funcionalidades:

4.2.1. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia).

4.2.2. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus.

4.2.3. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores.

4.2.4. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus.

4.2.5. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo.

4.2.6. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final.

4.2.7. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware.

4.2.8. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real.

4.2.9. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus específicos.

4.2.10. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados.

4.2.11. Configure alertas antivírus.

4.2.12. Gerar relatórios antivírus.

5. IVANTY SECURITY SUITE

5.1. O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas

à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

5.2. Principais funcionalidades:

5.2.1. Listas de conteúdo de segurança

5.2.2. Propriedades da definição (e regra de detecção)

5.2.3. Resultados da análise de Patch e conformidade

5.2.4. Atividades do antivírus e informações de status

5.2.5. Relatórios: Patch e conformidade

5.2.6. Atualizações da Ivanti

5.2.7. Atualizações de drivers

5.2.8. Atualizações de software

5.2.9. Download de definições e de arquivos de patch

5.2.10. Análises de segurança

5.2.11. Análises de conformidade

5.2.12. Implementação e instalação do Patch

5.2.13. Reparo automático

5.2.14. Alerta ao local (controle de conexão de rede)

5.2.15. Controle de aplicativo

5.2.16. Ivanti Firewall

5.2.17. Controle de Dispositivo

5.2.18. Listas de arquivos confiáveis

6. IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

6.1. **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

6.2. Principais funcionalidades:

6.2.1. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando:

6.2.1.1. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.

6.2.1.2. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.

6.2.2. Visualização do dispositivo, com ações:

6.2.2.1. Executar Script.

6.2.2.2. Detectar interrupção.

6.2.2.3. Reiniciar.

6.2.2.4. Status do patch.

6.2.2.5. Processo.

6.2.2.6. Serviços.

6.2.2.7. Controle remoto.

7. IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

7.1. O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

7.2. Principais funcionalidades:

7.2.1. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede.

7.2.2. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos.

7.2.3. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede.

7.2.4. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.5. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.6. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede.

8. CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

8.1. A pedido da **FISCALIZAÇÃO,** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

8.2. A capacitação deverá ser ministrado em lÍngua portuguesa, assim como a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

8.3. Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

8.4. A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

8.4.1. Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede d a **CONTRATANTE**, que fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

8.4.2. O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

8.4.3. Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

8.5. A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 10.520/2002;
2. Nos termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.005064;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do _____.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela.
2. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações da Lei n.º 8.666/93.
3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
4. **Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.**
5. Registrar os *softwares* no fabricante.
6. Realizar os chamados do suporte técnico.
7. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços e seu acompanhamento.

8. Atestar, em conjunto com a Comissão de Recebimento Definitivo, quando couber, o faturamento dos produtos entregues e serviços executados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
9. Encaminhar à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após conclusão dos serviços, cópia do Termo de Recebimento Definitivo e informar a data de registro dos produtos.
10. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
11. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos, executado em desacordo com o contrato.
12. Verificar, quando da liquidação e entrega do documento fiscal, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.
13. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
15. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
16. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.
18. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Ajuste, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da **CONTRATANTE**, e ocorrerá em dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995 – Nova Esperança (Ponta Negra) CEP 69037- 473 – Manaus/AM.

Parágrafo segundo. A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso

de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. No ato da entrega, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas**.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SUPORTE TÉCNICO:

A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

Parágrafo primeiro. Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

Parágrafo segundo. Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

Parágrafo terceiro. Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365):

1. Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;
2. O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;
3. O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;
4. Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

Parágrafo quinto. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

Parágrafo sexto. Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das condições estabelecidas neste contrato, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da **CONTRATADA**:

1. Permitir que as licenças sejam reinstaladas em outras máquinas que, porventura, substituam os computadores atuais por pane ou obsolescência.
2. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação).
3. Observar os prazos estabelecidos neste contrato.
4. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do edital, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência

da **CONTRATANTE**.

5.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, bem como prestar os esclarecimentos julgados necessários.
7. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

7.1. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.
9. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste termo.
10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra, necessários à completa realização dos serviços e fornecimento dos produtos.
11. Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.
12. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13. Entregar à **CONTRATANTE** os respectivos **documentos fiscais dos produtos e/ou serviços**, emitidos em conformidade com legislação aplicável, especialmente no que se refere aos documentos fiscais emitidos por meio eletrônico, os quais deverão ser atestados pela **FISCALIZAÇÃO.**
14. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.
15. Fazer constar nos documentos fiscais a descrição dos produtos/serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.
16. Comunicar imediatamente qualquer alteração que sofra em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefones, fax e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total do objeto, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo, através da **FISCALIZAÇÃO.**
2. Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento, formada por servidores especialmente designados.
3. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.
4. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
5. Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos *softwares* fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste contrato.
8. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo:

Parágrafo primeiro. O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e, 9** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

   1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, previstas neste contrato e na proposta apresentada, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, que não estiverem de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

   2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

   2.1.1. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

   2.1.2. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

   2.1.3. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas

características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

2.2 Cumpridos os requisitos editalícios e contratuais e, por conseguinte, sendo constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de FISCALIZAÇÃO e GESTÃO expedirá o **Termo de Recebimento Definitivo**, que será assinado pela referida equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 10** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da comunicação do início via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

   1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

   1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Parágrafo quarto. O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste contrato.

Parágrafo quinto. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a FISCALIZAÇÃO fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

Parágrafo nono. O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Parágrafo décimo primeiro. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido está em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, discriminado de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO (RENOVAÇÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1000	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
2	1000	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
3	1000	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		
4	300	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
5	300	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
6	300	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		
7	200	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C		
8	200	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C		
9	1	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L		
10	1	Capacitação no IVANTI Management Suite		
VALOR TOTAL			**R$**	

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado após entrega dos produtos e/ou serviços e apresentação do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo desta Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM, ou por meio do endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br*.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** fica ciente que o pagamento dos produtos será efetuado somente após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, pela **FISCALIZAÇÃO** e/ou **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços/produtos não abrangidos pelo objeto contratual; b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo sexto. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA** caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º **_____**, no valor global de **R$ _____.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços propostos não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma estabelecida na Lei n.º 10.192/2001, no Decreto n.º 2.271/97 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro. Após esse período, em caso de prorrogação do contrato, os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Segundo. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Terceiro. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93, e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste termo, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, correspondendo à importância de **R$ _____ (_____).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. prejuízos e danos causados à Administração durante a execução do contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**;

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial e mediante autorização específica da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A garantia deverá ter prazo superior a validade do contrato em pelo menos 3 (três) meses. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da referida garantia.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora, paralelamente às

comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA.**

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir da qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo nono. Será considerada extinta a garantia quando do término da vigência do contrato, e consequentemente a realização da devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público - DOMPE/AM.

Parágrafo segundo. O término da vigência contratual não prejudicará as obrigações da **CONTRATADA** em relação aos serviços e atualização devidos aos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87, da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-

7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	30%
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

Parágrafo primeiro. Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quinto. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

Parágrafo sexto. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo sétimo. A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo oitavo. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e aceito pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes consequências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas será providenciada pela **CONTRATANTE**, sob forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/93 e/ou do ATO PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade pregão;
2. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que os sócios da empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/07/2022, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865377** e o código CRC **D46ED53B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 600.2022.DCCON.0867603.2022.005064

0634711Manaus (Am.), 28 de julho de 2022.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato – fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints.

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**), por um período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência 3 (SEI nº 0785423).

Assim, encaminho a Minuta de Contrato (SEI nº 0865377) elaborada por esta Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Em tempo, informo que a referida minuta deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/07/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0867603** e o código CRC **535247FB**.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.005064**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com o Ato PGJ n.º 322/2007, que instituiu o Sistema de Registro de Preços no âmbito da PGJ, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, com o Decreto Estadual n.º 34.162/2013, com a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO SEI N.º 2022.005064	
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	às 10 horas do dia **XX/XX/2022** (horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	**925849**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – internet, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) pregoeiro(a), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de empresa especializada para***

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 25

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), descrito e qualificado conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTD
1		**RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS**		
	01	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	1.000
	02	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	1.000
	03	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	1.000
		EXPANSÃO TECNOLÓGICA		
	04	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	300
	05	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	300
	06	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	300
	07	*Ivanti Neurons Workspace Cloud* *PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C*	Licença de Uso	200
	08	*Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud* *PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C*	Licença de Uso	200
	09	*Ivanti Cloud Service Appliance* *PARTNUMBER = LDVCSA-L*	Licença de Uso	01
		SERVIÇOS		
	10	Capacitação no *IVANTI Management Suite*	Turma	01

2.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. Os produtos componentes do objeto da presente licitação deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas, constantes do **Item 3 – DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 26

Edital.

2.4. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.5. Integram o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.;
b) Anexo II – Minuta de Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.6. DO SUPORTE E DA GARANTIA TÉCNICA: A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto, cujas condições estabelecidas para a correta prestação dos serviços de suporte garantia técnica do produto encontram-se no I**tem 6 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste Edital.

3. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

3.1 A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

3.2. As demais condições para Entrega do objeto deste Edital, encontram-se no **Item 4 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Sexta da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

3.3. As condições para o Recebimento do Objeto deste Edital encontram-se no **Item 5 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Décima da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339040.

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 27

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber

instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e a divisibilidade do mesmo, será admitida proposta para, no mínimo, 50% do quantitativo estimado para cada item.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do

campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00 (um real).

9.9. O intervalo de tempo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 34

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 35

2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 36

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV**:

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado,

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 37

inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) **Prazo de entrega**: O prazo de entrega integral do objeto será de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA;

f) **Prazo de garantia**: O prazo de garantia da solução deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto;

g) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

h) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

i) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (Anexo III);

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros (Anexo III);

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato ou instrumento equivalente e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe da **Setor de Infraestrutura e Telecomunicação – SIET / Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.1.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e

Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.3. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentarem preço (global ou unitário) finais superiores ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,1% (um décimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documentos novos.**

11.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo Pregoeiro**.

11.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.3. Nas situações da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra ou indique local para verificação, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

11.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

11.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 41

Termo de Referência.

11.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

11.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias corridos**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.15. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.15.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê,

dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 45

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua

validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 47

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, conforme Termo de Referência.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão

de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação, observado o disposto no Item 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 50

inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do

direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.6.2, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Garantia e Assistência Técnica ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme

especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O prazo de suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações compreendias **no item 8 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Oitava da**

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 55

Minuta de Contrato Administrativo, *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

17.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

17.1.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, informações quanto a banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064,** *Anexo I*, bem como na **Cláusula Nona da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a CONTRATADA apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do termo contratual, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato e demais condições**,** conforme estabelecido na **Cláusula Décima Sexta da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento resultante da contratação do objeto será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato Administrativo**, anexo II deste Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

20.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura

apresentada.

20.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link http://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

20.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos produtos, o número da Nota de Empenho e da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

20.2.3. Enquanto pendente de liquidação, por obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

20.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

20.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, em formato físico ou virtual, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

20.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

20.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

20.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da

Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

20.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, no prazo indicado no subitem anterior, sendo que naqueles primeiros momentos não serão motivos para sua desclassificação, todavia, poderá a vir responder a procedimento administrativo sancionador por eventual retardamento da licitação com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes quando convocado posteriormente e deixar de atender no prazo fixado:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VIII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

d) Comprovante de endereço da sede da Contratada;

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2012, cumulada com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de**

reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.12. sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou

infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas na **Cláusula Décima Nona da Minuta de Contrato e Item 10 do Termo de Referência 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, Anexos II e I, respectivamente, deste Edital.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

22.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

22.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

22.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

22.1.3. O pedido deverá vir **instruído com os seguintes documentos/informações**: ***a)*** Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular; ***b)*** Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta; ***c)*** Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; ***d)*** Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de conseqüência incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.); ***e)*** Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item; ***f)*** Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

22.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

22.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração

da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

22.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

22.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

22.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

22.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

22.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

22.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

22.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

23. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

23.1. Até o dia **xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que de-

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 62

verá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia xx/xx/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

23.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 63

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

24.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

24.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

24.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

24.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

24.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento administrativo sancionador em face da conduta do licitante.

24.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

24.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

24.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

24.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

24.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais

Minuta de Edital (0870588) SEI 2022.005064 / pg. 65

de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

24.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

24.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

24.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

24.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

24.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

24.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

24.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

24.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimi-

das administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, xx de xxxxx de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;
e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unit. (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
Valor total da proposta R$ 00,00 (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____

b) **Prazo de entrega**: A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

c) **Prazo de garantia mínima:** A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

d) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);

e) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*

f) **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;

e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

Obs.: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO V

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

DESPACHO Nº 78.2022.CPL.0870383.2022.005064

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **Ofício Nº 37.2022.DTIC.0809760.2022.005064**, exarado pela **Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC desta PGJ/AM,** subscrito pelo Ilmo. Sr. Tadeu Azevedo de Medeiros, Chefe da DTIC, datado de 25/05/2022.

O detalhamento inicial do objeto foi realizado por intermédio do **Termo de Referência Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, o qual foi analisado pela Assessoria Jurídica, via **Parecer Nº 51.2022.01AJ-SUBADM.0832447.2022.005064**, e aprovado pelo Exmo. Sr. Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via **Despacho Nº 213.2022.01AJ-SUBADM.0832448.2022.005064**, após o que foram os autos remetidos ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS**, em 02/06/2022, para providências.

Tendo o **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCS** colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se, em 20/05/2022, o **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 80.2022.SCOMS.0851334.2022.005064** e o **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 260.2022.SCOMS.0851333.2022.005064,** remetendo os autos à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF**, recebido em 05/07/2022.

A **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF**, por sua vez, confeccionou a **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 255.2022.DOF - ORÇAMENTO.0852945.2022.005064**, datada de 06/07/2022 e chancelado pelo Ordenador de Despesas no dia 07/07/2022.

Encaminhado o procedimento à **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL** em 08/07/2022, procedeu-se, acuradamente, exame ao Termo de Referência correspondente e dos demais expedientes acostados aos fólios do álbum processual, encaminhando os autos, através do **Memorando Nº 329.2022.CPL.0864909.2022.005064**, à **Divisão de Contratos e Convênios - DCCON** para que, caso compartilhasse o entendimento deste Comitê, fosse confeccionada minuta de contrato.

A **Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, elaborou Minuta de Contrato (doc. 0865377), retornando os autos a esta CPL, em 28/07/2022, através do **Memorando Nº 329.2022.CPL.0864909.2022.005064**, para prosseguimento dos trabalhos.

Portanto, conclusos os autos a esta Comissão, devidamente instruído com a Minuta de Contrato (doc. 0865377), considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, esta CPL confeccionou **MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO** (doc. 0870588), **cujo critério de seleção é pelo menor preço GLOBAL.**

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Processo em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0870588) e da **MINUTA DE CONTRATO** (doc. 0865377).

Manaus, 02 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 02/08/2022, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0870383** e o código CRC **9B173B7D**.

PARECER Nº 90.2022.01AJ-SUBADM.0871186.2022.005064

PROCESSO: 2022.005064

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL E DA MINUTA DE CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO. DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MENOR PREÇO GLOBAL. Reputa-se adequada a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global –, uma vez que atende aos ditames legais e se afigura compatível com os conceitos de "bem comum" e "serviço comum", dado que o objeto dos autos teve seus padrões objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, em consonância com o disposto no já transcrito parágrafo único do art. 1° da Lei n° 10.520/02. Em tempo, os serviços a serem prestados encontram-se devidamente esmiuçados no item 2 do edital - detalhamento do objeto. A minuta de contrato administrativo possui todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença. Inteligência das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 e do Decreto nº 3.555/00. Aprovação das Minutas de Edital e do Contrato.

Retornam os autos tratando de processo administrativo interno deflagrado a partir do Ofício 37 (0809760), emanado da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC em que encaminha o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, com solicitação para deflagração de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

O Termo de Referência (0785423) foi devidamente aprovado - vide Parecer 51 (0832447) e Despacho 213 (0832448).

Os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, providenciando-se a emissão do Mapa Demonstrativo de Preços 80 (0851334). Por corolário, juntou-se aos autos o Quadro-Resumo do Processo de Compra 260 (0851333), bem como a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 255 (0852945).

Minuta do Contrato (0865377) e Minuta de Edital (0870588) devidamente acostadas aos autos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por intermédio do Despacho 78 (0870383), encaminhou os autos à SUBADM para fins de cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas.

É o breve relatório. OPINO.

De início, **reitero que o Termo de Referência, que é o anexo I do Edital, foi devidamente aprovado - vide Parecer 51 (0832447) e Despacho 213 (0832448)**. Passo a analisar a Minuta de Edital (0870588) e de seus anexos II (Minuta de Contrato), III (modelo de declarações complementares), IV (modelo de proposta de preços) e V (modelo de solicitação de cadastramento - SEFAZ/AM).

Conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do regime jurídico-administrativo, razão pelo qual a deflagração do procedimento licitatório constitui-se **como regra**. Segundo a melhor doutrina, a licitação caracteriza-se por ser um procedimento prévio de seleção, por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente

estabelecidos, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um Contrato Administrativo ou instrumento equivalente.

De acordo com o art. 4º, da Lei n.º 8.666/1993, todos os participantes de um certame têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido pela Lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Nesse diapasão, insta ressaltar que o ordenamento jurídico pátrio dispõe que a Administração Superior deverá iniciar o certame com uma fase interna, que segundo MATHEUS CARVALHO (*in* Manual de Direito Administrativo. 4ª ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 467), acontece quando: a "*Administração Pública está, internamente, se organizando para licitar, com a abertura do processo administrativo respectivo e com a realização dos atos preparatórios que justifiquem a realização do certame. O texto legal define requisitos a serem observados para início do procedimento*".

A Lei Federal nº 10.520/02, instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "bens ou serviços comuns", definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Nesse sentido, estabelece o parágrafo único do art. 1º da referida lei:

> Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Dessa maneira, em observância aos preceitos legais acima mencionados, reconheço como **adequada** a modalidade selecionada para a contratação pretendida pela Administração – **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço global** –, uma vez que atende aos ditames legais e se afigura compatível com os conceitos de "bem comum" e "serviço comum", dado que o objeto dos autos teve seus padrões objetivamente definidos por especificações usuais no mercado, em consonância com o disposto no já transcrito parágrafo único do art. 1° da Lei n° 10.520/02. Em tempo, os serviços a serem prestados encontram-se devidamente esmiuçados no item 2 do edital - do objeto.

O art. 21 do Decreto n° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão nos seguintes termos:

> Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
>
> V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
>
> XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

No mais, como sabido, o Edital é o instrumento convocatório do certame, além de ser indispensável para o regular andamento do processo de licitação e vincular os licitantes e a Administração Pública. Cabe ao Edital e seus anexos dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, em suma, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4º da Lei n° 10.520/02; no art. 40 da Lei n° 8.666/93, naquilo que é cabível e; no âmbito interno, no art. 7º do Ato PGJ nº 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

Quanto à Minuta de Contrato Administrativo (0865377), elaborada pela Divisão de

Contratos e Convênios - DCCON, tem-se que, de acordo com a dicção legal do art. 54, da Lei n.º 8.666/1993, os contratos administrativos serão regulados por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

O art. 55 da Lei n. 8.666/03, elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;
>
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
>
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
>
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
>
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
>
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No mesmo sentido, manifesta-se a Corte Federal de Contas ao se referir ao dever da Administração de observar os requisitos do contrato:

> Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009, PLENÁRIO).
>
> Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007, PLENÁRIO).

Especificamente, encontram-se previstos, *inter alia*, o detalhamento do objeto; capacitação; regimento de execução; gestão fiscalização; prazos e condições de entrega; as obrigações da contratada e da contratante, além das demais cláusulas gerais (recebimento; valor; liquidação e pagamento; reajuste; alteração e garantia contratual; vigência e; penalidades, etc), tudo em conformidade com o que determina a Lei Licitatória e com as necessidades deste Ministério Público. Assim, ao examinar a minuta acostada, verifica-se que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes.

No mais, os demais anexos do edital - Anexos III (modelo de declarações complementares), IV (modelo de proposta de preços) e V (modelo de solicitação de cadastramento - SEFAZ/AM) - estão de acordo com a legislação de regência e viabilizam o atendimento de aspectos formais e burocráticos do presente procedimento licitatório.

Isto posto, pelos fatos e fundamentos ora apresentados, esta assessoria jurídica **OPINA favoravelmente à aprovação da Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (0870588) e da Minuta de Contrato Administrativo (0865377), assim como dos demais anexos do edital,** de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

É o parecer que submeto à apreciação de V. Exa.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus/AM, 03 de agosto de 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 03/08/2022, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0871186** e o código CRC **78FD191D**.

DESPACHO Nº 416.2022.01AJ-SUBADM.0871187.2022.005064

PROCESSO: 2022.005064

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

Retornam os autos tratando de processo administrativo interno deflagrado a partir do Ofício 37 (0809760), emanado da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC em que encaminha o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064, com solicitação para deflagração de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

O Termo de Referência (0785423) foi devidamente aprovado - vide Parecer 51 (0832447) e Despacho 213 (0832448).

Os autos foram encaminhados ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, providenciando-se a emissão do Mapa Demonstrativo de Preços 80 (0851334). Por corolário, juntou-se aos autos o Quadro-Resumo do Processo de Compra 260 (0851333), bem como a Nota de Autorização de Despesas/Adjudicação - NAD 255 (0852945).

Minuta do Contrato (0865377) e Minuta de Edital (0870588) devidamente acostadas aos autos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por intermédio do Despacho 78 (0870383), encaminhou os autos à SUBADM para fins de cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo Ordenador de Despesas.

Por sua vez, após instada, a assessoria jurídica acostou ao presente caderno administrativo o Parecer 90 (0871186), opinando favoravelmente pela aprovação da **Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (0870588) e da Minuta de Contrato Administrativo (0865377), assim como dos demais anexos do edital**, de forma a alicerçarem o respectivo procedimento licitatório.

Diante de todo o exposto, **ACOLHO** a supracitada peça opinativa e **APROVO a Minuta de Edital do Pregão Eletrônico (0870588) e da Minuta de Contrato Administrativo (0865377), assim como dos demais anexos do edital.** Assim, **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à **CPL** para as providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (Am), 03 de agosto de 2022.

GÉBER MAFRA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Géber Mafra Rocha**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 03/08/2022, às 19:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0871187** e o código CRC **C8166887**.

Diário Oficial Eletrônico
Ministério Público do Estado do Amazonas

Nº 2409 Manaus, Quarta-feira, 13 de julho de 2022

ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 153/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno - SEI N.º 2022.011713, em que figura, como parte interessada, a Exma. Sra. Dra. ADRIANA MONTEIRO ESPINHEIRA, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Juruá, ora com as suas atribuições ampliadas para a Promotoria de Justiça da Comarca de Barreirinha;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 249.2022.02AJ-PGJ.0856791.2022.011713, datado de 12 de julho de 2022;

RESOLVE:

NOMEAR o bacharel RICHARDSON HERMES BARBOSA CHAGAS, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico de Promotoria de Justiça de Entrância Inicial, símbolo MP.06.03, do Quadro Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, a contar de 12.07.2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 13 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 160/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO as disposições do r. Despacho Nº 3170.2022.SGMP.0857339.2022.013486, datado de 12 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, como Presidente, e os servidores SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES, MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS e decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR o servidor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais os servidores IURY FECHINE RAMOS e THIAGO NORONHA DAMASCENO OLIVEIRA, Agentes de Apoio – Administrativo, desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2022.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 161/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 160/2022/PGJ, de 12 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 12.07.2022, os servidores EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, Agente de Apoio –

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas, bem como SARAH MADELENA BARBOSA SANTOS CORTES e CLEITON DA SILVA ALVES, Agentes de Apoio – Administrativos desta Procuradoria-Geral de Justiça, suplentes da Comissão Permanente de Licitação, como substitutos eventuais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral e Justiça

PORTARIA Nº 2080/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA, Promotor de Justiça Substituto, titular da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Tefé, para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0000762-03.2021.8.04.7500, em tramitação na Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 11 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2085/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2022.013444, onde figura, como interessada, a Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça - CAO-PDC;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso VIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

I – AMPLIAR as atribuições da Exma. Sra. Dra. KARLA FREGAPANI LEITE, Procuradora de Justiça, titular da 2ª Procuradoria de Justiça (3.ª Câmara Cível), para a 7ª Procuradoria de Justiça (2.ª Câmara Cível), no período de 11/07/2022 a 20/07/2022;

II – AUTORIZAR o pagamento da gratificação a que se refere o art. 283 da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2086/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. GEORGE PESTANA VIEIRA, Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições ampliadas para 65.ª Promotoria de Justiça de Manaus (Vara Especializada em Crimes de Trânsito), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0206518-46.2014.8.04.0001 , em tramitação na Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2089/2022/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 018/2020-CPJ, de 08 de outubro de 2020, que dispõe acerca das atribuições dos agentes ministeriais relativamente à interposição, apresentação de resposta e julgamento dos recursos cíveis e criminais submetidos à competência jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO os termos do r. Despacho n.º 0983/2022/SGMP – SAJ/MP 08.2022.00055036-8, de 12 de julho de 2022;

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. GEORGE PESTANA VIEIRA, Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições ampliadas para 65.ª Promotoria de Justiça de Manaus (Vara Especializada em Crimes de Trânsito), para oferecer as contrarrazões nos autos da Apelação Criminal n.º 0665903-44.2020.8.04.0001 , em tramitação na Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-geral de Justiça Para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis
Silvana Nobre de Lima Cabral
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma

José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.005064**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com o Ato PGJ n.º 322/2007, que instituiu o Sistema de Registro de Preços no âmbito da PGJ, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, com o Decreto Estadual n.º 34.162/2013, com a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO SEI N.º 2022.005064	
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	**às 10 horas do dia 19/08/2022 (**horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	**925849**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – internet, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) pregoeiro(a), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de empresa especializada para***

Edital PE 4.039/2022-CPL/MP/ PGJ (0872364) SEI 2022.005064 / pg. 84

fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), descrito e qualificado conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTD
1		**RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS**		
	01	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	1.000
	02	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	1.000
	03	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	1.000
		EXPANSÃO TECNOLÓGICA		
	04	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	300
	05	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	300
	06	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	300
	07	*Ivanti Neurons Workspace Cloud* *PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C*	Licença de Uso	200
	08	*Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud* *PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C*	Licença de Uso	200
	09	*Ivanti Cloud Service Appliance* *PARTNUMBER = LDVCSA-L*	Licença de Uso	01
		SERVIÇOS		
	10	Capacitação no *IVANTI Management Suite*	Turma	01

2.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. Os produtos componentes do objeto da presente licitação deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas, constantes do **Item 3 – DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste

Edital.

2.4. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.5. Integram o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.;
b) Anexo II – Minuta de Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.6. DO SUPORTE E DA GARANTIA TÉCNICA: A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto, cujas condições estabelecidas para a correta prestação dos serviços de suporte garantia técnica do produto encontram-se no I**tem 6 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste Edital.

3. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

3.1 A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

3.2. As demais condições para Entrega do objeto deste Edital, encontram-se no **Item 4 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Sexta da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

3.3. As condições para o Recebimento do Objeto deste Edital encontram-se no **Item 5 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Décima da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339040.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber

instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e a divisibilidade do mesmo, será admitida proposta para, no mínimo, 50% do quantitativo estimado para cada item.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do

campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00 (um real).

9.9. O intervalo de tempo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de

2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV**:

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado,

inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) **Prazo de entrega**: O prazo de entrega integral do objeto será de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA;

f) **Prazo de garantia**: O prazo de garantia da solução deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto;

g) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

h) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

i) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (Anexo III);

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros (Anexo III);

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato ou instrumento equivalente e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe da **Setor de Infraestrutura e Telecomunicação – SIET / Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.1.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e

Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.3. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentarem preço (global ou unitário) finais superiores ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,1% (um décimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documentos novos.**

11.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo Pregoeiro**.

11.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.3. Nas situações da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra ou indique local para verificação, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

11.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

11.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no

Termo de Referência.

11.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

11.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias corridos**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.15. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.15.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê,

dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua

validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, conforme Termo de Referência.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão

de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação, observado o disposto no Item 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a

inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do

direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.6.2, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Garantia e Assistência Técnica ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme

especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O prazo de suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações compreendias **no item 8 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Oitava da**

Minuta de Contrato Administrativo, *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

17.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

17.1.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, informações quanto a banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064,** *Anexo I*, bem como na **Cláusula Nona da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a CONTRATADA apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do termo contratual, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato e demais condições**,** conforme estabelecido na **Cláusula Décima Sexta da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento resultante da contratação do objeto será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato Administrativo**, anexo II deste Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

20.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura

apresentada.

20.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link http://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

20.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos produtos, o número da Nota de Empenho e da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

20.2.3. Enquanto pendente de liquidação, por obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

20.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

20.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, em formato físico ou virtual, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

20.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

20.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

20.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da

Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

20.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, no prazo indicado no subitem anterior, sendo que naqueles primeiros momentos não serão motivos para sua desclassificação, todavia, poderá a vir responder a procedimento administrativo sancionador por eventual retardamento da licitação com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes quando convocado posteriormente e deixar de atender no prazo fixado:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VIII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

d) Comprovante de endereço da sede da Contratada;

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2012, cumulada com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de**

reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.12. sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou

infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas na **Cláusula Décima Nona da Minuta de Contrato e Item 10 do Termo de Referência 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, Anexos II e I, respectivamente, deste Edital.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

22.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

22.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

22.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

22.1.3. O pedido deverá vir **instruído com os seguintes documentos/informações**: ***a)*** Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular; ***b)*** Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta; ***c)*** Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; ***d)*** Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de conseqüência incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.); ***e)*** Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item; ***f)*** Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

22.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

22.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração

da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

22.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

22.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

22.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

22.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

22.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

22.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

22.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

23. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

23.1. Até o dia **15/08/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que de-

verá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 15/08/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

23.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

24.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

24.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

24.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

24.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

24.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento administrativo sancionador em face da conduta do licitante.

24.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

24.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

24.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

24.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

24.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais

de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

24.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

24.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

24.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

24.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

24.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

24.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

24.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

24.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimi-

das administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 04 de agosto de 2022.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2022.08.04 10:26:36 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** atualmente tem seu parque de informática padronizado com a aplicações de Desktop e Antivírus Integrado **IVANTI EndPoint Manager, Ivanti *Secutity Suite e Ivanti Antivirus Manager* (*Bitdefender)***, atualmente denominado de solução **Ivanti Endpoint Manager**, conforme Processo SEI 2017.004745 e Contrato Administrativo nº 018/2017-MP/PGJ. Com intuito de manter a padronização, opta-se pela aquisição do upgrade das licenças, renovação da manutenção/garantia e aquisição de novas licenças para futura expansão

2.2 A solução **Ivanti Endpoint Manager** permite aos profissionais da área de suporte de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de ativos, controlar de forma pró-ativa os computadores, servidores e demais dispositivos, e realizar o acesso e suporte remoto em um único console. Trata-se de uma solução de gerenciamento completa, integrada e intuitiva.

2.3 Dentre suas principais funcionalidades estão:

a) Inventário de Hardware e Software;

b) Monitoramento de licenças de Software;

c) Distribuição de software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada;

d) Controle remoto e resolução de problemas;

e) Provisionamento de S.O, com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores;

f) Migração de Sistemas incluindo perfis de usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc,);

g) Gerenciamento de Energia (TI Verde);

h) Relatórios gerenciais e operacionais completos incluindo espaços de trabalho baseado em funções;

i) Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos e integráveis com AD;

j) Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para gerenciamento de dispositivos;

k) Suporte Windows 10;

l) Distribuição de Software – alterações na distribuição de pacotes.

2.4 Desde sua aquisição o software em questão obteve diversas atualizações, com adição de novas tecnologias e funcionalidades, bem como mudanças de funcionamento, realizadas pela fabricante, tornando o conhecimento dos técnicos que utilizam e administram esta ferramenta obsoleto, necessitando, para a melhor utilização e, por conseguinte, melhor operacionalidade das plataformas desta PGJ, de atualização através de capacitação.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 Os bens e serviços objeto deste processo de compra devem ser fornecidos por empresa especializada, selecionada sob o **regime de menor preço global**, em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCEÇAS DO ATUAL CONTRATO

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

3.2 CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

3.2.2 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

3.2.3 O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução será fornecido pelo MPAM.

3.2.4 O **MPAM** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

3.2.5 A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

3.2.6 O **MPAM** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

3.2.7 Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados do **MPAM** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

3.2.8 Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para o **MPAM**.

3.2.9 Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pelo **MPAM**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

3.3 RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

3.3.1 As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

3.3.2 A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

3.3.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

3.3.4 As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

3.3.5 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

3.3.5.1 O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

3.3.6 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3.4 IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.4.1 Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.4.2 Principais funcionalidades:

a. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP
b. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX
c. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software
d. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada
e. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria)
f. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores
g. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.)
h. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT)
i. Gerenciamento de Dispositivos Modernos
j. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios
k. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos
l. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos

3.5 IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

3.5.1 **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

3.5.2 Principais funcionalidades:

a. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia)
b. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus
c. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores
d. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus
e. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo
f. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final
g. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware
h. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real
i. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus específicos
j. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados
k. Configure alertas antivírus
l. Gerar relatórios antivírus

3.6 IVANTY SECURITY SUITE

3.6.1 O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

3.6.2 Principais funcionalidades:

a. Listas de conteúdo de segurança
b. Propriedades da definição (e regra de detecção)
c. Resultados da análise de Patch e conformidade
d. Atividades do antivírus e informações de status
e. Relatórios: Patch e conformidade
f. Atualizações da Ivanti

g. Atualizações de drivers
h. Atualizações de software
i. Download de definições e de arquivos de patch
j. Análises de segurança
k. Análises de conformidade
l. Implementação e instalação do Patch
m. Reparo automático
n. Alerta ao local (controle de conexão de rede)
o. Controle de aplicativo
p. Ivanti Firewall
q. Controle de Dispositivo
r. Listas de arquivos confiáveis

3.7 IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

3.7.1 **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

3.7.2 Principais funcionalidades:

a. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando
    i. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.
    ii. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.
b. Visualização do dispositivo, com ações:
    i. Executar Script
    ii. Detectar interrupção
    iii. Reiniciar
    iv. Status do patch
    v. Processo
    vi. Serviços
    vii. Controle remoto

3.8 IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

3.8.1 O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

3.8.2 Principais funcionalidades:

a. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede
b. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos
c. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede
d. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede
e. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede
f. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede

3.9 CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

3.9.1 A pedido da **FISCALIZAÇÃO** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

3.9.2 Acapacitação deverá ser ministrado em lingua portuguesa, assim como a CONTRADATA deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

3.9.3 Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

3.9.4 A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

3.9.4.1 Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede do **MPAM**, e o **MPAM** fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

3.9.4.2 O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

3.9.4.3 Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

3.9.5 A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.2 A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da PGJ, a qual ocorrerá **em dias úteis, no horário das 8h às 14h**, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

4.3 A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

4.4 A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **DTIC**.

4.5 No ato, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas.

4.6 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento do objeto deste Termo será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo.

5.2 O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4 e 5** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.2.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.2.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.2.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.2.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

i. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

ii. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

iii. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

5.2.2.2 Cumpridos os requisitos contratuais e editalícios do objeto e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3 O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 6** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.3.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação do inicio via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.3.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3.1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

5.3.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.4 Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

5.5 O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

5.6 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, em qualquer etapa do recebimento, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar em seu relatório técnico as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

5.7 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.8 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.9 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

5.10 O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

6. SUPORTE TÉCNICO

6.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

6.1.1 Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

6.2 Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

6.3 Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365);

6.3.1 Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;

6.3.2 O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;

6.3.3 O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;

6.3.4 Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

6.4 Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

6.5 Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato;

6.6 Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

7.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os bens e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, bens e serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

7.2 Declaração ou carta do fabricante atestando que a empresa licitante está apta a prestar serviços **IVANTI**.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das condições já previstas, especificadas nos itens que cuidam da entrega do objeto, constituem, igualmente, obrigações da futura **CONTRATADA**:

8.1 Permitir que o objeto contratado seja reinstalado em outros computadores que, porventura, substituam os atuais devido a pane ou obsolescência.

8.2 Manter garantia contra bugs (falhas de programação).

8.3 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

8.4 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes neste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

8.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

8.5.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

8.6 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.7 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

8.7.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8.8 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

8.9 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

8.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.10.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

8.11 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

8.12 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça – **PGJ-AM**:

9.1 Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo através da **FISCALIZAÇÃO**.

9.2 Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento formada por servidores especialmente designados.

9.3 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

9.4 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

9.5 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.

9.6 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias no objeto fornecido, exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no futuro contrato.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo e no futuro contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a observar as condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

10.2 A **LICITANTE VENCEDORA** que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, , podendo ser descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As sanções serão aplicadas pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

10.4 Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, **sem justificativa aceita pela Administração**:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

10.4.1 Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

10.5 **A falta de regularização da documentação** no prazo previsto sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.7 **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido,** o **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I. **Advertência**;

II. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

III. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. **Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas** pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

10.8 Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	30%
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

10.8.1 Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

10.9 As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

10.10 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual

será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.12 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a **LICITANTE** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

10.14 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

12. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 25/05/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 25/05/2022, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 25/05/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0785423** e o código CRC **1FB1FB31**.

2022.005064 v194

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2022 - MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, objetivando a atualização de licenças de softwares.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, Manaus/AM, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, localizada na _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.005064**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste no fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**), por um período de 12 (doze) meses, nos termos do _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os bens e serviços objetos deste contrato deverão ser prestados pela **CONTRATADA** em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCENÇAS DO ATUAL CONTRATO (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2017 - MP/PGJ)

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

1.2. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

1.3. O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução será fornecido pela **CONTRATANTE**.

1.4. A **CONTRATANTE** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

1.5. A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

1.6. A **CONTRATANTE** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela **CONTRATADA**.

1.7. Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados da **CONTRATANTE** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

1.8. Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para a **CONTRATANTE**.

1.9. Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pela **CONTRATANTE**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

2. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

2.1. As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

2.2. A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

2.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

2.4. As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

2.5. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

> 2.5.1. O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

2.6. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3. IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.1. Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e

que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.2. Principais funcionalidades:

3.2.1. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP.

3.2.2. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX.

3.2.3. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software.

3.2.4. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada.

3.2.5. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria).

3.2.6. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores.

3.2.7. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.).

3.2.8. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT).

3.2.9. Gerenciamento de Dispositivos Modernos.

3.2.10. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios.

3.2.11. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos.

3.2.12. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos.

4. IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

4.1. **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

4.2. Principais funcionalidades:

4.2.1. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia).

4.2.2. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus.

4.2.3. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores.

4.2.4. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus.

4.2.5. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo.

4.2.6. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final.

4.2.7. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware.

4.2.8. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real.

4.2.9. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para

esses produtos antivírus específicos.

4.2.10. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados.

4.2.11. Configure alertas antivírus.

4.2.12. Gerar relatórios antivírus.

5. IVANTY SECURITY SUITE

5.1. O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

5.2. Principais funcionalidades:

5.2.1. Listas de conteúdo de segurança

5.2.2. Propriedades da definição (e regra de detecção)

5.2.3. Resultados da análise de Patch e conformidade

5.2.4. Atividades do antivírus e informações de status

5.2.5. Relatórios: Patch e conformidade

5.2.6. Atualizações da Ivanti

5.2.7. Atualizações de drivers

5.2.8. Atualizações de software

5.2.9. Download de definições e de arquivos de patch

5.2.10. Análises de segurança

5.2.11. Análises de conformidade

5.2.12. Implementação e instalação do Patch

5.2.13. Reparo automático

5.2.14. Alerta ao local (controle de conexão de rede)

5.2.15. Controle de aplicativo

5.2.16. Ivanti Firewall

5.2.17. Controle de Dispositivo

5.2.18. Listas de arquivos confiáveis

6. IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

6.1. **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

6.2. Principais funcionalidades:

6.2.1. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando:

6.2.1.1. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.

6.2.1.2. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.

6.2.2. Visualização do dispositivo, com ações:

6.2.2.1. Executar Script.

6.2.2.2. Detectar interrupção.

6.2.2.3. Reiniciar.

6.2.2.4. Status do patch.

6.2.2.5. Processo.

6.2.2.6. Serviços.

6.2.2.7. Controle remoto.

7. IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

7.1. O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

7.2. Principais funcionalidades:

7.2.1. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede.

7.2.2. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos.

7.2.3. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede.

7.2.4. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.5. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.6. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede.

8. CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

8.1. A pedido da **FISCALIZAÇÃO,** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

8.2. A capacitação deverá ser ministrado em lÍngua portuguesa, assim como a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

8.3. Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

8.4. A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou

de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

8.4.1. Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede da **CONTRATANTE**, que fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

8.4.2. O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

8.4.3. Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

8.5. A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 10.520/2002;
2. Nos termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.005064;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do _____.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela.
2. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações da Lei n.º 8.666/93.
3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
4. **Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.**
5. Registrar os *softwares* no fabricante.
6. Realizar os chamados do suporte técnico.
7. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços e seu acompanhamento.
8. Atestar, em conjunto com a Comissão de Recebimento Definitivo, quando couber, o faturamento dos produtos entregues e serviços executados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
9. Encaminhar à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após conclusão dos serviços, cópia do Termo de Recebimento Definitivo e informar a data de registro dos produtos.
10. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
11. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos, executado em desacordo com o contrato.
12. Verificar, quando da liquidação e entrega do documento fiscal, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.
13. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
15. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
16. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.
18. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Ajuste, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da **CONTRATANTE**, e ocorrerá em dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995 – Nova Esperança (Ponta Negra) CEP 69037- 473 – Manaus/AM.

Parágrafo segundo. A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. No ato da entrega, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas**.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SUPORTE TÉCNICO:

A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

Parágrafo primeiro. Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

Parágrafo segundo. Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

Parágrafo terceiro. Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365):

1. Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;

2. O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;
3. O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;
4. Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

Parágrafo quinto. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

Parágrafo sexto. Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das condições estabelecidas neste contrato, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da **CONTRATADA**:

1. Permitir que as licenças sejam reinstaladas em outras máquinas que, porventura, substituam os computadores atuais por pane ou obsolescência.
2. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação).
3. Observar os prazos estabelecidos neste contrato.
4. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do edital, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

   5.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, bem como prestar os esclarecimentos julgados necessários.
7. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

   7.1. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.
9. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste termo.
10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as

despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra, necessários à completa realização dos serviços e fornecimento dos produtos.

11. Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.
12. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13. Entregar à **CONTRATANTE** os respectivos **documentos fiscais dos produtos e/ou serviços**, emitidos em conformidade com legislação aplicável, especialmente no que se refere aos documentos fiscais emitidos por meio eletrônico, os quais deverão ser atestados pela **FISCALIZAÇÃO.**
14. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.
15. Fazer constar nos documentos fiscais a descrição dos produtos/serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.
16. Comunicar imediatamente qualquer alteração que sofra em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefones, fax e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total do objeto, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo, através da **FISCALIZAÇÃO.**
2. Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento, formada por servidores especialmente designados.
3. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.
4. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
5. Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos *softwares* fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste contrato.

8. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo:

Parágrafo primeiro. O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e, 9** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, previstas neste contrato e na proposta apresentada, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, que não estiverem de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

2.1.1. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

2.1.2. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

2.1.3. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

2.2 Cumpridos os requisitos editalícios e contratuais e, por conseguinte, sendo constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de FISCALIZAÇÃO e GESTÃO expedirá o **Termo de Recebimento Definitivo**, que será assinado pela referida equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 10** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da comunicação do início via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá

Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Parágrafo quarto. O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste contrato.

Parágrafo quinto. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a FISCALIZAÇÃO fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

Parágrafo nono. O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Parágrafo décimo primeiro. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido está em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, discriminado de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO (RENOVAÇÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1000	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
2	1000	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		

3	1000	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		
4	300	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
5	300	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
6	300	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		
7	200	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C		
8	200	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C		
9	1	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L		
10	1	Capacitação no IVANTI Management Suite		
VALOR TOTAL			**R$**	

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado após entrega dos produtos e/ou serviços e apresentação do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo desta Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM, ou por meio do endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br*.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** fica ciente que o pagamento dos produtos será efetuado somente após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, pela **FISCALIZAÇÃO** e/ou **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços/produtos não abrangidos pelo objeto contratual; b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação

regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo sexto. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA** caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º **_____**, no valor global de **R$ _____.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços propostos não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma estabelecida na Lei n.º 10.192/2001, no Decreto n.º 2.271/97 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro. Após esse período, em caso de prorrogação do contrato, os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Segundo. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Terceiro. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93, e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste termo, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, correspondendo à importância de **R$ _____ (_____).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. prejuízos e danos causados à Administração durante a execução do contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**;

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial e mediante autorização específica da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A garantia deverá ter prazo superior a validade do contrato em pelo menos 3 (três) meses. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da referida garantia.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA.**

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de**

até 10 (dez) dias, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir da qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo nono. Será considerada extinta a garantia quando do término da vigência do contrato, e consequentemente a realização da devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público - DOMPE/AM.

Parágrafo segundo. O término da vigência contratual não prejudicará as obrigações da **CONTRATADA** em relação aos serviços e atualização devidos aos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87, da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor	30%

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
		da **CONTRATADA**.	
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

Parágrafo primeiro. Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quinto. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

Parágrafo sexto. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo sétimo. A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo oitavo. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e aceito pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º

8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes consequências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e

3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas será providenciada pela **CONTRATANTE**, sob forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/93 e/ou do ATO PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade pregão;
2. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que os sócios da empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal da XXXXXXX

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/07/2022, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865377** e o código CRC **D46ED53B**.

2022.005064 0865377v67

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;
e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unit. (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
Valor total da proposta R$ 00,00 (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____

b) **Prazo de entrega**: A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

c) **Prazo de garantia mínima:** A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

d) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);

e) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*

f) **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;

e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

Obs.: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO V

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ de _____ de _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

05/08/2022 12:36:47

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 08/08/2022.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 04039/2022

Forma de Realização: Eletrônico

Característica: Tradicional

Modo de Disputa: Aberto

Nº do Processo: 2022.005064

Tipo de Licitação: Menor Preço

Quantidade de Itens: 10

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto:

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

Data da Divulgação: 08/08/2022

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 08/08/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 19/08/2022 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04039/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1000)

Grupo: G1

2 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1000)

Grupo: G1

3 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1000

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1000)

Grupo: G1

4 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 300

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (300)

Grupo: G1

Publicação Comprasnet e Relacao de Itens 05.08.2022 (0873555) SEI 2022.005064 / pg. 165

5 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 300

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (300)

Grupo: G1

6 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 300

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (300)

Grupo: G1

7 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Workspace Cloud. PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (200)

Grupo: G1

8 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud. PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 200

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (200)

Grupo: G1

9 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Descrição Detalhada: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Cloud Service Appliance. PARTNUMBER = LDVCSA-L.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Grupo: G1

Publicação Comprasnet e Relacao de Itens 05.08.2022 (0873555) SEI 2022.005064 / pg. 166

10 - Treinamento - instalação / utilização equipamento

Descrição Detalhada: Capacitação no IVANTI Management Suite .

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Manaus/AM (1)

Grupo: G1

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1			
Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	1000	UND SERVIÇO TÉCNICO
2	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	1000	UND SERVIÇO TÉCNICO
3	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	1000	UND SERVIÇO TÉCNICO
4	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	300	UND SERVIÇO TÉCNICO
5	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	300	UND SERVIÇO TÉCNICO
6	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	300	UND SERVIÇO TÉCNICO
7	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	200	UND SERVIÇO TÉCNICO
8	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	200	UND SERVIÇO TÉCNICO
9	Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software	1	UND SERVIÇO TÉCNICO
10	Treinamento - instalação / utilização equipamento	1	UNIDADE

Publicação Comprasnet e Relacao de Itens 05.08.2022 (0873555) SEI 2022.005064 / pg. 167

atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 e Resolução nº 06/2015 – CSMP,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis na forma do art. 127, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do art. 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando ao efetivo respeito aos interesses, bens e direitos cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe em seu art. 37, caput, que: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.";

CONSIDERANDO que a política de desenvolvimento urbano, cuja execução é de responsabilidade do Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, conforme positivado no art. 182 da CF/88;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato n.º 187.2022.000003, na qual se verificou falta trafegabilidade e estrutura da Avenida Governador José Lindoso, Conjunto Novo Horizonte, Manicoré, abrangendo praticamente toda a frente do referido conjunto (extensão de aproximadamente 200 metros);

CONSIDERANDO que a intrafegabilidade da via afeta diretamente a população manicoreense, em especial os moradores da região, visto que, conforme relatos, carros médios e pequenos estão impedidos de passar na localidade. Ademais, motos têm de trafegar com pedestres na calçada;

RESOLVE

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Manicoré, LÚCIO FLÁVIO DO ROSÁRIO, que tome as medidas necessárias no sentido de dar trafegabilidade à Avenida Governador José Lindoso, Conjunto Novo Horizonte, Manicoré, realizando a pavimentação asfáltica de toda a via – observando o intenso trânsito de veículos pesados na região -, com sinalização adequada.

Na mesma oportunidade, diante a urgência da demanda, recomenda-se que seja enviando ao Ministério Público, no prazo de 20 (vinte) dias, cronograma de execução e relatório documental/fotográfico de antes, durante e depois dos serviços, devendo haver uma barreira para o trânsito de veículos pesados na região durante os serviços, haja vista os reclamos populares a respeito.

Ressalta-se que o não cumprimento desta Recomendação, dentro dos prazos estipulados, implicará na adoção das medidas judiciais cabíveis à espécie.

Publique-se.

Manicoré/AM, 04 de agosto de 2022.

VINÍCIUS RIBEIRO DE SOUZA
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.005064

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)., descritos quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

ABERTURA: 19/08/2022 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 08/08/2022.

LOCAL: no site www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0701 / (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 04 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 439/2022/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 2022.011924,

RESOLVE:

DESLIGAR o estagiário VINÍCIUS OTÁVIO ALVES CONCEIÇÃO, matrícula 001.654-3 A, a contar de 01/07/2022, do quadro de estagiários da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, 29 de junho de 2022.

DMES BRITO DE SOUZA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 495/2022/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 2022.014840,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Géber Mafra Rocha
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE Ed. 2425 04.08.22 (0873558) SEI 2022.005064 / pg. 168

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.005064**, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 do Procurador-Geral de Justiça, torna público que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007, com o Ato PGJ n.º 322/2007, que instituiu o Sistema de Registro de Preços no âmbito da PGJ, com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20/09/2019**, com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, com o Decreto Estadual n.º 34.162/2013, com a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO SEI N.º 2022.005064	
Recebimento das propostas:	a partir da data de publicação do aviso no DOMPE.
Abertura das propostas:	**às 11 horas do dia 25/08/2022 (**horário de Brasília).
Licitação exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO	
Endereço eletrônico:	http://www.comprasgovernamentais.gov.br.
Código UASG:	**925849**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – internet, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) pregoeiro(a), e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a ***contratação de empresa especializada para***

fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), descrito e qualificado conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTD
1		**RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS**		
	01	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	1.000
	02	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	1.000
	03	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	1.000
		EXPANSÃO TECNOLÓGICA		
	04	*Ivanti EndPoint Manager* *PARTNUMBER = LDMSPMA-M*	Licença de Uso	300
	05	*Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS* *PARTNUMBER = LDAV-BD-S*	Licença de Uso	300
	06	*Ivanty Security Suite* *PARTNUMBER = LDSS-S*	Licença de Uso	300
	07	*Ivanti Neurons Workspace Cloud* *PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C*	Licença de Uso	200
	08	*Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud* *PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C*	Licença de Uso	200
	09	*Ivanti Cloud Service Appliance* *PARTNUMBER = LDVCSA-L*	Licença de Uso	01
		SERVIÇOS		
	10	Capacitação no *IVANTI Management Suite*	Turma	01

2.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. Os produtos componentes do objeto da presente licitação deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas, constantes do **Item 3 – DETALHAMENTO DO OBJETO do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste

Edital.

2.4. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas relativas a frete, taxas, análises, amostras, impostos, licenças, encargos sociais, ou outras que possam influir direta ou indiretamente nos custos.

2.5. Integram o presente Edital, como parte indissolúvel:

a) Anexo I – Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.;
b) Anexo II – Minuta de Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Declarações Complementares;
d) Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;
e) Anexo V – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

2.6. DO SUPORTE E DA GARANTIA TÉCNICA: A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto, cujas condições estabelecidas para a correta prestação dos serviços de suporte garantia técnica do produto encontram-se no I**tem 6 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** deste Edital.

3. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

3.1 A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

3.2. As demais condições para Entrega do objeto deste Edital, encontram-se no **Item 4 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Sexta da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

3.3. As condições para o Recebimento do Objeto deste Edital encontram-se no **Item 5 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, **Anexo I** e **Cláusula Décima da Minuta Contratual**, Anexo II deste Edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 100, Elemento 339040.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site http://www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber

instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e a divisibilidade do mesmo, será admitida proposta para, no mínimo, 50% do quantitativo estimado para cada item.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. Na proposta registrada no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item;

8.1.2. Marca;

8.1.3. Fabricante;

8.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.4.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O **prazo de validade da proposta não será inferior** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.6. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.8. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do

campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 1,00 (um real).

9.9. O intervalo de tempo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de

2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 02 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo IV**:

a) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

a.1.) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

a.2.) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

a.3.) Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

c) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado,

inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

d) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

e) **Prazo de entrega**: O prazo de entrega integral do objeto será de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho pela empresa CONTRATADA;

f) **Prazo de garantia**: O prazo de garantia da solução deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do objeto;

g) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

h) Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

i) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j) Quando solicitada pelo Pregoeiro, **documentação técnica (manuais, catálogos ou prospectos)**, com as características detalhadas (marca, modelo, cor, tipo de material e medidas) e imagens ilustrativas dos produtos propostos, que possibilitem a completa averiguação de conformidade com as especificações, visando facilitar a avaliação a ser realizada por técnicos deste Órgão.

10.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo III do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 6.6.,** para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação (Anexo III);

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros (Anexo III);

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato ou instrumento equivalente e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo IV**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação, se necessário, será analisada pela equipe da **Setor de Infraestrutura e Telecomunicação – SIET / Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.1.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e

Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.3. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentarem preço (global ou unitário) finais superiores ao preço máximo fixado pela Administração (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições previstas no parágrafo 1.º do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.3.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,1% (um décimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades, vedada a juntada de documentos novos.**

11.4. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo Pregoeiro**.

11.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a

exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.3. Nas situações da compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra ou indique local para verificação, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.**

11.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, **a proposta do licitante será recusada.**

11.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no

Termo de Referência.

11.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

11.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **10 (dez) dias corridos**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer das declarações complementares, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11.15. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.15.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê,

dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, **ficando dispensada esta exigência, no caso de comprovação de regularidade prevista no subitem a seguir;**

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, **afastando-se a necessidade de envio da inscrição prevista no subitem anterior;**

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua

validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha prestado, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas, conforme Termo de Referência.

12.10.1.1. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.1.2. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.1.3. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este Edital, tendo em vista o vulto da aquisição, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 10.9.3 deste instrumento convocatório.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão

de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação, observado o disposto no Item 24.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a

inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias corridos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do

direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa.

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.6.2, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Garantia e Assistência Técnica ou emitido instrumento equivalente.

16.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis,** contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

16.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

16.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0** e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

16.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

16.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme

especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

16.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O prazo de suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

16.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Além das obrigações compreendias **no item 8 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Oitava da**

Minuta de Contrato Administrativo, *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

17.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

17.1.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

17.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, informações quanto a banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Termo de Referência n.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064,** *Anexo I*, bem como na **Cláusula Nona da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a CONTRATADA apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do termo contratual, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato e demais condições**,** conforme estabelecido na **Cláusula Décima Sexta da Minuta de Contrato Administrativo**, *Anexo II* a este Edital.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento resultante da contratação do objeto será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato Administrativo**, anexo II deste Edital, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

20.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura

apresentada.

20.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link http://www.mpam.mp.br/servicos-sp-261893274/licitacoes/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

20.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos produtos, o número da Nota de Empenho e da Ata de Registro de Preços, conforme o caso;

20.2.3. Enquanto pendente de liquidação, por obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

20.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

20.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, em formato físico ou virtual, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

20.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

20.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

20.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da

Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

20.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, no prazo indicado no subitem anterior, sendo que naqueles primeiros momentos não serão motivos para sua desclassificação, todavia, poderá a vir responder a procedimento administrativo sancionador por eventual retardamento da licitação com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes quando convocado posteriormente e deixar de atender no prazo fixado:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VIII);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

d) Comprovante de endereço da sede da Contratada;

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2012, cumulada com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de**

reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

21.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.12. sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

21.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

21.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

21.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

21.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou

infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas previstas na **Cláusula Décima Nona da Minuta de Contrato e Item 10 do Termo de Referência 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064**, Anexos II e I, respectivamente, deste Edital.

21.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

21.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

21.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

21.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

22. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

22.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou de instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

22.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

22.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

22.1.3. O pedido deverá vir **instruído com os seguintes documentos/informações**: ***a)*** Planilha ou equivalente, contendo o custo (preço de custo, impostos, frete, lucro) de cada item constante da proposta inicial em confronto com a nova planilha atualizada, a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular; ***b)*** Demonstração de forma cabal que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à apresentação da proposta; ***c)*** Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa; ***d)*** Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato, imprevisível ou previsível, porém de conseqüência incalculáveis, apresentado, para tanto TODOS os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento (notas fiscais, cotações e etc.); ***e)*** Memória de cálculo em conformidade com a variação pleiteada, por item; ***f)*** Demonstração de que o desequilíbrio de fato alheio à vontade das partes.

22.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

22.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração

da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

22.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

22.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

22.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

22.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

22.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

22.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

22.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

23. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

23.1. Até o dia **19/08/2022, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que de-

verá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 19/08/2022, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

23.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

24.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

24.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3.1. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

24.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

24.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

24.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento administrativo sancionador em face da conduta do licitante.

24.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

24.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

24.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

24.7.3. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

24.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais

de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

24.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

24.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

24.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

24.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico **http://www.comprasgovernamentais.gov.br**.

24.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

24.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

24.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios **http://www.comprasgovernamentais.gov.br** e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

24.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

24.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

24.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimi-

das administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 9 de agosto de 2022.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291

Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2022.08.09 10:56:49 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**).

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** atualmente tem seu parque de informática padronizado com a aplicações de Desktop e Antivírus Integrado **IVANTI EndPoint Manager, Ivanti *Secutity Suite e Ivanti Antivirus Manager* (*Bitdefender)***, atualmente denominado de solução **Ivanti Endpoint Manager**, conforme Processo SEI 2017.004745 e Contrato Administrativo nº 018/2017-MP/PGJ. Com intuito de manter a padronização, opta-se pela aquisição do upgrade das licenças, renovação da manutenção/garantia e aquisição de novas licenças para futura expansão

2.2 A solução **Ivanti Endpoint Manager** permite aos profissionais da área de suporte de TI automatizar as tarefas de gerenciamento de ativos, controlar de forma pró-ativa os computadores, servidores e demais dispositivos, e realizar o acesso e suporte remoto em um único console. Trata-se de uma solução de gerenciamento completa, integrada e intuitiva.

2.3 Dentre suas principais funcionalidades estão:

a) Inventário de Hardware e Software;

b) Monitoramento de licenças de Software;

c) Distribuição de software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada;

d) Controle remoto e resolução de problemas;

e) Provisionamento de S.O, com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores;

f) Migração de Sistemas incluindo perfis de usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc,);

g) Gerenciamento de Energia (TI Verde);

h) Relatórios gerenciais e operacionais completos incluindo espaços de trabalho baseado em funções;

i) Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos e integráveis com AD;

j) Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para gerenciamento de dispositivos;

k) Suporte Windows 10;

l) Distribuição de Software – alterações na distribuição de pacotes.

2.4 Desde sua aquisição o software em questão obteve diversas atualizações, com adição de novas tecnologias e funcionalidades, bem como mudanças de funcionamento, realizadas pela fabricante, tornando o conhecimento dos técnicos que utilizam e administram esta ferramenta obsoleto, necessitando, para a melhor utilização e, por conseguinte, melhor operacionalidade das plataformas desta PGJ, de atualização através de capacitação.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1 Os bens e serviços objeto deste processo de compra devem ser fornecidos por empresa especializada, selecionada sob o **regime de menor preço global**, em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCEÇAS DO ATUAL CONTRATO

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 213

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

3.2 CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

3.2.2 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

3.2.3 O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução será fornecido pelo MPAM.

3.2.4 O **MPAM** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

3.2.5 A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

3.2.6 O **MPAM** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

3.2.7 Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados do **MPAM** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

3.2.8 Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para o **MPAM**.

3.2.9 Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pelo **MPAM**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

3.3 RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

3.3.1 As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

3.3.2 A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

3.3.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

3.3.4 As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

3.3.5 A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

3.3.5.1 O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 214

3.3.6 A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3.4 IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.4.1 Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.4.2 Principais funcionalidades:

a. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP
b. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX
c. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software
d. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada
e. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria)
f. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores
g. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.)
h. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT)
i. Gerenciamento de Dispositivos Modernos
j. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios
k. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos
l. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos

3.5 IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

3.5.1 **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

3.5.2 Principais funcionalidades:

a. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia)
b. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus
c. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores
d. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus
e. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo
f. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final
g. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware
h. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real
i. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus específicos
j. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados
k. Configure alertas antivírus
l. Gerar relatórios antivírus

3.6 IVANTY SECURITY SUITE

3.6.1 O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

3.6.2 Principais funcionalidades:

a. Listas de conteúdo de segurança
b. Propriedades da definição (e regra de detecção)
c. Resultados da análise de Patch e conformidade
d. Atividades do antivírus e informações de status
e. Relatórios: Patch e conformidade
f. Atualizações da Ivanti
g. Atualizações de drivers

h. Atualizações de software
i. Download de definições e de arquivos de patch
j. Análises de segurança
k. Análises de conformidade
l. Implementação e instalação do Patch
m. Reparo automático
n. Alerta ao local (controle de conexão de rede)
o. Controle de aplicativo
p. Ivanti Firewall
q. Controle de Dispositivo
r. Listas de arquivos confiáveis

3.7 IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

3.7.1 **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

3.7.2 Principais funcionalidades:

a. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando
   i. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.
   ii. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.
b. Visualização do dispositivo, com ações:
   i. Executar Script
   ii. Detectar interrupção
   iii. Reiniciar
   iv. Status do patch
   v. Processo
   vi. Serviços
   vii. Controle remoto

3.8 IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

3.8.1 O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

3.8.2 Principais funcionalidades:

a. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede
b. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos
c. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede
d. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede
e. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede
f. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede

3.9 CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

3.9.1 A pedido da **FISCALIZAÇÃO** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

3.9.2 Acapacitação deverá ser ministrado em lingua portuguesa, assim como a CONTRADATA deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

3.9.3 Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

3.9.4 A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

3.9.4.1 Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede do **MPAM**, e o **MPAM** fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

3.9.4.2 O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 216

3.9.4.3 Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

3.9.5 A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

4. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

4.2 A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da PGJ, a qual ocorrerá **em dias úteis, no horário das 8h às 14h**, no seguinte endereço:

Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Ponta Negra

CEP. 69037-473, Manaus, Amazonas

4.3 A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

4.4 A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **DTIC**.

4.5 No ato, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas.

4.6 O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação dar-se-á a partir da data de sua assinatura, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 O recebimento do objeto deste Termo será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo.

5.2 O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4 e 5** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.2.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.2.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.2.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e obrigações contratuais, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens que não estejam de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.2.2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

i. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

ii. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

iii. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 217

5.2.2.2 Cumpridos os requisitos contratuais e editalícios do objeto e, por conseguinte, seja constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3 O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 6** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

5.3.1 **PROVISORIAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação do inicio via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

5.3.1.1 Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.3.1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

5.3.2 **DEFINITIVAMENTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

5.4 Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

5.5 O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

5.6 Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, em qualquer etapa do recebimento, a **FISCALIZAÇÃO** fará constar em seu relatório técnico as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

5.7 A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

5.8 A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.9 A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

5.10 O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

6. SUPORTE TÉCNICO

6.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

6.1.1 Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

6.2 Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

6.3 Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365);

6.3.1 Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;

6.3.2 O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;

6.3.3 O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;

6.3.4 Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

6.4 Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

6.5 Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato;

6.6 Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

7.1 Para que possam ser habilitados a fornecerem os bens e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, bens e serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita(m) estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

7.2 Declaração ou carta do fabricante atestando que a empresa licitante está apta a prestar serviços **IVANTI**.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das condições já previstas, especificadas nos itens que cuidam da entrega do objeto, constituem, igualmente, obrigações da futura **CONTRATADA**:

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 218

8.1 Permitir que o objeto contratado seja reinstalado em outros computadores que, porventura, substituam os atuais devido a pane ou obsolescência.

8.2 Manter garantia contra bugs (falhas de programação).

8.3 Observar os prazos estabelecidos neste Termo e no contrato.

8.4 Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes neste Termo, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.

8.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

8.5.1 A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

8.6 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.7 Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

8.7.1 A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8.8 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.

8.9 Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste Termo.

8.10 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.10.1 A inadimplência da **CONTRATADA** com referência a tais encargos não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

8.11 Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **PGJ** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.

8.12 A inobservância das especificações constantes deste Termo de Referência implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas, Procuradoria-Geral de Justiça – **PGJ-AM**:

9.1 Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo através da **FISCALIZAÇÃO**.

9.2 Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento formada por servidores especialmente designados.

9.3 Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do contrato.

9.4 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste Termo.

9.5 Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.

9.6 Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias no objeto fornecido, exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.7 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste instrumento e no futuro contrato.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo e no futuro contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a observar as condições de execução do contrato, estando sujeita à avaliação da qualidade dos serviços prestados, segundo os níveis de serviço descritos neste Termo.

10.2 A **LICITANTE VENCEDORA** que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município, , podendo ser descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As sanções serão aplicadas pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

10.4 Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, **sem justificativa aceita pela Administração**:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 219

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

10.4.1 Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

10.5 **A falta de regularização da documentação** no prazo previsto sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

10.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.7 **Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido,** o **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA** poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I. **Advertência**;

II. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

III. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

IV. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V. **Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas** pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

10.8 Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	30%
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

10.8.1 Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

10.9 As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

10.10 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.12 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 220

quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a **LICITANTE** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

10.14 A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, sendo parte integrante do procedimento interno respectivo.

12. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

WALESKA GRACIEME ANDRADE MARQUES DE OLIVEIRA
Coordenadora da Área de Suporte de TI

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

13. APROVAÇÃO

Solicitamos aprovação.

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS
Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira**, **Agente Técnico - Analista de Banco de Dados**, em 25/05/2022, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 25/05/2022, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Azevedo de Medeiros**, **Diretor(a) de Tecnologia de Informação e Comunicação - DTIC**, em 25/05/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0785423** e o código CRC **1FB1FB31**.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2022 - MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, objetivando a atualização de licenças de softwares.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, Manaus/AM, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, localizada na _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta no Processo n.º **2022.005064**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem firmar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARES**, nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente ajuste consiste no fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada **Ivanti Endpoint Manager** e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (**MPAM**), por um período de 12 (doze) meses, nos termos do _____-CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os bens e serviços objetos deste contrato deverão ser prestados pela **CONTRATADA** em conformidade com as características mínimas descritas neste termo e nos quantitativos a seguir listados:

ITEM A - RENOVAÇÃO DAS LINCENÇAS DO ATUAL CONTRATO (CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2017 - MP/PGJ)

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000
02	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000
03	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	1.000

Tabela 1 – Descrição e quantificação das licenças para renovação do atual contrato

ITEM B - EXPANSÃO TECNOLÓGICA

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
04	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M	Licença de uso	300
05	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S	Licença de uso	300
06	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S	Licença de uso	300
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200
08	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C	Licença de uso	200
09	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L	Licença de uso	01

Tabela 2 – Descrição e quantificação das licenças para expansão tecnológica

ITEM C - SERVIÇOS

SUBITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
10	Capacitação no IVANTI Management Suite	Turma	01

Tabela 3 – Descrição e quantificação dos serviços para contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de assinatura anual e deverá ter validade pelo periodo de 12 (doze) meses.

1.2. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas já adquiridas.

1.3. O hardware (servidores e storage) que será utilizado para instalação e operacionalização da solução será fornecido pela **CONTRATANTE**.

1.4. A **CONTRATANTE** fornecerá toda a infraestrutura de rede necessária para os servidores utilizados na solução.

1.5. A solução deverá ser executada em máquinas virtuais **NUTANIX** Acropolis 6.1 e versões mais novas.

1.6. A **CONTRATANTE** fornecerá licenças de Windows Server 2016 (datacenter) ou superior. Caso seja necessário licenciamento de outros sistemas operacionais, suas licenças deverão ser fornecidas pela **CONTRATADA**.

1.7. Pode ser utilizada a infraestrutura de banco de dados da **CONTRATANTE** caso a solução seja compatível com Oracle Enterprise Edition 12c ou PostgreSQL 9.4. O uso dos servidores de banco de dados será compartilhado com outras soluções.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 224

1.8. Caso o banco de dados utilizado seja o Microsoft SQL Server, as licenças devem ser do tipo Standard 2019 (ou superior) contendo ao menos 6 (seis) SQL CAL´s a serem fornecidas juntamente com a solução de gestão de EndPoint, incluindo Software Assurance durante o período de vigência do contrato, e devem ser transferidas para a **CONTRATANTE**.

1.9. Todo licenciamento de software envolvido na Solução proposta que não seja cedido pela **CONTRATANTE**, deverá ter o fornecimento do licenciamento de uso não-exclusivo e em caráter permanente.

2. RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO

2.1. As licenças da atual solução **Ivanti Endpoint Manager** foram adquiridas na modalidade SUBSCRIPTION desde o exercício de 2009.

2.2. A manutenção da solução Ivanti Endpoint Manager compreende o direito de obter, através de download via internet, as atualizações de versões, releases ou quaisquer outros tipos de aprimoramento, evolução, melhoria ou correção do software, ainda que tenham suas denominações alteradas no transcorrer do período de vigência contratual.

2.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico e manutenção, com atualizações por todo período contratado, da solução Ivanti Endpoint Manager licenciada à PGJ-AM, de acordo com o quantitativo adquirido, incluindo os módulos que integram o produto.

2.4. As licenças de uso da solução Ivanti Endpoint Manager atualmente instalados **expiram em 19.09.2022**.

2.5. A modalidade de licenciamento do software é baseada no modelo de licença de **assinatura anual** e deverá ter validade pelo período de 12 (doze) meses.

2.5.1. O prazo de 12 (doze) meses para o licenciamento deverá ser **contado a partir de 20.9.2022.**

2.6. A versão dos softwares e atualizações a serem fornecidas deverão ser sempre as mais recentes, em todos os casos, com compatibilidade para plataformas adquiridas.

3. IVANTI ENDPOINT MANAGER

3.1. Com o objetivo de proporcionar uma efetiva gestão dos dispositivos, a **CONTRATADA** deverá entregar solução que permita o gerenciar e inventariar equipamentos e que possibilite o monitoramento das instalações fora da política definida pela **CONTRATANTE**, evitando a instalação de softwares indesejados, além da possibilidade de alertas de uso que ferem as políticas de software, permitindo assim, uma rápida ação de correção. O **Ivanti EndPoint Manager** permite automatizar as tarefas de gerenciamento de sistemas e segurança, e controlar, atualizar e proteger de forma proativa computadores, servidores e dispositivos móveis – tudo em um único console.

3.2. Principais funcionalidades:

3.2.1. Inventário de Software e Hardware, incluindo computadores, impressoras e dispositivos SNMP.

3.2.2. Suporte Multiplataforma: Windows, Linux, MAC, HPUX.

3.2.3. Monitoramento de Licenças de SW, para aplicações e pacotes de software.

3.2.4. Distribuição de Software inteligente, com controle do uso de banda de rede e método de distribuição otimizada.

3.2.5. Controle Remoto e Ferramentas para Resolução de Problemas (com auditoria).

3.2.6. Provisionamento de S.O., com imagens neutras para inserção automática de drivers durante aplicação em novos computadores.

3.2.7. Migração de Sistemas incluindo Perfis de Usuários (MyDocuments, Desktop, Atalhos, etc.).

3.2.8. Gerenciamento de Energia para TI Verde (Green IT).

3.2.9. Gerenciamento de Dispositivos Modernos.

3.2.10. Relatórios Gerenciais e Operacionais Completos, incluindo mais de 100 relatórios prontos e ambiente gráfico para customização e desenvolvimento de novos relatórios.

3.2.11. Administração baseada em usuários com perfis, escopos e direitos.

3.2.12. Arquitetura Modular permitindo alta escalabilidade para o gerenciamento de milhares de dispositivos.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 225

4. IVANTI ANTIVIRUS MANAGER

4.1. **Ivanti Antivirus Manager** mantém um banco de dados atual de arquivos de definição/padrão de vírus que podem ser baixados, avaliados e testados e distribuídos para dispositivos-alvo dentro da rede.

4.2. Principais funcionalidades:

4.2.1. Baixe as mais recentes atualizações de arquivos de definição de vírus \pattern (o banco de dados de assinatura antivírus do serviço **Ivanti® Endpoint Manager** é atualizado várias vezes por dia).

4.2.2. Agende atualizações recorrentes de arquivos de definição de vírus.

4.2.3. Arquive arquivos de definição de vírus anteriores.

4.2.4. Crie e implante tarefas de instalação de agentes antivírus.

4.2.5. Executar varreduras antivírus sob demanda e programadas em dispositivos-alvo.

4.2.6. Configure o comportamento de varredura antivírus e as opções do usuário final.

4.2.7. Selecione quais tipos de arquivos para digitalizar e se deve digitalizar para riskware.

4.2.8. Habilite a proteção contra vírus de arquivo e e-mail em tempo real.

4.2.9. Procure por mecanismos de scanner antivírus de terceiros e habilite/desabilite a varredura de vírus em tempo real e garanta arquivos de padrão de vírus atualizados para esses produtos antivírus específicos.

4.2.10. Exibir informações sobre atividades e status antivírus para dispositivos digitalizados.

4.2.11. Configure alertas antivírus.

4.2.12. Gerar relatórios antivírus.

5. IVANTY SECURITY SUITE

5.1. O **Ivanti Security Suite** for Endpoint Manager fornece as ferramentas necessárias para gerenciar e proteger dispositivos e dados críticos na sua rede empresarial usando um único console. Baseam-se na funcionalidade primária do **Ivanti Endpoint Manager** que permite configurar e gerenciar dispositivos de rede e aperfeiçoar, e concentra-se nessa funcionalidade adicionando ferramentas específicas relacionadas à segurança, como: Patch e Conformidade, Endpoint Security, Controle de aplicativos, Firewall Ivanti, Controle de dispositivos, Agent Watcher, Data Protection e outros; oferecendo uma solução abrangente e segmentada de segurança.

5.2. Principais funcionalidades:

5.2.1. Listas de conteúdo de segurança

5.2.2. Propriedades da definição (e regra de detecção)

5.2.3. Resultados da análise de Patch e conformidade

5.2.4. Atividades do antivírus e informações de status

5.2.5. Relatórios: Patch e conformidade

5.2.6. Atualizações da Ivanti

5.2.7. Atualizações de drivers

5.2.8. Atualizações de software

5.2.9. Download de definições e de arquivos de patch

5.2.10. Análises de segurança

5.2.11. Análises de conformidade

5.2.12. Implementação e instalação do Patch

5.2.13. Reparo automático

5.2.14. Alerta ao local (controle de conexão de rede)

5.2.15. Controle de aplicativo

5.2.16. Ivanti Firewall

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 226

5.2.17. Controle de Dispositivo

5.2.18. Listas de arquivos confiáveis

6. IVANTI NEURONS FOR WORKSPACE & IVANTI NEURONS PLATFORM

6.1. **Ivanti Neurons Workspac**e oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade. Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

6.2. Principais funcionalidades:

6.2.1. Dados em tempo real , capacidade de monitorar todos os dispositivos endpoints usando:

6.2.1.1. Processamento de linguagem natural (NLP) e obter inteligência em tempo real em toda a empresa em segundos.

6.2.1.2. Fornecer reconhecimento operacional rápido, inventário em tempo real e configurações de segurança.

6.2.2. Visualização do dispositivo, com ações:

6.2.2.1. Executar Script.

6.2.2.2. Detectar interrupção.

6.2.2.3. Reiniciar.

6.2.2.4. Status do patch.

6.2.2.5. Processo.

6.2.2.6. Serviços.

6.2.2.7. Controle remoto.

7. IVANTI CLOUD SERVICE APPLIANCE

7.1. O **Ivanti Cloud Services Appliance** (CSA) fornece comunicação e funcionalidade seguras pela internet. O CSA funciona como um local de reunião onde dispositivos, MDM ou gerenciados por agentes, podem se comunicar com o servidor principal do Endpoint Manager - mesmo que estejam atrás de firewalls ou usem um proxy para acessar a internet.

7.2. Principais funcionalidades:

7.2.1. Extensão para gerenciamento de dispositivos fora da rede.

7.2.2. Extensão para gerenciamento de dispositivos modernos.

7.2.3. Extensão para inventario de hardware e software dos dispositivos que estão fora da rede.

7.2.4. Distribuição de patches de SO e Softwares terceiro para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.5. Distribuição de Softwares para dispositivos que estão fora da rede.

7.2.6. Acesso remoto para dispositivos que estão fora da rede.

8. CAPACITAÇÃO NO IVANTI MANAGEMENT SUITE

8.1. A pedido da **FISCALIZAÇÃO,** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação.

8.2. A capacitação deverá ser ministrado em lÍngua portuguesa, assim como a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os materiais educativos necessários a capacitação também na língua portuguesa.

8.3. Ao término da capacitação os participantes deverão receber certificados de participação, contendo no mínimo o nome do aluno, o nome da capacitação, a entidade promotora, ementa e carga horária.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 227

8.4. A capacitação **poderá ser realizada de forma virtual (modalidade videoconferencia ao vivo)**, através de plataforma sugerida pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, ou de forma presencial, em período previamente acordado entre as partes.

8.4.1. Caso a **CONTRATADA** opte pela capacitação presencial, deverá ser realziado na sede da **CONTRATANTE**, que fornecerá o espaço físico e os recursos audiovisuais (projetor e passador de slides) necessários à execução da capacitação.

8.4.2. O tempo de capacitação mínimo será de 32 (trinta e duas) horas, divididas em, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis, para até 10 (dez) técnicos a serem indicados pela **CONTRATANTE**.

8.4.3. Deve haver ao menos 4 (quatro) horas para avaliação e instrução sobre necessidades específicas do ambiente da **CONTRATANTE**.

8.5. A capacitação deverá abordar todos os aspectos da solução, principalmente, mas não somente:

a) Console administrativa;

b) Administração com base em funções;

c) Descoberta de dispositivos não gerenciados;

d) Visão geral da administração com base em funções;

e) Configuração e distribuição de agentes **IVANTI**;

f) Distribuição de softwares;

g) Provisionamento de SO;

h) Gerenciamento de energia;

i) Configuração e instalação do gerenciador do portal;

j) Monitoramento de licenças de software;

k) Relatórios e consultas;

l) Console Web;

m) Acesso remoto;

n) Visualização e configuração dos dados de inventário;

o) Utilização do Software License Monitoring;

p) Monitoramento de conformidade de licenças de produto;

q) Relatórios Ad Hoc;

r) Console Administrativa do Ivanti Neurons;

s) Visão Geral do Ivanti Neurons Plataform;

t) Visão Geral do Ivanti Patch Manager.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

1. Edital do _____-CPL/MP/PGJ, conforme a Lei n.º 10.520/2002;
2. Nos termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, simultaneamente:

- constem no Processo n.º 2022.005064;
- não contrariem o interesse público;

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do _____.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

A **CONTRATANTE** nomeará um servidor ou comissão, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, para gerir e fiscalizar a execução deste contrato, com autoridade para exercer, como representante da **CONTRATANTE**, toda e qualquer ação destinada ao acompanhamento da execução contratual, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, em especial:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela.
2. Orientar, gerir e acompanhar o contrato, observando as determinações da Lei n.º 8.666/93.
3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
4. **Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.**
5. Registrar os *softwares* no fabricante.
6. Realizar os chamados do suporte técnico.
7. Realizar reuniões com a **CONTRATADA**, com o objetivo de detalhar a implantação dos serviços e seu acompanhamento.
8. Atestar, em conjunto com a Comissão de Recebimento Definitivo, quando couber, o faturamento dos produtos entregues e serviços executados, emitido corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
9. Encaminhar à Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após conclusão dos serviços, cópia do Termo de Recebimento Definitivo e informar a data de registro dos produtos.
10. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
11. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos, executado em desacordo com o contrato.
12. Verificar, quando da liquidação e entrega do documento fiscal, a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.
13. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
14. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
15. Encaminhar à autoridade superior os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à **CONTRATADA**, bem como as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
16. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.
18. Praticar todos os demais atos e exigências que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente contrato.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 229

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

A **CONTRATADA** deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Ajuste, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A entrega de produtos físicos, como mídias de instalação, se dará na sede da **CONTRATANTE**, e ocorrerá em dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, no seguinte endereço: Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995 – Nova Esperança (Ponta Negra) CEP 69037- 473 – Manaus/AM.

Parágrafo segundo. A entrega de produtos virtuais, como logins, senhas, chaves de ativação, etc, se dará através de comunicação à **DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (DTIC)**, através do endereço de e-mail informatica@mpam.mp.br, sendo que, em caso de e-mail enviado em dia ou horário sem expediente na PGJ, será considerada como data de entrega o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. A entrega de todos os produtos deverá também ser disponibilizada via download, com informações para tanto enviadas por e-mail à **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo quarto. No ato da entrega, deverão ser entregues as respectivas licenças para ativação, estando estas em perfeitas condições de uso, conforme as especificações técnicas exigidas e contratadas**.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SUPORTE TÉCNICO:

A **CONTRATADA** deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

Parágrafo primeiro. Contemplam os serviços de **SUPORTE TÉCNICO REMOTO** as solicitações referentes à instalação, atualização, configuração, solução de problemas, correção de erros apresentados pelo software ou correções necessárias para o restabelecimento de suas funcionalidades, sendo este suporte técnico executado pela **CONTRATADA**, pelo período de licenciamento do software.

Parágrafo segundo. Os serviços de suporte técnico remoto deverão ser prestados por profissionais da **CONTRATADA**, especializados e certificados pelo Fabricante.

Parágrafo terceiro. Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do **CONTRATANTE** mediante abertura de chamado junto à **CONTRATADA**, caso o fabricante não reserve para si a responsabilidade pelo atendimento, via chamada telefônica, e-mail ou sítio na Internet, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período integral (24x7x365):

1. Os chamados devem ser registrados em sistema de controle que permita acompanhamento individual, com numeração/protocolo único, pela **CONTRATANTE**;
2. O início do atendimento, ou seja, a efetiva atribuição para um técnico e início da análise, deve acontecer, no máximo, no primeiro dia útil após abertura do chamado;
3. O tempo máximo para solução de um chamado será de 05 (cinco) dias úteis;
4. Em casos especiais, sendo necessário tempo superior ao especificado no item anterior a **CONTRATADA** deve apresentar justificativa técnica detalhada e devidamente embasada, com novo prazo para a solução, a ser analisada pelos técnicos da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. Os atendimentos poderão ser realizados remotamente (via Internet, telefone ou e-mail) ou presencialmente, se necessário;

Parágrafo quinto. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

Parágrafo sexto. Todos chamados deverão ser tratados em língua portuguesa do Brasil.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das condições estabelecidas neste contrato, especificadamente, nos itens que cuidam da entrega das licenças e da garantia técnica, constituem, igualmente, obrigações da **CONTRATADA**:

1. Permitir que as licenças sejam reinstaladas em outras máquinas que, porventura, substituam os computadores atuais por pane ou obsolescência.
2. Manter garantia contra *bugs* (falhas de programação).
3. Observar os prazos estabelecidos neste contrato.

4. Efetuar a entrega do objeto contratado, dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do edital, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente citadas neste documento e seus anexos.
5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

6. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste contrato, bem como prestar os esclarecimentos julgados necessários.
7. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

7.1. A ação de fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

8. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções ou rejeitados pela fiscalização.
9. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto deste termo.
10. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra, necessários à completa realização dos serviços e fornecimento dos produtos.
11. Além dos encargos pertinentes, ser responsável pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possam advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste Termo.
12. Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13. Entregar à **CONTRATANTE** os respectivos **documentos fiscais dos produtos e/ou serviços**, emitidos em conformidade com legislação aplicável, especialmente no que se refere aos documentos fiscais emitidos por meio eletrônico, os quais deverão ser atestados pela **FISCALIZAÇÃO.**
14. Entregar os documentos fiscais devidamente discriminados, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85**, e acompanhadas da certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, certidões de regularidade emitidas pelas Fazendas Federal (incluindo regularidade com a seguridade social), Estadual e Municipal e certidão de regularidade emitida pela justiça trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período de vigência do contrato, inclusive, para fins de pagamento.
15. Fazer constar nos documentos fiscais a descrição dos produtos/serviços, o número da nota de empenho e o número do instrumento contratual correspondente.
16. Comunicar imediatamente qualquer alteração que sofra em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefones, fax e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas nesta cláusula, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total do objeto, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste contrato, obriga-se a:

1. Realizar a instalação de todos os itens que fazem parte o objeto deste Termo, através da **FISCALIZAÇÃO.**
2. Designar comissão de gestão, fiscalização e recebimento, formada por servidores especialmente designados.
3. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias à fiel execução do objeto deste contrato.
4. Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, o exato cumprimento das obrigações previstas neste contrato.
5. Exercer a **FISCALIZAÇÃO** e supervisão do objeto fornecido e dos serviços executados.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos de fabricação e avarias nos *softwares* fornecidos, exigindo as medidas reparadoras devidas.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com a disciplina estabelecida neste contrato.
8. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste contrato, após o cumprimento das formalidades legais, por meio de ordem bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, e ocorrerá de forma independente entre si, conforme descrito nos itens abaixo:

Parágrafo primeiro. O recebimento das licenças, **itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e, 9** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da disponibilização das licenças e softwares, devidamente acompanhada da nota fiscal, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

   1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos produtos com as condições, especificações e obrigações contratuais, previstas neste contrato e na proposta apresentada, cabendo à **CONTRATADA** o dever de corrigir os itens, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, que não estiverem de acordo com as especificações, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

   2.1 Para avaliação da qualidade, após o recebimento provisório, o Fiscal Técnico da **CONTRATANTE** realizará testes de aceitação desenvolvidos de acordo com os eventos e atividades descritos abaixo:

   2.1.1. Conferência de entrega: oportunidade em que se procederá a identificação e conferência da solução entregue.

   2.1.2. Testes de instalação: configuração das funcionalidades do objeto contratado.

   2.1.3. Testes de ativação: operacionalização da solução, com a verificação de suas características, de suas funcionalidades e de sua compatibilidade.

   2.2 Cumpridos os requisitos editalícios e contratuais e, por conseguinte, sendo constatada a viabilidade do recebimento, a equipe de FISCALIZAÇÃO e GESTÃO expedirá o **Termo de Recebimento Definitivo**, que será assinado pela referida equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. O recebimento dos serviços de capacitação técnica, **item 10** do objeto, será realizado em duas etapas, provisoriamente e, em seguida, definitivamente.

1. **Provisoriamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, a contar da comunicação do início via email pela **FISCALIZAÇÃO** à **CONTRATADA**, que deverá apresentar a documentação comprobatória da qualificação técnica, certificados pelo fabricante, dos profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, constituindo-se na inspeção quantitativa, para posterior verificação da conformidade do objeto conforme especificações.

   1.1. Cumpridos os requisitos quantitativos, a equipe de **FISCALIZAÇÃO** e **GESTÃO** expedirá Termo de Recebimento Provisório que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

   1.2 Se houver substituição de qualquer membro da equipe de profissionais e instrutores que atuarão nas atividades de capacitação, a **CONTRATADA** deverá imediatamente comunicar a **FISCALIZAÇÃO** para que proceda com nova verificação da documentação comprobatória.

2. **Definitivamente:** no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, após a realização da capacitação contratada e o efetivo recebimento dos respectivos certificados de conclusão, com a emissão, pela equipe de **FISCALIZAÇÃO**, do Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado por esta equipe e pelos representantes da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. Por meio do processo de recebimento, provisório e definitivo, realiza-se a verificação detalhada da conformidade do objeto com as condições e especificações constantes no instrumento compromissório.

Parágrafo quarto. O recebimento definitivo dos itens do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste contrato.

Parágrafo quinto. Na eventualidade de serem encontradas restrições para recebimento do objeto, a FISCALIZAÇÃO fará constar, em seu relatório técnico, as pendências encontradas, comunicando-as à **CONTRATADA**.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** deverá sanar as pendências, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, observando-se o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo sétimo. A **CONTRATADA** deverá efetuar as devidas correções, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no objeto que não estiver de acordo com os requisitos acordados, mesmo após o recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93.

Parágrafo nono. O pagamento de cada item do objeto será efetivado apenas após emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo atestando que aquele item contratado foi integralmente entregue e disponibilizado pela **CONTRATADA** e aceito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo décimo. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu.

Parágrafo décimo primeiro. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o produto fornecido está em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, nos termos da lei pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor total do presente contrato é de **R$ _____ (_____)**, discriminado de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO (RENOVAÇÕES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1000	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
2	1000	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
3	1000	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		

4	300	Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M		
5	300	Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S		
6	300	Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S		
7	200	Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C		
8	200	Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C		
9	1	Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L		
10	1	Capacitação no IVANTI Management Suite		
VALOR TOTAL			**R$**	

Parágrafo primeiro. A proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de _____, é parte deste contrato como anexo.

Parágrafo segundo. No preço contratado já estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, despesas administrativas, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado após entrega dos produtos e/ou serviços e apresentação do documento fiscal, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal e os demais documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser apresentados no Setor de Protocolo desta Procuradoria-Geral de Justiça, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, Manaus/AM, ou por meio do endereço eletrônico *protocolo@mpam.mp.br*.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** fica ciente que o pagamento dos produtos será efetuado somente após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, pela **FISCALIZAÇÃO** e/ou **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços/produtos não abrangidos pelo objeto contratual; b) ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, e c) pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo quarto. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo quinto. O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a **CONTRATADA** de promover o pagamento de impostos e contribuições nas datas regulamentares.

Parágrafo sexto. O documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA** caso contenha erros ou em caso de circunstância que impeça a sua liquidação, ficando o pagamento pendente até que seja sanado o problema. Nessa hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 234

CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i ÷ 365 = (6÷100) ÷365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d", da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em _____, a Nota de Empenho n.º **_____**, no valor global de **R$ _____.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

Os preços propostos não serão reajustados durante o período de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste contrato, na forma estabelecida na Lei n.º 10.192/2001, no Decreto n.º 2.271/97 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro. Após esse período, em caso de prorrogação do contrato, os preços inicialmente contratados dos serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do **IPCA/IBGE** acumulada nos últimos 12 meses, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público.

Parágrafo Segundo. Para o direito ao reajuste será considerada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data de apresentação da proposta ou, no caso de novo reajuste, da data a que o anterior estiver se referindo.

Parágrafo Terceiro. Para a apuração do índice mencionado no *caput* e para a aplicação dos efeitos financeiros do reajuste, será considerada a data do pedido da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus serão objeto de preclusão:

a) a cada anualidade da data-base mencionada no Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou

b) com a assinatura da prorrogação contratual; ou

c) com o encerramento deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste contrato, na Lei n.º 8.666/93, e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste termo, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, correspondendo à importância de **R$ _____ (_____).**

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 235

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. prejuízos e danos causados à Administração durante a execução do contrato;
3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**;

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial e mediante autorização específica da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quarto. A garantia deverá ter prazo superior a validade do contrato em pelo menos 3 (três) meses. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente de prazo de validade da referida garantia.

Parágrafo quinto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo sexto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II, do art. 78, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Parágrafo sétimo. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a **FISCALIZAÇÃO** do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora, paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA.**

Parágrafo oitavo. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir da qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo nono. Será considerada extinta a garantia quando do término da vigência do contrato, e consequentemente a realização da devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhada do termo de recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público - DOMPE/AM.

Parágrafo segundo. O término da vigência contratual não prejudicará as obrigações da **CONTRATADA** em relação aos serviços e atualização devidos aos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87, da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no edital;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
5. Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
1	Atraso na entrega do objeto	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	15%
2	Não cumprimento dos prazos estebelecidos no Edital	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
3	Recusa em substituir o produto defeituoso ou na execução dos serviços, que vier a ser rejeitado	Multa de mora diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho.	20%
4	Não providenciar o devido cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM**, na forma prevista no Edital.	Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor total da proposta.	-
5	Inexecução parcial do objeto contratado	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 237

Item	Infração	Penalidade	Limite de Multas para Inexecução
6	Inexecução total do objeto.	Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais sanções previstas.	-
7	Rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**	Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	-
7	Deixar de atender qualquer um dos prazos de execução do serviço de suporte técnico	Multa diária de 1% (dois por centro) sobre o valor total homologado em favor da **CONTRATADA**.	30%
9	Reincidência na penalidade de advertência	Multa de 5% sobre o valor total homologado em favor do CONTRATADO.	30%

Parágrafo primeiro. Quando as multas apuradas alcançarem os limites de multa de mora diária a serem aplicadas, a obrigação será considerada não executada, parcial ou totalmente, sendo possível a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a sujeição da **CONTRATADA** às sanções correlatas.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os subitens acima serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo quinto. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** cumulativamente **às de multa**, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

Parágrafo sexto. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e, no caso de suspensão de licitar, a **CONTRATADA** deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

Parágrafo sétimo. A multa aplicada após regular Processo Administrativo será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo oitavo. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no descumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e aceito pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue

diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes consequências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

1. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
2. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
3. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas e/ou no Diário Eletrônico do Ministério Público do Amazonas será providenciada pela **CONTRATANTE**, sob forma de extrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666/93 e/ou do ATO PGJ n.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 10.520/05 – Institui a modalidade pregão;
2. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
3. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
4. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
5. Demais legislações supervenientes, e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que os sócios da empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE**, baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da XXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 28/07/2022, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0865377** e o código CRC **D46ED53B**.

Edital de Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ_2.º (0875232) SEI 2022.005064 / pg. 240

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;
e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA
Representante Legal

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, fax _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	Qtde. (A)	Unid.	Valor Unit. (R$) (B)	Valor Total (R$) (A * B)
Valor total da proposta R$ 00,00 (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta**: _____

b) **Prazo de entrega**: A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

c) **Prazo de garantia mínima:** A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto.

d) **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta-corrente*);

e) **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*

f) **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;

e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)
(*nome do representante legal pela empresa*)
(*CPF do representante legal*)

Obs.: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

ANEXO V

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ de _____ de _____

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____
Agência: _____
Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

09/08/2022 11:03:38

Este Evento de Adiamento será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 10/08/2022.

Resumo do Evento de Adiamento

Órgão	UASG Responsável
93320 - ESTADO DO AMAZONAS	925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	04039/2022	Eletrônico	Tradicional	Aberto

Objeto

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).

Motivo do Evento de Adiamento

Considerando a decretação de ponto facultativo na Instituição nos dias 11 e 12/08, bem como, o intervalo mínimo de publicação.

Data da Divulgação do Evento de Adiamento	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
10/08/2022	A partir de 08/08/2022 às 08:00	Em 25/08/2022 às 11:00

Disponibilizar para Divulgação

Evento de Adiamento

Solução SERPRO

Publicação Aviso Adiamento COMPRASNET - 09.08.2022 (0875230) SEI 2022.0050647 pg. 246

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 2022/0000071237

Procedimento Preparatório 172.2021.000054

Objeto: apurar suposto ato de improbidade administrativa, em razão de uso de bem público para fim privado.

São Sebastião do Uatumã/AM, 04 de agosto de 2022.

Ynna Breves Maia Veloso
Promotora de Justiça

AVISO Nº 0019.2022.78

AVISO Nº 0019/2022/78PRODEPPP

O Ministério Público do Estado do Amazonas, por seu Promotor de Justiça in fine assinado, nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução n. 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 39 e §§, da Resolução nº 006/2015 - CSMP, vem dar ciência a quem interessar acerca da Promoção de Arquivamento nº 0017.2022.78 , através da qual se arquivou o Inquérito Civil n. 06.2021.00000358-6, que tem por objeto "apurar suposta existência de "divisões distritais fantasmas" no âmbito da SEMINF, e de servidores fantasmas em tais divisões distritais e na Unidade Gestora de Abastecimento de Energia Elétrica - UGPM Energia, órgão vinculado à SEMINF. ".
Por oportuno, informa que, caso haja discordância em relação à decisão de arquivamento, poderão os legitimados recorrerem diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público, apresentando razões escritas, até a data da sessão em que a citada Promoção for apreciada por aquele Colegiado, nos termos do artigo 39, § 6º, da Resolução nº 006/2015-CSMP, de 20 de fevereiro de 2015.

Manaus, 08 de agosto de 2022

(assinado eletronicamente)
Hilton Serra Viana
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.040/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.010080

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de remoção, confecção e instalação de 1 brasão e letreiros na unidade Av. André Araújo, 23 - Aleixo - Manaus/AM, conforme as condições e especificações descritas neste Edital e seus anexos, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia 22/08/2022, às 10h. (horário de Brasília), fica remarcada para o dia 26/08/2022, no mesmo horário.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 09/08/2022.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 9 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 – DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.038/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.013414

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e distribuição de ÁGUA MINERAL potável envasada em vasilhames de 20 litros, assim como o fornecimento de CARGA DE GÁS GLP, tipo gás propanobutano, para botija de 13 quilos, ambos sob demanda e em ITENS SEPARADOS, para as unidades da Procuradoria-Geral de Justiça – MP/AM, localizadas no Interior do Estado, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes do Edital e seus anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia 11/08/2022, às 10h. (horário de Brasília), fica remarcada para o dia 25/08/20222, no mesmo horário.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 29/07/2022.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone (92) 3655-0743 (Whatsapp Business) ou pelo e-mail institucional licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 9 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 – DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.005064

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)., descritos quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia 19/08/2022 às 10h. (horário de Brasília), fica remarcada para o dia 25/08/2022 às 11h. (horário de Brasília).

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 08/08/2022.

LOCAL: no site www.comprasgovernamentais.gov.br
UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2428 - 09.08.2022 - Adiamento (0875236) SEI 2022.005064 / pg. 247

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0701 / (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 9 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

EDITAL Nº 0873829.2022.DRH.0873829.2022.010852 (ANEXO)

REQUERIMENTO Nº 154011/2022

Interessado: André Marques Cunha
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 15 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2022, para fruição no período de 26/09/2022 a 10/10/2022.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 168680/2022

Interessado: Ingrid Miscow da Cruz Payão
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 20 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2022, para fruição no período de 28/11/2022 a 17/12/2022.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 168681/2022

Interessado: Ingrid Miscow da Cruz Payão
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período no dia 19/12/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2017, perfazendo o total de 1 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 168696/2022

Interessado: Louise Francine Moren Tavares
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 08/09/2022 a 09/09/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2018, perfazendo o total de 2 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 169326/2022

Interessado: Susana Paula Oliveira Brandão
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 22/09/2022 a 27/09/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2020, perfazendo o total de 4 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 169383/2022

Interessado: Saulo Martins Feitoza
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 19/10/2022 a 21/10/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2018, perfazendo o total de 3 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 169836/2022

Interessado: Mariana Margareth e Silva Lages
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 02/09/2022 a 12/09/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2020, perfazendo o total de 4 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 169845/2022

Interessado: Ingrid Miscow da Cruz Payão
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 12/09/2022 a 16/09/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2017, perfazendo o total de 5 dia(s) de dispensa.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 170088/2022

Interessado: Alyson Waldvorgem Pinheiro Vieira
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, autoriza o gozo de 10 dia(s) de férias ao(à) servidor(a) em epígrafe, relativas ao período aquisitivo 2022, para fruição no período de 08/09/2022 a 17/09/2022.
Dmes Brito de Souza
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO Nº 170136/2022

Interessado: Suelen Sousa Dias
A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Autorizar o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, no período de 14/10/2022 a 19/10/2022, em compensação aos serviços

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2428 - 09.08.2022 - Adiamento (0875236) SEI 2022.005064 / pg. 248

Jornal do Commercio
Manaus, 10 de agosto de 2022
Edição nº 43.603

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO CONTRATO N° 090/2022 PUBLICADO NO JORNAL DO COMÉRCIO DIA 09/08/2022 – EDIÇÃO Nº 43.602.

Onde se lê:
Fonte de Recurso: 0290 – Operação de Crédito Externas.
Lê-se:
Fonte de Recurso: 0290 – Operação de Crédito Internas.
Maués/AM, 09 de agosto de 2022.
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal de Maués/AM

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.005064

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de *endpoints* denominada *Ivanti Endpoint Manager* e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)., descritos quantificados e qualificados conforme as especificações e as condições constantes de seu Edital e anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia **19/08/2022 às 10h. (horário de Brasília)**, fica **remarcada** para o dia **25/08/2022 às 11h. (horário de Brasília).**

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 08/08/2022.

LOCAL: no site www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0701** / **(92) 3655-0743** ou pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 9 de agosto de 2022.
EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2022.08.09 08:33:44 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2021
Matrícula n.º 001.042-1A

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente à licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2022 - CPL para AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) VAN DE 16 LUGARES PARA AUXILIAR NO TRANSPORTE DOS ALUNOS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ/AM (TERMO DE CONVÊNIO Nº. 31/2021), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.
RESOLVE:
I - HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedora por técnica e preço aos itens do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2022 – CPL a empresa: A2 COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI – EPP (CNPJ Nº. 13.616.185/0001-05), com valor global de R$ 288.800,00 (Duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), conforme Ata e Planilha apensa ao Processo na forma da Lei, cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação.
II - Publique-se o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 06 de julho de 2022.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
A presente homologação foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 06 de julho de 2022.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº. 011/2022
PREGÃO PRESENCIAL N°. 029/2022

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº. 011/2022, oriundo do Pregão Presencial nº. 029/2022-CPL.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ e RIAN NOELO GOMES PEREZ - ME (CNPJ Nº. 37.294.859/0001-60).
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para realização de Consultas Médicas e Procedimentos Cirúrgicos de Média e Alta Complexidade, nas Especialidades de Cirurgia Geral, Ginecologia e Urologia, para atender as necessidades do município de Novo Aripuanã/AM, de acordo com o termo de referência.
VALOR GLOBAL: R$ 199.800,00 (Cento e noventa e nove mil e oitocentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (Sessenta) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (Cento e oitenta) dias a contar da assinatura do Termo de Contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo:
03.02.01 – Fundo Municipal de Saúde
Dotação orçamentária: 10.302.0052.2.056 – Manutenção do Programa de Média, Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar.
Elemento de despesas: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 062 – FES – FTI.
Novo Aripuanã/AM, 18 de julho de 2022.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal
PUBLICAÇÃO
O presente termo de contrato foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 18 de julho de 2022.

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.038/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2021.013414

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e distribuição de ÁGUA MINERAL potável envasada em vasilhames de 20 litros, assim como o fornecimento de CARGA DE GÁS GLP, tipo gás propanobutano, para botija de 13 quilos, ambos sob demanda e em ITENS SEPARADOS, para as unidades da Procuradoria-Geral de Justiça – MP/AM, localizadas no Interior do Estado, de acordo com as especificações e detalhamentos constantes do Edital e seus anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia **11/08/2022**, às 10h. (horário de Brasília), fica **remarcada** para o dia **25/08/20222, no mesmo horário**.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de **29/07/2022**.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 9 de agosto de 2022.
EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2022.08.09 08:27:34 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 – DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

AMAZONAS ENERGIA

AVISO DE INTERRUPÇÃO Nº 224/2022
PARA MELHORIAS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Prezados Clientes,
Com o objetivo de oferecer um serviço com cada vez mais qualidade no fornecimento de energia elétrica no Estado, diariamente, a Amazonas Energia realiza investimentos estruturais e serviços de manutenção preventiva na sua rede de distribuição. Por isso, algumas vezes, é necessário interromper o fornecimento de energia elétrica no seu bairro, ruas e adjacências.

Dia 13/08/2022

MANUTENÇÃO PROGRAMADA:
NOVA ESPERANÇA – Rua 5 de Setembro com rua Antônia Dalva (próx. à estação de ônibus e o campo de futebol do Nova Esperança), das 7h às 16h. ZUMBI DOS PALMARES – Alameda Cosme Ferreira (em frente à Assembleia de Deus), das 8h às 10h. SÃO JOSÉ – Av. Autaz Mirim (próx. à Maternidade Ana Braga), das 10h30 às 11h30. SÃO JOSÉ – Av. Autaz Mirim (oposto à entrada da rua Luís Venzon), das 12h às 13h. CIDADE DE DEUS – Rua Fluminense, das 13h30 às 15h30.
EXPANSÃO E MELHORIA DE REDE:
SANTA ETELVINA – Barreira Policial Torquato Tapajós (AM-010/BR-174) e adjacências, das 7h30 às 16h.
Amazonas Energia agradece a compreensão
Informações pelo telefone 0800-701-3001

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº. 010/2022
PREGÃO PRESENCIAL N°. 023/2022

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº. 010/2022, oriundo do Pregão Presencial nº. 023/2022-CPL.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ e A2 COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI – EPP (CNPJ Nº. 13.616.185/0001-05).
OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Van de 16 lugares para auxiliar no transporte dos alunos e professores do município de Novo Aripuanã/AM (Termo de Convênio nº. 31/2021), de acordo com o termo de referência.
VALOR GLOBAL: R$ 288.800,00 (Duzentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (Noventa) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (Cento e oitenta) dias a contar da assinatura do Termo de Contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo:
Unidade Executora: 02.06.01 – Secretaria Municipal de Educação
Projeto Atividade: 12.361.0062.2.024 – Manutenção da Rede de Ensino Fundamental.
Elemento de despesas: 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 010 – Recurso Próprios | R$ 158.800,00
Fonte: 031 – SEDUC | R$ 130.000,00.
Novo Aripuanã/AM, 07 de julho de 2022.
JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal
PUBLICAÇÃO
O presente termo de contrato foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 07 de julho de 2022.

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.040/2022-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.010080

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de remoção, confecção e instalação de 1 brasão e letreiros na unidade Av. André Araújo, 23 - Aleixo - Manaus/AM, conforme as condições e especificações descritas neste Edital e seus anexos, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA: A licitação anteriormente agendada para o dia **22/08/2022**, às 10h. (horário de Brasília), fica **remarcada** para o dia **26/08/2022**, **no mesmo horário**.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de **09/08/2022**.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal no site **https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento / impugnações deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 (Whatsapp Business)** ou pelo e-mail institucional **licitacao@mpam.mp.br**.

Manaus, 9 de agosto de 2022.
EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Assinado de forma digital por EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ASCON, ou=Presencial, ou=10470704000181, cn=EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO:85614017291
Dados: 2022.08.09 08:40:23 -04'00'

Edson Frederico Lima Paes Barreto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 160/2022 – DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022
Matrícula n.º 001.042-1A

COMUNICADO

"A NCR BRASIL IND. DE EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO LTDA, CNPJ: 10.785.567/0001-74, atendendo ao disposto no art. 23 da Lei 7.232/84, comunica ao público em geral a descontinuidade dos seguintes produtos, em JULHO/2022 dos seguintes modelos de ATM (Terminal de Autoatendimento) em todas as versões: 6622, 6643, 6644, 6646, 6647, 6648, 6649 e dos respectivos kits de atualização, incluindo Kits Upgrade Dispensador para modelos Adattis e P72"

SINDICATO DOS PROPRIÉTARIOS DE PERUAS KOMBI LOTAÇÃO DE MANAUS (SINDILOTAÇÃO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Presidente do Sindicato dos proprietários de Transportes de Manaus, com suas atribuições estatutárias. Convoca á todos os Sindicalizados do Transporte para uma Assembléia Geral Extraordinária que será realizada no dia 10/08/22, na sede do Sindicato Av: Curaçau s/n° lote 03 Nova Cidade , em primeira convocação as 17:30hrs, para as seguintes ordem do dia.

1° Renovação da Diretoria
2° Renovação do Conselho Fiscal
3° Inclusão e Exclusão de Sindicalizados, conforme o cap.XI art. 55, 1° e 2° Art 59 do Estatuto Social.

Presidente
Manaus,09 de Agosto 2022

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO ARIPUANÃ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo, oriundo da Comissão Permanente de Licitação, referente à licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2022 - CPL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, NAS ESPECIALIDADES DE CIRURGIA GERAL, GINECOLOGIA E UROLOGIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVO ARIPUANÃ/AM, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA;
CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitados todos os prazos estabelecidos pela legislação vigente;
CONSIDERANDO a inexistência de recursos pendentes ao referido procedimento licitatório.
RESOLVE:
I - HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Permanente de Licitação, constante no processo mencionado, declarando vencedora por técnica e preço aos itens do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2022 – CPL a empresa: RIAN NOELO GOMES PEREZ - ME (CNPJ Nº. 37.294.859/0001-60), com valor global de R$ 199.800,00 (Cento e noventa e nove mil e oitocentos reais). O valor global apregoado importa em R$ 199.800,00 (Cento e noventa e nove mil e oitocentos reais), conforme Ata e Planilha apensa ao Processo na forma da Lei, cuja licitação foi devidamente adjudicada pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação.
II - Publique-se o presente despacho na forma da Lei, para fins de eficácia.
Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Aripuanã (AM), em 15 de julho de 2022.

JOCIONE DOS SANTOS SOUZA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
A presente homologação foi publicado no Quadro de Avisos Gerais da Prefeitura de Novo Aripuanã, para fins de eficácia e amplo conhecimento público, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Em 15 de julho de 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F47F-1F23-6C0B-D890.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que estará reunida na Sala de Reunião da CPL, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, nº. 73 – Centro, no Município de Novo Aripuanã/AM, para abertura dos envelopes dos seguintes certames:
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2022 – CPL
OBJETO: Aquisição de 04 (Quatro) motocicletas para Guarda Municipal do município de Novo Aripuanã/AM, através da Emenda Parlamentar 087/2022, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Menor Preço por Item / Modo de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Data da abertura de envelopes: 22 de agosto de 2022. Hora: 08:00
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2022 – CPL
OBJETO: Aquisição de Motores Estacionários de 5.5 HP acoplados com rabetas, para auxiliar no escoamento da produção agropecuária, pesqueira e florestal do município de Novo Aripuanã/AM, através do TERMO DE CONVÊNIO Nº. 32/2022-SEPROR, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Menor Preço por Item / Modo de Execução: Empreitada por Preço Unitário
Data da abertura de envelopes: 22 de agosto de 2022. Hora: 11:00
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2022 – CPL
OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Mutirão de Consultas médicas especializadas e realização de Exames de Endoscopia, para atender as necessidades do município de Novo Aripuanã/AM, de acordo com o termo de referência.
Tipo: Técnica e Preço / Modo de Execução: Empreitada por Preço Global
Data da abertura de envelopes: 22 de agosto de 2022. Hora: 15:00
Regência legal: Lei nº. 10.502/2002 e Lei nº 8666/93.
Informações: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, no horário das 8:00hs às 14:00hs, de segunda-feira a sexta-feira ou poderão ser retirados no Portal da Transparência (transparenciamunicipalaam.org.br), e para a devida participação da licitação em questão, os interessados deverão apresentar Recibo de Retirada de Edital até 02 (dois) dias antes do certame na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, nº. 73 – Centro, no Município de Novo Aripuanã/AM.

Novo Aripuanã (AM), 09 de agosto de 2022.
DOMINGO GOMES DE SOUZA
Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Amaturá, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará as licitações:
01) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2022 - OBJETO: Formação de registro de preços para Fornecimento de Material de Limpeza, para atender aos Órgãos da Administração Municipal. DATA E HORÁRIO: 23 de agosto de 2022, às 08:30hs
02) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2022 - OBJETO: Formação de registro de preços para Fornecimento de Material Odontológico, para atender a Rede Municipal de Saúde. DATA E HORÁRIO: 23 de agosto de 2022, às 13:30hs
03) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2022 - OBJETO: Formação de registro de preços para Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Funerários, para atender aos Órgãos da Administração Municipal. DATA E HORÁRIO: 24 de agosto de 2022, às 08:30hs
04) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2022 - OBJETO: Formação de registro de preços para Passagem Fluvial e Transporte de Carga, para atender aos Órgãos da Administração Municipal. DATA E HORÁRIO: 24 de agosto de 2022, às 13:30hs
05) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2022 - OBJETO: Formação de registro de preços para Material e Equipamento de Informática, para atender aos Órgãos da Administração Municipal. DATA E HORÁRIO: 25 de agosto de 2022, às 08:30hs
O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Amaturá, no período de 21/06/2022 a 30/06/2022, na Avenida 21 De Junho, S/Nº, Centro, CEP 69.620-000 – Amazonas, de segunda a sexta-feira, de 08h:00min às 12h:00min, com valor de reprodução é de R$ 30,00 (trinta reais), o qual será recolhido aos cofres do Município.

Amaturá/AM, 08 de agosto de 2022.
MARIA DAS DORES SIMÃO DOS SANTOS
Presidente da CPL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
8º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Constantino Nery-3872 - B. Chapada-Manaus/AM
Cep: 69.050-001- Fone: (92)3642.1315

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE PRENOME

FAÇO SABER que conforme o Artigo 57. Inciso II da Lei 6.015/73, modificado pela Lei Federal 14.382/2022. Em virtude de requerimento realizado pelo próprio contraente em 28 de julho de 2022, sob o número de protocolo 001/2022, faço constar que no Livro B-46, às folhas 172, Termo 14131, foi realizada a averbação de alteração de nome do contraente, DANILO DOS SANTOS DIAS (em substituição ao anteriormente adotado, qual seja "DANIEL", tendo o mesmo contraído matrimônio com a Srª. Maria do Socorro Maia Machado, e por força do Art.57, inciso II, da Lei 6.015/73, alterado pela Lei Federal 14.382/2022, de forma que o contraente passou a usar o sobrenome "MAIA" ao seu nome de casado, passando a usar o nome de "DANILO DOS SANTOS DIAS MAIA", permanecendo os demais dados inalterados.

Manaus, 05 de agosto de 2022.
Maria Rodrigues da Silva- Oficiala

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
7º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Alvares de Azevedo, nº. 32, Compensa I, Manaus/AM, CEP: 69.036-410, Fone/Fax: (092)3671-2580

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil
1. ADERALDO FERREIRA DE MATOS, de nacionalidade brasileira, solteiro, agricultor, nascido em Caapiranga, Estado do Amazonas, aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de mil novecentos e setenta e um (1971), domiciliado e residente na Rua Cora Ronai Vieira, Manaus, Estado do Amazonas, filho de Julio Manoel de Matos e de Raimunda Ferreira de Matos e ROSILDA MOREIRA CALDAS, de nacionalidade brasileira, divorciada, autônoma, nascida em Manaus, Estado do Amazonas, aos vinte e sete (27) dias do mês de junho (06) do ano de mil novecentos e sessenta e seis (1966), domiciliada e residente na Rua Cora Ronai Vieira, Manaus, Estado do Amazonas, filha de Nemezio Pereira Caldas e de Rosa Moreira Caldas. Manaus, 9 de agosto de 2022
2. ROBSON SILVA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, solteiro, autônomo, nascido em Manaus, Estado do Amazonas, aos trinta (30) dias do mês de março (03) do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), domiciliado e residente na Rua 8, Manaus, Estado do Amazonas, filho de Alberto Silva Santos e de Maria Olizete da Silva Santos e RAMONA DAYANE NUNES RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, solteira, professora, nascida em Coari, Estado do Amazonas, aos vinte e seis (26) dias do mês de maio (05) do ano de mil novecentos e oitenta e seis (1986), domiciliada e residente na Rua 8, Manaus, Estado do Amazonas, filha de Salazar Maciel Rodrigues e de Maria de Fátima Nunes Rodrigues. Manaus, 9 de agosto de 2022
Se alguém souber de algum impedimento que oponha-o na forma da Lei.
Matheus Barbosa de Oliveira, Escrevente.

COOPEAM – Cooperativa de Enfermeiros do Amazonas.
CNPJ.: 03.533.950/0001-70 – Inscrição Estadual: Isento.
End.: Rua Pará, Nº 980-A – Cep.: 69053070 – Bairro: São Geraldo.
Cidade: Manaus – Estado: Amazonas – Tel.: (92) 99277-2977.
E-Mail: am.coopeam@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Cooperativa de Enfermeiros do Amazonas – COOPEAM convoca todos seus Cooperados para Assembleia Geral Extraordinária (AGE); a qual o primeiro chamamento ocorrerá às 18:00hrs, o segundo chamamento às 19:00hrs e o terceiro chamamento às 20:00hrs, conforme o Artigo 19º do nosso Estatuto Social na Junta Comercial do Estado do Amazonas certifico o Registro sob o nº 1043962 em 16/03/2020 e o Nire nº 13400001561, para o próximo dia: 19 de Agosto de 2022, a realizar-se Rua Afonso Pena, 48 – Bairro: Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, na Sede SICOOB UNIAM nesta Cidade para deliberarem sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia:
1) Deliberação sobre a Inadimplência da integralização da quota-a-parte;
2) Renovação do Certificado de Pessoa Jurídica no Coren-AM;
3) Escolha do Responsável Técnico da Cooperativa perante o Coren-AM;
4) Inclusão e Exclusão de Cooperados;
5) Informes sobre a Transformação de Natureza Jurídica;
6) E outros assuntos de interesse da Cooperativa e Cooperados

Manaus (Am), 09 de Agosto de 2022.
Wilson Borges de Araújo.
Diretor Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
9º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Av. Noel Nutels, 41, Cidade Nova I, Manaus/AM - CEP: 69.095-000
Fone: (92) 3645-7793
Oficial titular: Nathalie Rocha Pinheiro Lemos Sobral

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº 1525 do Código Civil Brasileiro:
1-RENATO MULLER SERRA DIAS, de nacionalidade brasileira, natural de Matinha, Estado do Maranhão, nascido(a) em 16 de setembro de 1988, dono de buteco, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Sanfonias - Manaus, filho(a) de Raimundo Nonato Penha Dias e Aldenora de Jesus Serra. MOIRA DOS SANTOS LEITE de nacionalidade brasileira, natural de Silves, Estado do Amazonas, nascida(o) 16 de fevereiro de 1990, do lar, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Sanfonias - Manaus, filha(o) de Ranulfo de Azevedo Leite e Maria de Jesus Nogueira dos Santos.
2-MARIO JAYSSON MACIEL DANTAS, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 13 de março de 1987, funcionário publico, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua C 4 - Manaus, filho(a) de Ludmilson Soares Dantas e Maria de Nazaré Maciel Dantas. DYENY UDYMERYS TEIXEIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 13 de março de 1988, nutricionista, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua C 4 - Manaus, filha(o) de Eugidio Bispo da Silva e Valdemarina de Lima Teixeira.
3-KELVI MARIANO UMBELINO, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 24 de março de 1992, técnico em eletrônica, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua 85 - Manaus, filho(a) de Alfredo Carril Umbelino e Ana Maria de Oliveira Mariano. SAMARA RIBEIRO FERREIRA de nacionalidade brasileira, natural de Tefé, Estado do Amazonas, nascida(o) 7 de maio de 2000, do lar, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua 85 - Manaus, filha(o) de Saulo da Silva Ferreira e Legiane Soares Ribeiro.
4-RAIMUNDO MARCOS ARAUJO MEDEIROS, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 30 de dezembro de 1973, industriário, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua 59 - Manaus, filho(a) de Francisco Barroso Medeiros e Maria Lucia Araujo Medeiros. LÍLIA DA SILVA FERREIRA de nacionalidade brasileira, natural de Carauari, Estado do Amazonas, nascida(o) 21 de janeiro de 1990, dona de casa, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua 59 - Manaus, filha(o) de Martins Camelo Ferreira e Olgarina Alves da Silva.
5-ANTONIO DE SOUZA GAMA, de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido(a) em 28 de junho de 1968, ajudante de pedreiro, solteiro, residente e domiciliado(a) no(a) Rua São Benedito - Manaus, filho(a) de Benedito Lazaro da Gama e Francisca de Souza Gama. RUTH LIVEIRA DA COSTA de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 5 de novembro de 1975, beneficiária, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua 26 - Manaus, filha(o) de Pedro Felicio da Costa e Quiteria Oliveira da Costa.
6-LENEKER JUNIOR DE CASTRO MARTINS, de nacionalidade brasileira, natural de Tefé, Estado do Amazonas, nascido(a) em 21 de julho de 1986, industriário, divorciado, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Apocalipse - Manaus, filho(a) de Pedro Ferreira Martins e Raimunda Aglaciele Lima de Castro. SUELEM MONTEIRO DE SOUZA de nacionalidade brasileira, natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida(o) 19 de julho de 1990, dona de casa, divorciada, residente e domiciliada(o) no(a) Rua Apocalipse - Manaus, filha(o) de João Nascimento de Souza e Osmarina Monteiro de Souza.
7-OTON LEITÃO DE FIGUEIREDO, de nacionalidade brasileira, natural de Alenquer, Estado do Pará, nascido(a) em 17 de agosto de 1983, motorista, divorciado, residente e domiciliado(a) no(a) Rua das Malvaceas - Manaus, filho(a) de Otoni Bezerra de Figueiredo e Maria Eunice Lopes Leitão. QUEILA FERREIRA DE LIRA de nacionalidade brasileira, natural de Careiro, Estado do Amazonas, nascida(o) 29 de janeiro de 1998, auxiliar administrativo, solteira, residente e domiciliada(o) no(a) Rua das Malvaceas - Manaus, filha(o) de Josué Ferreira de Lira e Valdevina Ferreira de Lira.

Manaus/AM, 05 de agosto de 2022
Oficiala de Registro Civil - 9º Ofício

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
6º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Lourival Muniz, 454, Glória, Manaus/AM
Fone: (92) 3673-9096 - Fax: (92) 2671-4287
OFICIAL TITULAR: Selma Maria Lira Barros

EDITAL DE PROCLAMAS

FAÇO saber a todos que pretendessem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1525 do Codigo Civil Brasileiro os contraentes:
1. ANDRÉ DE SOUZA PIMENTEL e SAMARA IPIRANGA DOS SANTOS sendo o pretendente, solteiro, vendedor, nascido em 10-03-1981, natural de Manaus/AM , residente em Rua Samambaia - Manaus/AM, filho de NENILO COSTA PIMENTEL e JOANA BATISTA DA SILVA SOUZA e a pretendente, solteira, vendedora, nascida em 01-11-1989, natural de Manaus/AM, residente em Rua Samambaia - Manaus/AM, filha de JOSÉ GONZAGA DOS SANTOS e MILNE DO SOCORRO IPIRANGA DOS SANTOS
2. ANTONIO FRANCISCO FERREIRA DO CARMO e ELIANE GONÇALVES PIMENTEL sendo o pretendente, solteiro, gerente de loja, nascido em 09-08-1979, natural de Codajás/AM , residente em Rua Criciuma - Manaus/AM, filho de e FRANCISCA FERREIRA DO CARMO e a pretendente, solteira, do lar, nascida em 09-11-1984, natural de São Gabriel da Cachoeira/AM, residente em Rua Criciuma - Manaus/AM, filha de JOSÉ PENHA PIMENTEL e MARIA AZEVEDO GONÇALVES
3. ANTONIO RODRIGUES DA SILVA e ÉRICA SOUZA DA SILVA sendo o pretendente, solteiro, construtor civil, nascido em 24-09-1993, natural de Lábrea/AM , residente em RUA PRAIA DO AREAL - Manaus/AM, filho de JOEL RODRIGUES MONTEIRO e RAIMUNDA ALVES DA SILVA e a pretendente, solteira, do lar, nascida em 26-06-1999, natural de Lábrea/AM, residente em RUA PRAIA DO AREAL - Manaus/AM, filha de HAROLDO OLIVEIRA DA SILVA e MARIA CINELANDIA SOUZA FERREIRA
4. ASNAN MAIA DE SOUZA e JULIANA DE OLIVEIRA LEMOS sendo o pretendente, viúvo, autônomo, nascido em 08-01-1995, natural de Manaus/AM , residente em Rua 14, - Manaus/AM, filho de NATAN FERREIRA DE SOUZA e ALICE MARIA PEREIRA MAIA e a pretendente, solteira, autônoma, nascida em 12-01-2000, natural de Tefé/AM, residente em Rua 14, - Manaus/AM, filha de SEBASTIÃO CAVALCANTE LEMOS e MARIA DENISE PINHO DE OLIVEIRA
5. BRUNO CESAR XAVIER DA SILVA e ELIENE CARVALHO BARROS sendo o pretendente, solteiro, autonomo, nascido em 13-05-1988, natural de Manaus/AM , residente em Rua Leopoldo Neves, 575, Santo Antonio - Manaus/AM, filho de Manoel Carvalho da Silva e Maria Luzanira Xavier e a pretendente, viúva, militar, nascida em 21-11-1980, natural de Manaus/AM, residente em Rua Leopoldo Neves, 575, Santo Antonio - Manaus/AM, filha de Jose Ridrigues Barros e Eliana Carvalho Barros
6. FRANCIOMAR RODRIGUES BACELAR e KELLY DUARTE NOGUEIRA sendo o pretendente, solteiro, auxiliar de logística, nascido em 07-04-1989, natural de Manaus/AM , residente em Rua Lauro Bittencourt - Manaus/AM, filho de OMAR SOARES BACELAR e MARIA DO SOCORRO RODRIGUES BACELAR e a pretendente, solteira, auxiliar de produção, nascida em 02-01-1989, natural de Manaus/AM, residente em Rua Lauro Bittencourt - Manaus/AM, filha de ROSILDO BATISTA NOGUEIRA e LOURDETE DUARTE NOGUEIRA
7. FRANCISCO ANSELMO BATISTA DE OLIVEIRA e MARIA RAIMUNDA MEDEIROS GRANGEIRO sendo o pretendente, solteiro, marceneiro, nascido em 08-08-1979, natural de Manaus/AM , residente em Rua Adolfo Marques, 168, São Raimundo - Manaus/AM, filho de Francisco Cavalcante de Oliveira e Antonia Batista de Oliveira e a pretendente, solteira, esteticista, nascida em 02-06-1977, natural de Pauini/AM, residente em Rua Adolfo Marques, 168, São Raimundo - Manaus/AM, filha de Edvar Granjeiro e Francisca Medeiros
8. FRANK BATISTA CARVALHO e ANA LUCIA ABUD MENDES sendo o pretendente, solteiro, autonomo, nascido em 02-12-1972, natural de Itacoatiara/AM , residente em rua das Rubelitas, 377, Tancredo Neves - Manaus/AM, filho de Antonio Carvalho Alves Pereira e Ivanildes Batista Monteiro e a pretendente, viúva, professora, nascida em 06-04-1971, natural de Belem/PA, residente em rua das Rubelitas, 377, Tancredo Neves - Manaus/AM, filha de Valfredo da Silva Mendes e Ocila Abud Mendes
9. GENILTON LUIZ DE OLIVEIRA BRITO e ALINE PEREIRA DOS SANTOS sendo o pretendente, solteiro, borracheiro, nascido em 07-05-1995, natural de Manaus/AM , residente em Avenida Brasil, nº1710, Vila da Prata - Manaus/AM, filho de e MARIA DEUZIMAR DE OLIVEIRA BIRTO e a pretendente, solteira, cuidadora de idoso, nascida em 25-10-1999, natural de Manaus/AM, residente em Avenida Brasil, nº1710, Vila da Prata - Manaus/AM, filha de WAGNER DARIO GOMES DOS SANTOS e VANDERLENE PEREIRA DOS SANTOS
10. JEMES RODRIGUES DE MATOS e KLÍSSIA RACHEL AZEVEDO DE OLIVEIRA BEZERRA sendo o pretendente, viúvo, TECNICO DE REFRIGERAÇAO, nascido em 27-03-1979, natural de Manaus/AM , residente em CEUTAS - Manaus/AM, filho de JOSE MARIA DE MATOS e EDNA RODRIGUES DE MATOS e a pretendente, solteira, AUTONOMA, nascida em 19-02-1998, natural de Manaus/AM, residente em CEUTAS - Manaus/AM, filha de EDSON BEZERRA DA SILVA e ELIABE AZEVEDO DE OLIVEIRA BEZERRA
11. JOÃO BATISTA RIBEIRO LOPES e SANDRA MACIEL LOPES sendo o pretendente, viúvo, autônomo, nascido em 24-06-1959, natural de Miguel Alves/PI , residente em Rua dos Uirapurus - Manaus/AM, filho de RAIMUNDO NONATO LOPES e ALMERINDA RIBEIRO DO NASCIMENTO e a pretendente, viúva, do lar, nascida em 29-07-1978, natural de Manaus/AM, residente em Rua dos Uirapurus - Manaus/AM, filha de EDMILSON MARTINS MACIEL e MARIA DA SILVA MACIEL
12. JOÃO PAULO DE SOUSA NETO e ROSILEIA PINHEIRO REIS sendo o pretendente, solteiro, soldador, nascido em 31-03-1985, natural de Aveiro/PA , residente em RUA BOM PASTOR - Manaus/AM, filho de LUIZ PRATA DE MENESES e JANDIRA DE SOUSA MENESES e a pretendente, viúva, manicure, nascida em 02-02-1983, natural de Manaus/AM, residente em RUA BOM PASTOR - Manaus/AM, filha de e MARIA DE NAZARÉ PINHEIRO REIS
13. JOEBE RODRIGUES SEVALHO e TATIANE OLIVEIRA DE LIMA sendo o pretendente, solteiro, OPERADOR DE LOJA, nascido em 09-03-1991, natural de TEFE/AM , residente em NOVO PARAISO - Manaus/AM, filho de JOEL DOS SANTOS SEVALHO e EDILEUZA VIEIRA RODRIGUES e a pretendente, solteira, DO LAR, nascida em 31-10-2002, natural de MANACAPURU/AM, residente em SANTA BARBARA - Manaus/AM, filha de TIAGO GUIMARAES DE LIMA e GILMARA OLIVEIRA DE LIMA
14. JONATHAN DO AMARAL GAMA e MARIA CRISTINA OTAVIANO GUILHERME sendo o pretendente, solteiro, Auxiliar de Produção, nascido em 10-02-1996, natural de Manaus/AM , residente em Rua Osmar Matos - Manaus/AM, filho de Paulo Sergio da Silva Gama e Elisangela do Amaral Moraes e a pretendente, solteira, Autonoma, nascida em 26-11-1986, natural de Benjamin Constant/AM, residente em Rua Osmar Matos - Manaus/AM, filha de Oscar Demetrio Guilherme e Orcinda Otaviano Guilherme
15. JOSE ADERLEY FERREIRA DE OLIVEIRA e JOELMA ALVES DA SILVA sendo o pretendente, solteiro, MONTADOR NAVAL, nascido em 11-07-1975, natural de Manaus/AM , residente em RUA 5 - Manaus/AM, filho de VIRGILIO FERREIRA DE OLIVEIRA e MARIA HERUNDIA FERREIRA e a pretendente, solteira, DO LAR, nascida em 18-10-1989, natural de COARI/AM, residente em RUA 5 - Manaus/AM, filha de EVANDRO FRAZAO DA SILVA e IVANILDE PORTO ALVES
16. JOSE DA SILVA CARVALHO e MARIA OSCARINA FELIX DA SILVEIRA sendo o pretendente, solteiro, pedreiro, nascido em 25-10-1970, natural de Jutai/AM , residente em Rua Carandai, nº29, C-5, Cidade Nova - Manaus/AM, filho de SEBASTIÃO NUNES DE CARVALHO e RAIMUNDA DA SILVA CARVALHO e a pretendente, solteira, autonoma, nascida em 06-12-1960, natural de Manaus/AM, residente em Rua Carandai, nº29, C-5, Cidade Nova - Manaus/AM, filha de PEDRO CELESTINO DA SILVEIRA e MARIA DO CARMO FELIX DA SILVEIRA.
17. JOSÉ JEZINI e RUTE ALICE ALVES DE MAGALHÃES sendo o pretendente, viúvo, agricultor, nascido em 04-02-1947, natural de Manaus/AM , residente em Rua 5 de Setembro - Manaus/AM, filho de FELIPE JEZINI e MARIA ANES JEZINI e a pretendente, solteira, agricultora, nascida em 26-03-1958, natural de Manacapuru/AM, residente em Rua 5 de Setembro - Manaus/AM, filha de FRANCISCO NEVES DE MAGALHÃES e MARIA FERREIRA DE MAGALHÃES.
Se alguém souber de algum impedimentos que os declare na forma da lei.

Manaus 22 de junho de 2022
Selma Maria Lira Barros
OFICIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F47F-1F23-6C0B-D890.
EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Dados: 2022.08.09 19:08:00 -04'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA N° 915/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2022.016463 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeiro(a) do **Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ (Solução de gerenciamento de endpoints - Ivanti Endpoint Manager)**, e, para auxiliá-lo, bem como substituí-lo em seus impedimentos ou afastamentos, a servidora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **CLEITON DA SILVA ALVES** e **IURY FECHINE RAMOS**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 22 de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/08/2022, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0883385** e o código CRC **BD75FC06**.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa **4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda**, inscrita no **CNPJ 21.425.192/0001-58**, localizada Rua. Borges de Figueiredo, 303 – 4º andar – Bairro Mooca, na cidade de São Paulo - SP, CEP 03110-010, fone 11 3586 - 8237, e-mail alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br , para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Descrição	UND	QTD	Unit R$	Total R$
01	Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M	Licença de uso	1.000	R$ 49,50	R$ 49.500,00
02	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S	Licença de uso	1.000	R$ 48,00	R$ 48.000,00
03	Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S	Licença de uso	1.000	R$ 62,00	R$ 62.000,00
04	Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M	Licença de uso	300	R$ 50,00	R$ 15.000,00
05	Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S	Licença de uso	300	R$ 48,00	R$ 14.400,00
06	Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S	Licença de uso	300	R$ 62,00	R$ 18.600,00
07	Ivanti Neurons Workspace Cloud Partnumber IN-WKSPACE-C	Licença de uso	200	R$ 55,00	R$ 11.000,00
08	Ivanti Neurons Plataform w/EPM Connector Cloud Parnumber IN-PlataformEPM-C	Licença de uso	200	R$ 20,00	R$ 4.000,00
09	Ivanti Cloud Service Appliance PartNumber = LDVCSA-L	Licença de uso	01	R$ 9.500,00	R$ 9.500,00
10	Capacitação no Ivanti Management Suite	Turma	01	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
Total R$ 238.000,00 (Duzentos e Trinta e Oito Mil Reais)					

A 4Deal Solutions Tecnologia em Informática declara que concorda com todas as especificações do Edital.

***a)* Prazo de validade da proposta**: 90 dias

***b)* Prazo de entrega**: A CONTRATADA deverá fornecer as licenças, nos termos descritos neste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho pela CONTRATADA.

***c)* Prazo de garantia mínima:** A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico, com garantia de atualização técnica e segurança do fabricante durante todo o ciclo de vida do produto (Prazo de 12 meses).

***d)* Dados Bancários**:
Banco do Brasil
Agência: 3324-3
Conta Corrente: 115.387-0

***e)* Contato para fins de faturamento**:
Alexandre Oliveira – Gerente de Vendas e Operações
Rua. Borges de Figueiredo, 303 – 4º andar – 03110-010 – São Paulo – SP – 11 3554-3748 – *alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br*

***f)* Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Alexandre Oliveira da Silva

CPF: 284.340.178-06

Atenciosamente,
São Paulo/SP 25 de Agosto de 2022

4Deal Solutions Tecnologia em Informática LTDA
CNPJ: 21.425.192/0001-58

Alexandre Oliveira da Silva
CPF: 284.340.178-06

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ
ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:
a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;
e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

São Paulo – SP 25 de Agosto de 2022.
4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda

Alexandre Oliveira da Silva
CPF: 284.340.178-06

4Deal Solutions Tecnologia em Informática LTDA
CNPJ: 21.425.192/0001-58

Alexandre Oliveira da Silva
CPF: 284.340.178-06

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÃO

a) Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento administrativo sancionador (PAS) por eventual retardamento da licitação;

e) Que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

São Paulo – SP 25 de Agosto de 2022.
4Deal Solutions Tecnologia em Informática Ltda

Alexandre Oliveira da Silva
CPF: 284.340.178-06

4Deal Solutions Tecnologia em Informática LTDA
CNPJ: 21.425.192/0001-58

Alexandre Oliveira da Silva
CPF: 284.340.178-06

Sao Paulo, Agosto 12 - 2022

Prezado
Ministério público do estado do Amazonas

DECLARAÇÃO

A **Ivanti Comercio de Software Brasil Ltda.**, inscrita no CNPJ 11.795.046/0001-60, seguindo sua estratégia global de negócios, comercializa produtos, software e serviços, através de seus parceiros comerciais (chamados "Business Partners").

Nesse sentido, declaramos que a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, CNPJ 21.425.192/0001-58, é nosso parceiro certificado, estando apta a comercializar toda a linha de produtos **Ivanti**.

Adicionalmente, em relação aos produtos especificados no **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, declaramos que a **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, é o parceiro titular do registro de oportunidade para intermediar a comercialização do produto/licença bem como está apta a prestar suporte técnico na solução, de acordo com a política de relacionamento da **Ivanti** com seus parceiros de negócios no Brasil.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais

Atenciosamente

Diego Fernando Montoya Paz
Regional Sales Director, LATAM
o +57 1 7314571
m +57 315 571 8981
diego.montoya@ivanti.com
www.ivanti.com

ivanti Community

Home | All Products | More | Search for Knowledge | Log in

Ask a Question

View Articles I Follow | Log in for access to this feature

Best Known Method for Configuring Ivanti Cloud Service Appliance (CSA)

Products / Topics : **Endpoint Manager**

Categories
Cloud Services Appliance (CSA) 4.6

Created Date
Apr 14, 2019 4:18:36 PM

Last Modified Date
Jun 24, 2022 11:00:13 PM

How To

- Prerequisites and Items to Consider
- Configuration of the Gateway
- Conclusion
- Agent Configuration that leverages the Cloud Service Appliance
- Testing Communication
- Scripting Broker Request Process
- Manual Configuration of the Agent
- Unattended configuration of the client for the Cloud Service Appliance
- Agent Configuration
- Core Configuration
- Port Forwarding
- Dual NIC Configuration of the Cloud Service Appliance
- Single NIC configuration
- Cloud Service Appliance Configuration
- Shutdown and Reboot
- System Updates
- CSA Activation
- Network Settings
- Block Services
- Installation of the Cloud Service Appliance
- Additional Resources and Troubleshooting

Please note: The following doc covers the future of the CSA- Customer Update: Ivanti Cloud Service Appliance (CSA) 4.5

This article is intended to provide a set of recommended configurations for Ivanti Cloud Service Appliance. The CSA configuration will allow an external (off the network) client to be managed.

Here is a video of the process that includes core and agent side information: LANDESK - CSA - Installation and Configuration - YouTube

Ivanti Cloud Service Appliance is an Internet software appliance that uses patented technology to help provide secure communication and management functionality to external devices. It acts as a meeting place where the Core Server and managed nodes are linked through their Internet connections. All management traffic must be initiated by the client agent.

The Ivanti Cloud Service Appliance requires that all traffic be client initiated. When managed through the CSA, Inventory, Software Distribution, Remote Control and Security Suite functionality are supported. Software Distribution requires that the packages be hosted on an HTTP share on the Core Server or on a share accessible from the external network.

How To - Answer

Prerequisites and Items to Consider

1. Verify you have a DNS name and external(internet) IP address for your CSA you can use and register with online DNS services so the DNS will resolve on internet clients to your CSA.
2. If you are using a dual NIC setup on the CSA, verify you also have a internal IP address the CSA can use to communicate with your core.
3. In a dual NIC configuration, make sure the external(internet) IP address goes to the higher NIC on the CSA network configuration(i.e. ETH1). The lower NIC interface needs to be the internal IP address that will communicate to the core(i.e. ETH0).
4. Verify that the Host VM network uses only "E1000" network hardware emulation on the VM settings.
5. CSA setup, activation and patching requires port 80 and 443 and internet access to the Ivanti servers and CentOS repositories. After the CSA is fully configured it only needs port 443 to operate.
6. Verify that routing for the external and internal IP address is setup correctly and than no mistakes were made entering the correct IP address values and DNS info in the routing.
7. The CSA cannot be used with load balancers or firewall monitoring running in between communication to the clients on the internet and the core. Verify that the CSA has allowed access to the internet and to the core internally.
8. Verify that devices on the internet will resolve the CSA's DNS name to the correct IP address and that the CSA landing page can be reached when user in a web browser using HTTPS.
9. The core should also be able to reach the landing page of the CSA using its IP address(internal for sure) in a web browser via HTTPS.

Configuration of the Gateway

The Ivanti Cloud Service Appliance configuration requires multiple steps. The following steps of the configuration will be explained in this article:

- Cloud Service Appliance network placement
- CSA configuration
- Agent configuration for Gateway communication

Installation of the Cloud Service Appliance

The following are LDCSA installation parameters:

- For CSA 4.3 Installation USB is required
- For CSA 4.4, OVA file must be deployed in vSphere or imported using VMware (See article How to Create a Cloud Services Appliance 4.4)
- For CSA 4.5 an ISO is available that you can deploy to several virtual host platforms.
- For CSA 4.6 an ISO is available that you can deploy to several virtual host platforms.
- On the first system boot a username and password are required

Username: admin Password: admin

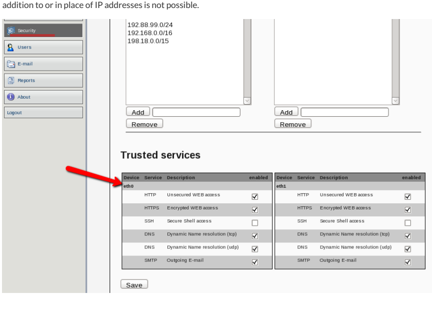
NOTE: On Cloud Service Appliance 4.3, it will prompt you to change the password on the first login. The service account password will be automatically set to whatever you change your admin account's password on the first login. It is recommended that you set a different password for a service account later.

After logging in, the Cloud Service Appliance web page launches. The following steps should be done from the web page in the following order after logging in:

- Accept the End User License Agreement.
- Configure The Network for the Appliance. This includes assigning IP address, assigning DNS, and assigning a host name and Domain information.
- Activate the Appliance (use the same credentials you used to activate you core server)
- Change the Admin Password

Block Services

From the Security Tab on the Cloud Service Appliance web page, services for the CSA can be enabled / disabled as needed for security purposes. DO NOT enable the CSA firewall. It is antiquated and allowing for ports in addition to or in place of IP addresses is not possible.



Network Settings

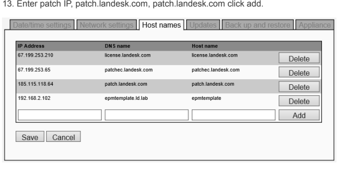
The network is configured from the Cloud Service Appliance web page. The IP address is bound to the NIC on this page, DNS server (s) are set, as well as Domain and Hostname.

Note: If using a dual NIC configuration the higher NIC number must be the external(internet) IP address. Example: **eth0** must be your internal address for the CSA. **eth1** must be the internet address you plan to use on the CSA.

Configure Date and Time first.

Steps:

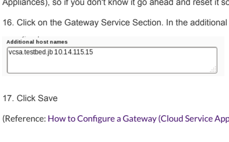
1. Click on System > Network Settings
2. Remove any references to the 192.168.0.1 and 192.168.0.2
3. Set IP, subnet, and gateway for your network on eth0.
4. Click add
5. Set the hostname and DNS suffix for your device
6. Click save
7. Click on the hostnames tab.
8. Remove any references to the 192.168.0.1 and 192.168.0.2
9. We will want to add the core here.
10. Core IP, Core FQDN, Core Hostname click add
11. Ping **license.landesk.com**, **patchec.landesk.com** and **patch.landesk.com** to obtain the IP addresses.
12. Enter the IP, license.landesk.com, license.landesk.com click add
13. Enter patch IP, patch.landesk.com, patch.landesk.com click add.



14. Click save

15. Click on the users section. Make sure you know the service account password; we will need this to configure the core. It will only be used on the core in one location(Manage Gateway/Manage Cloud Service Appliances), so if you don't know it go ahead and reset it so you can have the correct password

16. Click on the Gateway Service Section. In the additional Hostnames section you will want anything the gateway can resolve to or from, FQDN, internal and external IP, etc.

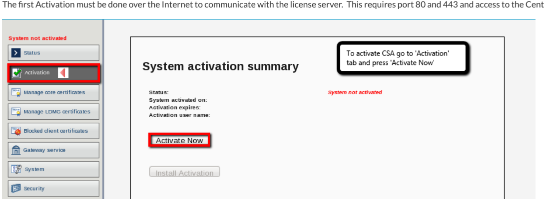


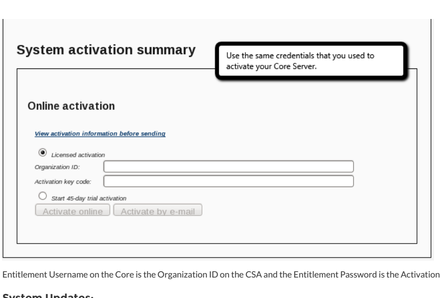
17. Click Save

(Reference: How to Configure a Gateway (Cloud Service Appliance) - Quick Guide)

CSA Activation

The first Activation must be done over the Internet to communicate with the license server. This requires port 80 and 443 and access to the CentOS repositories.

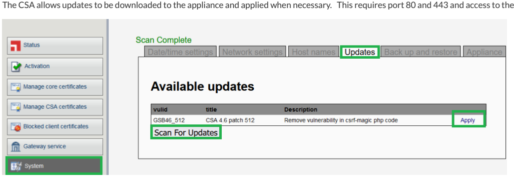




Entitlement Username on the Core is the Organization ID on the CSA and the Entitlement Password is the Activation key code on the CSA.

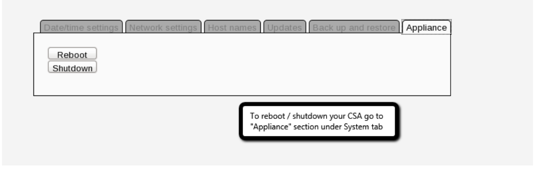
System Updates:

The CSA allows updates to be downloaded to the appliance and applied when necessary. This requires port 80 and 443 and access to the CentOS repositories.



Shutdown and Reboot

The Cloud Service Appliance can be shutdown and / or rebooted remotely. The only requirement is access to the CSA web page internally or externally.



Cloud Service Appliance Configuration

The CSA can be configured in a single NIC or a dual NIC configuration. Additional configuration is required if Port Forwarding is being used to pass traffic to the CSA.

Single NIC configuration

The CSA can be configured using a single NIC. In a single NIC configuration, the Core Server and the clients will need to be able to create an SSL connection to the CSA. By default the Core Server and clients will use the IP address of the CSA.

Basic Configuration Steps:

1. Add an IP Address to the NIC in the Network Configuration
2. Configure the CSA firewall; add any non-routable IP addresses and IP ranges that should be blocked. Make sure that applicable subnets are allowed.
3. Route the incoming traffic from the Internet address to the CSA

This configuration allows the clients to connect to the IP of the CSA and pass traffic through the CSA to the Core Server.

Dual NIC Configuration of the Cloud Service Appliance

The two NIC design allows for configuration that the IP address associated with the 'external' network can be associated with a NIC and the Core Server can communicate to the CSA on an internal IP address assigned to a second NIC. This allows for both internal and external communication without requiring IP routing between the networks.

Basic Configuration Steps:

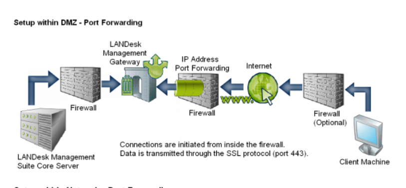
1. Add an IP address to each NIC in the network configuration
2. Assign an FQDN to the external IP address and update the DNS servers. i.e. LDGATEWAY.COMPANY.COM
3. Configure the CSA firewall; add any non-routable IP addresses and ranges that should be blocked. Make sure that applicable subnets are allowed
4. Route the incoming traffic from the Internet address to the CSA
5. Ensure that the internal NIC of the CSA is set to ENABLED in the CSA
6. Ensure that the internal NIC of the CSA is connected to the internal side of the network

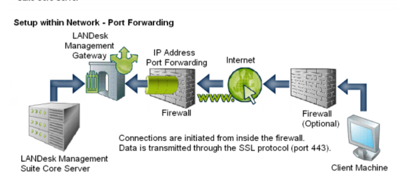
NOTE: It is recommended that the internal IP address be on the same subnet as the Core Server. If the appliance is not on the same subnet a route will likely need to be added for CSA version 4.2. This can be done from the appliance by selecting ALT+<F2>, and then right clicking and choosing Xterm. This allows a terminal session to the appliance. See How To Add a Persistent Static Route to Cloud Services Appliance for adding a persistent route.

This configuration allows the clients to connect to the external IP address of the Cloud Service Appliance and pass traffic through it. This will allow for the physical separation of client and core server traffic. These steps provide an overview of the settings necessary to implement the two NIC configurations. Actual commands for routers, firewalls, etc., are not known as the network configuration and hardware vary.

Port Forwarding

Port Forwarding is a network configuration that allows for traffic to be sent to an address and then be forwarded to the actual device. Port Forwarding is utilized in many environments to isolate or protect a device. Port Forwarding can be used in Dual NIC or Single NIC configurations. All client traffic is on port 443. The clients must have an IP address that is accessible from external network . The following diagram is an illustration of this configuration. The external IP address is assigned to the Firewall and then the traffic on port 443 is forwarded to the Cloud Service Appliance.





Operating System

- The Cloud Service Appliance is a custom build of Linux. CentOS 7 64 bit.
- Only the necessary software for performing the actions and functions of the CSA are installed. This is done to limit the exposure and tolls available for attack.
- No common external access utilities exist on the system (ie: wget, httpclient, ftp client, ncftp, lynx ...).
- Connections to the CSA from remote clients and the Core Server are passed over SSL encrypted connections on port 443. The SSL sessions are signed by a LANDESK certificate. If this certificate is modified in any way, the CSA service will shut down.
- Using a secure SSL tunnel, the CSA routes data between the client and the Core Server as long as they have an open connection on the CSA. The SSL data is not decrypted at the CSA. This provides security and allows a larger number of connections by minimizing CPU utilization. By leaving the data encrypted this eliminates the need for complex synchronization between the connections, when data is received, it is sent on to its destination without delay.
- The Cloud Service client connections providing improper authentication, inappropriate syntax, or public key data are dropped.
- Five (configurable) invalid authentication attempts from clients will lockout the client for a pre-determined amount of time (also configurable).
- Once the connection between a Core Server and a client is established, the handshake and data encryption keys are left to the core. No un-encryption is performed by the CSA. This eliminates the possibility of a 'man in the middle' attack at the CSA.
- All incoming connections (except SSH) are handled by the Gateway service.

Ports

- Port 443 (HTTPS) (in/out) -- Port 443 is used for all management and client CSA traffic
- Port 80 (HTTP) (in) -- Port 80 is only used for a default web page (optional)
- Port 80 (HTTP) (out) -- Port 80 is used for licensing and patching of the CSA
- Port 25 (SMPT) (outgoing only) -- Port 25 is used to email logs and alerts from the CSA to the configured email addresses
- Port 22 (SSH) is allowed -- SSH connection can be used for terminal administration

Firewall

All ports / services / addresses are denied by default at the firewall

- IP spoof detection in use.
- SYN packet filtering is turned on.
- UDP / ICMP filtering.
- Explicit denial after exception list.
- List of IP address ranges. The list is from various security sites, edits to the list are recommended. If internal (non routable) IP address ranges.

User accounts

- The 'root' user login is disabled by default.
- The 'admin' user is the only user that can connect via SSH and will require elevated privileges.
- System accounts lockout for period of time after 5 consecutive bad login attempts.

Software - Applications

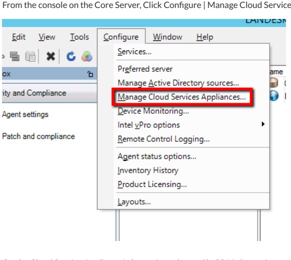
- Outgoing SMTP mail is handled by customer build mail application. (Sendmail is NOT installed)
- Tripwire file scanning is performed at regular intervals on the system to detect possible compromised files.
- Web interface and Gateway service processes run unprivileged.
- Internal database server runs with network support disabled.
- CSA web console operates over authenticated SSL only (HTTPS port 443).

Core Configuration

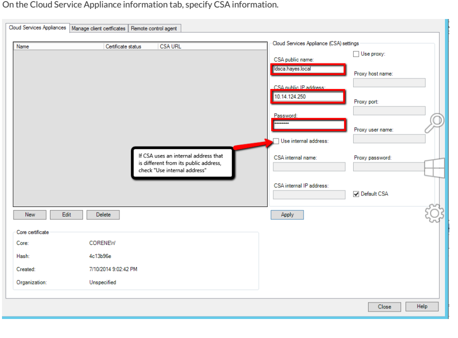
After installing the Cloud Service Appliance, Core Server needs to be configured to connect to the CSA. This step must be completed before configuring managed devices to use the CSA.

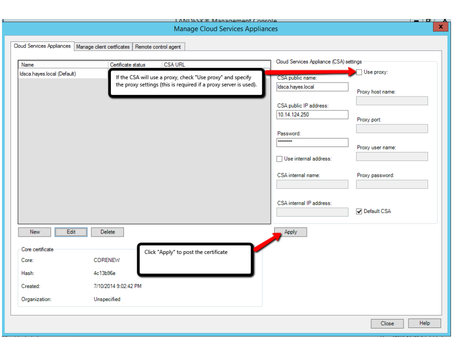
The 'Manage Cloud Services Appliances' option is available only from the core console, not from remote consoles. A LANDESK Administrator right is required to run 'Manage Cloud Service Appliances'.

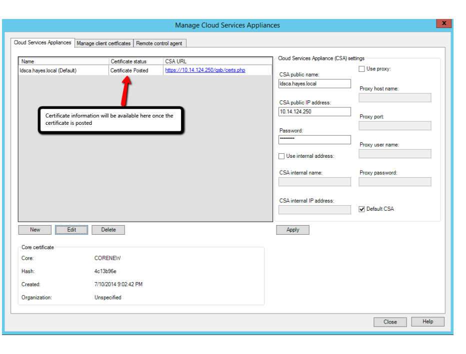
From the console on the Core Server, Click Configure | Manage Cloud Service Appliances.

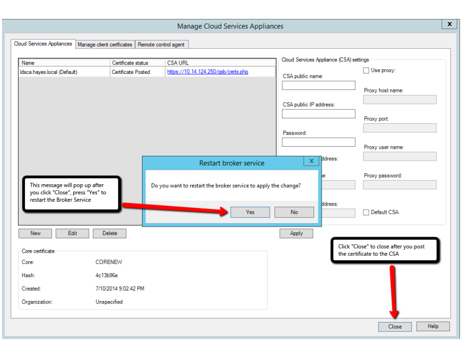


On the Cloud Service Appliance information tab, specify CSA information.







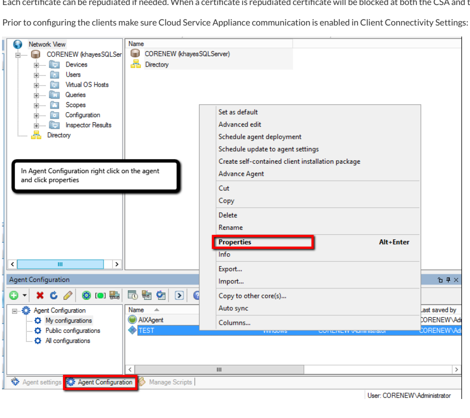


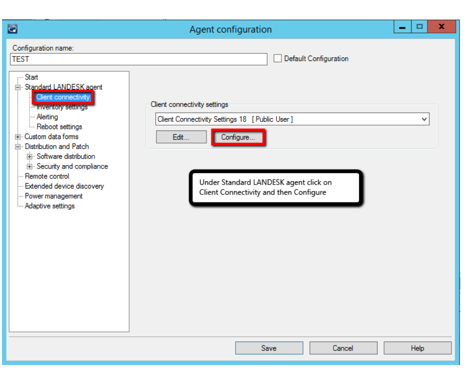
Agent Configuration

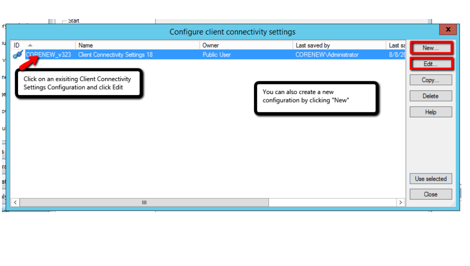
After the agent is configured on the client, the agent will need to be configured to communicate through the Cloud Service Appliance if desired. By default the agents will only communicate to the Core Server. Configuration of the client will require credentials to ensure the integrity of the database.

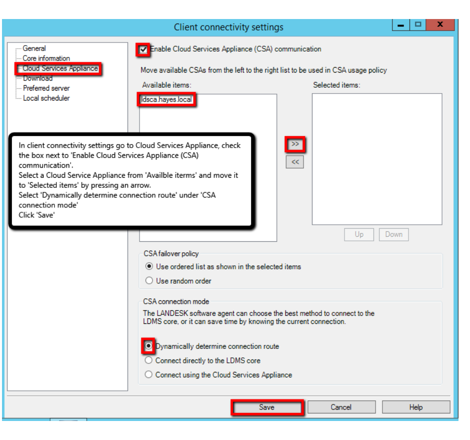
To provide secure communication between the client and Core Server, a certificate will be created for each client. Certificate information is stored in the database for the Core Server and in the Broker folder on the client. Each certificate can be repudiated if needed. When a certificate is repudiated certificate will be blocked at both the CSA and the Core Server. Only repudiated certificates are stored on the CSA.

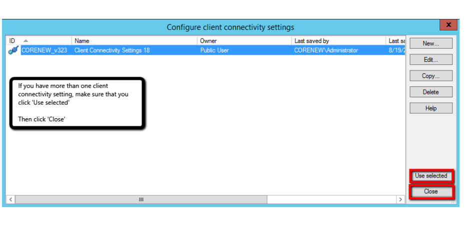
Prior to configuring the clients make sure Cloud Service Appliance communication is enabled in Client Connectivity Settings:

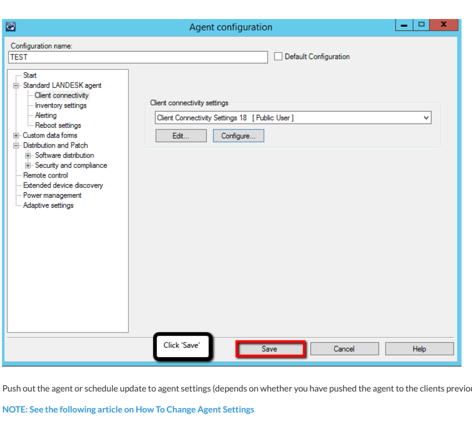












Push out the agent or schedule update to agent settings (depends on whether you have pushed the agent to the clients previously).

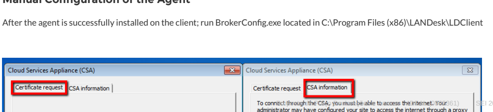
NOTE: See the following article on How To Change Agent Settings

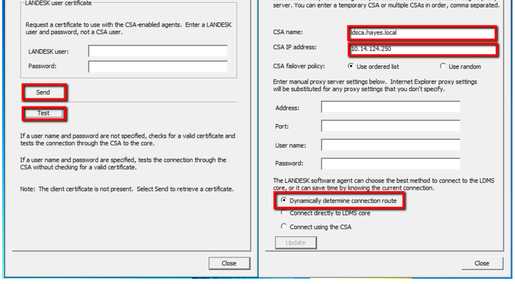
Unattended configuration of the client for the Cloud Service Appliance

Refer to this community document: How to Perform an Unattended configuration of the client for the Cloud Services Appliance

Manual Configuration of the Agent

After the agent is successfully installed on the client; run BrokerConfig.exe located in C:\Program Files (x86)\LANDesk\LDClient



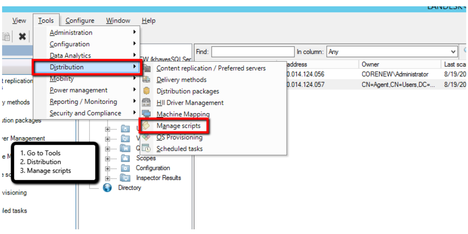


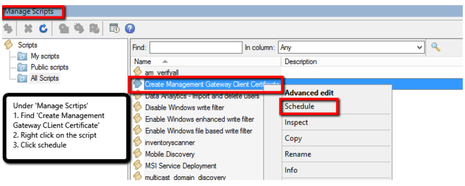
When BrokerConfig.exe is run the above dialog is displayed. The IP address of the Cloud Service Appliance will be displayed if the Core Server was configured for the CSA prior to the agent deployment. By default the agent will use the proxy settings from Internet Explorer. Manual configuration of the proxy settings will override all other proxy configurations. Manual configuration of the proxy settings will override all other proxy configurations. "Dynamically determine connection route" is the recommended setting for clients. The other settings are mainly for testing purposes or unique environments.

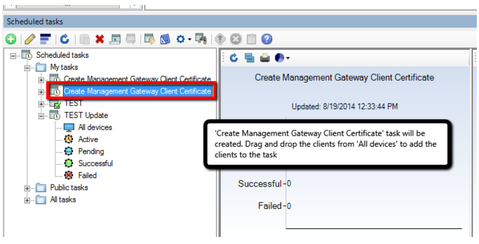
The Ivanti EPM core server user needs to be a member of the group LANDESK Management Suite but does not need to have a scope or any rights.

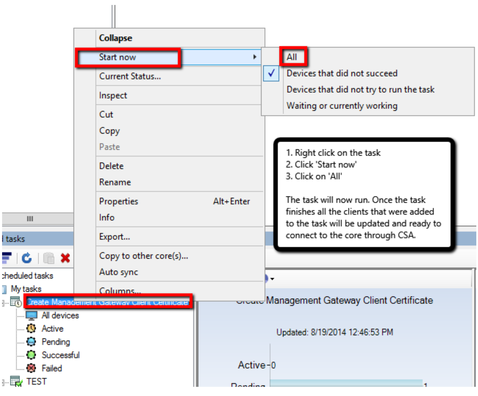
Scripting Broker Request Process

The Agent can be configured for the Cloud Service Appliance through a Software distribution task. If configured using a software distribution task no user intervention is required. A custom script 'Create Management Gateway Client Certificate' is available by default. This custom script will run Brokerconfig.exe -r. The switch -r will allow the Core Server and client to create and post certificates with no user intervention. BrokerConfig.exe -r can be created as a software distribution task and any delivery method used. Unattended client configuration for the CSA requires that the client be in-band or have direct communication with the Core Server.



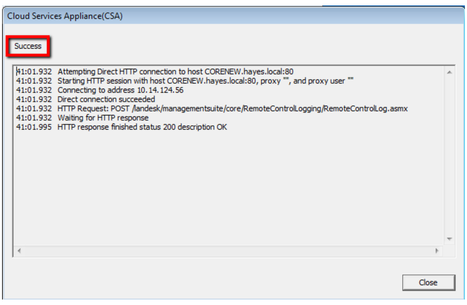






Testing Communication

The test button will test the communication and the credentials entered. **Credentials should only be applied when testing externally (off the network client). If credentials are used internally, the test will always fail.**



Agent Configuration that leverages the Cloud Service Appliance

If the Node will be managed through the CSA, the agent needs to be configured to initiate all types of management traffic. All Software Distribution tasks will need to be delivered by Policies.

Conclusion

This is a best practice guide based upon the objectives outlined. Configurations of the CSA can vary based on network configuration

Additional Resources and Troubleshooting

How to Harden the CSA
How To Add a Third Party Certificate to a Cloud Service Appliance
Error: "Failed to post the certificate to the CSA"
Troubleshooting brokerconfig.exe "Send Request" and "Test" failures from client connecting through CSA

Applies to

Endpoint Manager - Endpoint Manager 2020.1, Endpoint Manager 2021.1, Endpoint Manager 2018, Endpoint Manager 2019, Endpoint Manager 2022

Article Number :

000021839

Article Promotion Level

Normal

ivanti Terms & Conditions Privacy Policy

Best Web Support Sites
Awards winner
Association of Support Professionals

Copyright © 2019-2022 Ivanti. All rights reserved.

Ivanti Endpoint Manager

A Ivanti é líder em gerenciamento unificado de endpoint. O Ivanti Endpoint Manager, desenvolvido pela Landesk, aumenta a produtividade do usuário e de TI, ajudando os administradores de TI a coletar dados detalhados do dispositivo, automatizar implantações de software e SO e corrigir rapidamente os problemas do usuário. Ele integra e unifica o gerenciamento de todos os dispositivos do usuário final e fornece dados e serviços essenciais para a gestão dos dispositivos.

Descubra os dados que ajudam no controle de ativos, conformidade, custos e segurança de TI

O Ivanti Endpoint Manager fornece dados abrangentes sobre dispositivos gerenciados e não gerenciados por meio de descoberta e tecnologia de inventário.

Essas informações são essenciais para aumentar seu nível de percepção e controle sobre os riscos e custos do negócio devido a:

- Multas de conformidade de software e compra excessiva de licenças
- Falha em cumprir acordos de nível de serviço corporativo
- Vulnerabilidades de segurança em dispositivos de usuários finais
- Contas de energia excessivas

Unify Endpoint Management

Não fique sobrecarregado pela quantidade de Endpoints. Não importa qual dispositivo ou sistema operacional seus usuários utilizem, você pode gerenciar vários endpoints e sistemas operacionais com Ivanti Endpoint Manager, incluindo:

- PCs/Servers: Windows, macOS, Linux, Unix, and Chromebooks
- Mobile devices: iOS and Android
- IoT: tvOS and Raspbian



Obtenha acesso com um clique para ver, configurar e gerenciar políticas de TI e processos relacionados a seus usuários, grupos e todos os seus dispositivos associados.
Execute ações inteligentes, como definir políticas ou distribuir software, apenas nos dispositivos do usuário que necessitem dos mesmos.

Ganhe visibilidade e tome medidas imediatas

A TI precisa das informações certas no momento certo e no lugar certo para tomar medidas decisivas.Uma solução complementar, Ivanti Xtraction, permite que você personalize painéis e relatórios para que você tenha a visibilidade necessária para demonstrar a eficácia de suas iniciativas de TI. Painéis em tempo real, relatórios personalizáveis e ferramentas de alerta:

- Informações e conteúdo visual sobre cada usuário e todos os seus dispositivos
- Painéis de negócios que podem se conectar a várias fontes de dados
- Console baseado em funções, com painéis e ações integrados
- Gráficos de Gantt e status para projetos de implantação de software automatizado
- Alertas de monitoramento proativos para identificar possíveis problemas para sistemas e usuários

Melhore a produtividade e modernize a TI

O Ivanti Endpoint Manager é fundamental para garantir a TI unificada. Automatize as tarefas de TI e modernize a experiência para melhorar a produtividade da equipe de TI e dos usuários finais. Minimize os problemas que ameaçam a produtividade do usuário causados por interrupções do sistema, tempo de inatividade do dispositivo e atividades de alteração e configuração. Acompanhe a cadência insana de migrações e atualizações de sistema operacional do Windows 10 e macOS. Evite que os administradores de TI alternem entre várias soluções e libere tempo para mais iniciativas relacionadas aos negócios.

On-Premises, em Cloud ou como SaaS

Ganhe a flexibilidade em torno de como você entrega TI e como gasta sua TI. Onde alguns fornecedores fornecem apenas um modelo de entrega, Ivanti oferece a mesma funcionalidade de gerenciamento de endpoints e benefícios tanto On-premise quanto na nuvem. Quando em nuvem, é possível escolher usar seus próprios recursos administrativos ou alavancar através da experiência da Ivanti para lidar com seu gerenciamento do ambiente como um contrato SaaS.

Gerenciamento unificado de endpoint para todos os seus dispositivos

Ivanti Endpoint Manager permite que você gerencie cada usuário e qualquer número de dispositivos que eles utilizam. A tabela a seguir fornece uma visão geral rápida dos principais recursos de gerenciamento disponíveis para cada tipo de dispositivo:

Windows e MacOS		Gerenciamento de dispositivos móveis		Outras plataformas e add-ons	
O que está incluso	Funcionalidade	O que está incluso	Funcionalidade	Outras plataformas	Funcionalidade
Gestão Central	Descoberta e inventário ativos, passivos e sem agente.	**Gestão MDM**	Descoberta e inventário ativos, passivos e sem agente.	**Linux**	Descoberta e inventário ativos e passivos.
	Configuração e gerenciamento de políticas.		Restrições de inscrição e dispositivo.		Distribuição de softwares e scripts
Assistência remota	Controle remoto seguro - de qualquer navegador HTML5.		Bloqueio de dispositivo e limpeza seletiva.	**Chromebook**	Descoberta e inventário ativos e passivos.
Gestão de SO e Softwares	Provisionamento e migração de sistema operacional, suporte ao Windows 10 Autopilot para provisionamento zero-touch.	**Gerenciamento de aplicativos móveis**	Espaço de trabalho de autoatendimento para usuários finais acessarem aplicativos, documentos e links.	**Unix**	Descoberta e inventário ativos e passivos.
	Projetos de empacotamento, distribuição e implementação automatizada de software.		Distribuições de aplicativos direcionadas ao usuário.	Top Add-Ons	Funcionalidade
				Cloud Services Appliance	Gerenciar usuários remotos (home office) por meio de conexão com a Internet sem precisar de VPN.
Experiência de gerenciamento baseado em funções	Gerencie todos os usuários e plataformas por meio de uma única console administrativa.	**Experiência de gerenciamento baseado em funções**	Gerenciar necessidades de usuários e dispositivos móveis por meio de um único console de administração	**Patch for Endpoint Manager**	Automatize a avaliação de vulnerabilidades e o gerenciamento de patches para os softwares de maior risco.
Painéis, relatórios personalizados e alertas	Painéis de valor de negócios Ivanti Xtraction	**Plataformas gerenciadas pelo MDM**	iOS Android Windows macOS Chromebook		
	Relatórios e consultas personalizadas.			**Endpoint Security for Endpoint Manager**	Detecte e evite ameaças antes que afetem os negócios e responda rapidamente às infecções.
	Alertas do sistema para fornecer serviço e suporte pró-ativos.				
Self-Service	O Portal Manager oferece uma experiência de loja de aplicativos para todos os aplicativos que você deseja fornecer aos seus usuários.			**Asset Optimizer**	Elimine licenças de software não utilizadas, gere economia imediata de licenças e garanta preparação para auditoria.
Gestão de Energia	Configure e aproveite os recursos mais recentes do sistema operacional - modele sua economia de energia.				

ivanti Neurons

Workspace

Uma visão de 360 graus

Ivanti Neurons Workspace oferece uma visão de 360 graus dos dispositivos, usuários, aplicativos e serviços, com dados em tempo real. Isso permite que os analistas resolvam problemas previamente encaminhados para especialistas. A visão do usuário e do dispositivo reduzem a complexidade, os longos tempos de espera e os altos custos de escalonamento, resultando em resoluções mais rápidas para o usuário final e maior produtividade.

Ofereça resoluções mais rápidas e sem interrupções

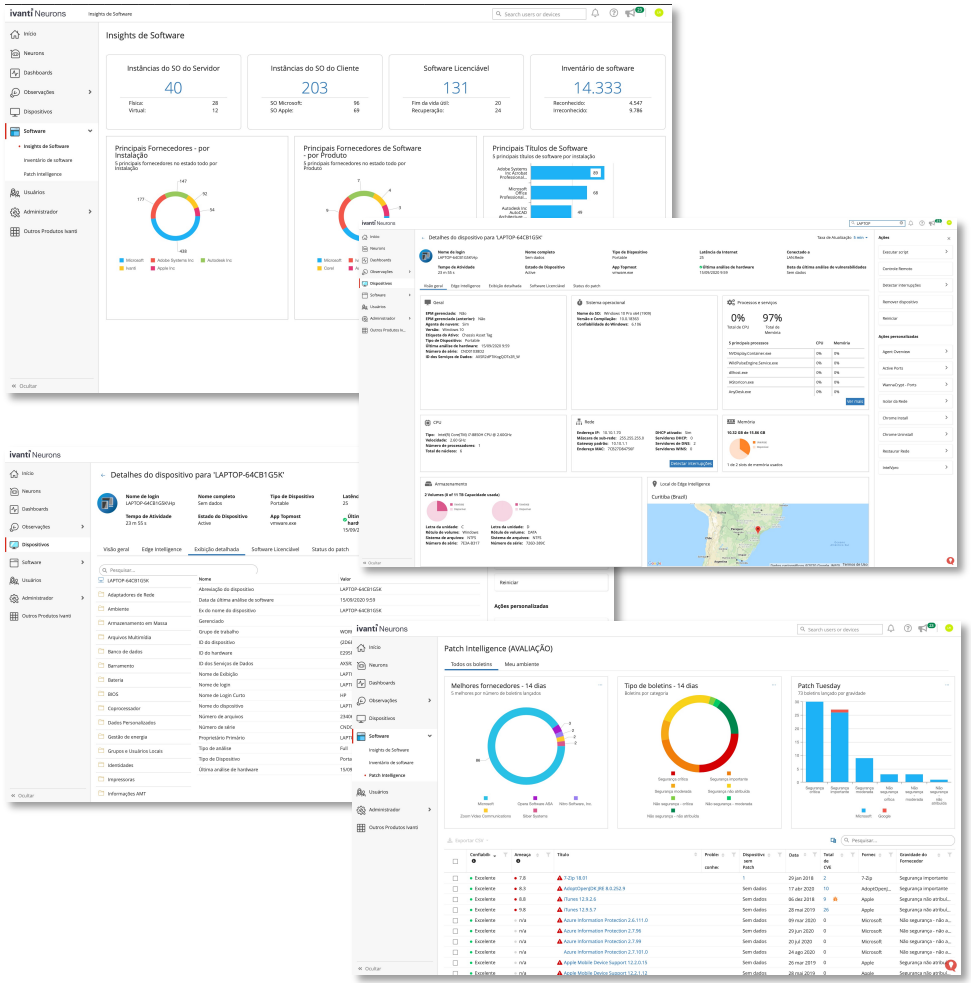
Capacite sua equipe de suporte técnico para resolver rapidamente muitos mais incidentes na primeira chamada e manter seus clientes mais produtivos.

Insights precisos

As equipes de central de serviços agora podem usar recursos poderosos de diagnóstico e correção com confiança.

Agilidade no atendimento

Os analistas realizam ações eficazes imediatamente com tarefas e ações automatizadas.



Ivanti Partner of the Year

www.4deal-solutions.com.br

+55 (011) 3586-8237

contato@4deal-solutions.combr

Edital de Pregão Eletrônico nº 4/2022 - 4DEAL (0885361) SEI 2022.005064 / pg. 261

ivanti Neurons

Workspace

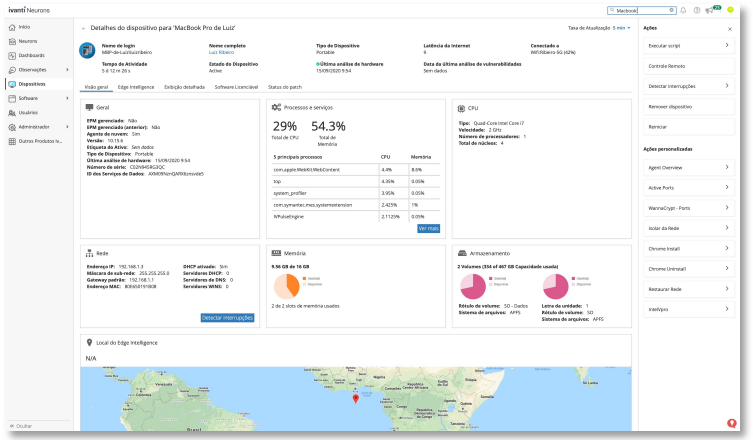
Visão de 360 graus | Como isto funciona?

Todas as equipes de atendimento terão recursos personalizados (como controle remoto, reinicialização, execução de script, desbloqueio de conta e adição ou remoção de membros do grupo) para realizar seu trabalho com eficiência.

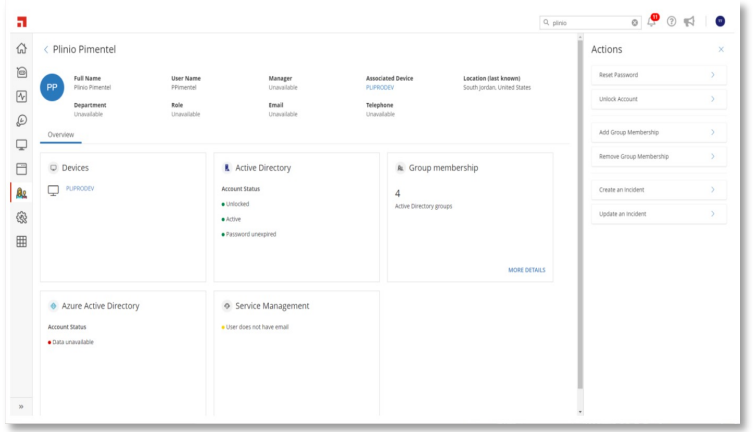
Sua plataforma de suporte ao usuário:

- Inventário de hardware e software
- Dados em tempo real
- Visualização do dispositivo, com ações:
  - Executar Script
  - Detectar interrupção
  - Reiniciar
  - Status do patch
  - Processo
  - Serviços
  - Controle remoto

- Visão do usuário e dados em tempo real, com ações:
  - Redefinir senha
  - Desbloquear a conta
  - Membros do Grupo



Visão do Dispositivo



Visão do Usuário

ivanti

DATA SHEET

Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager

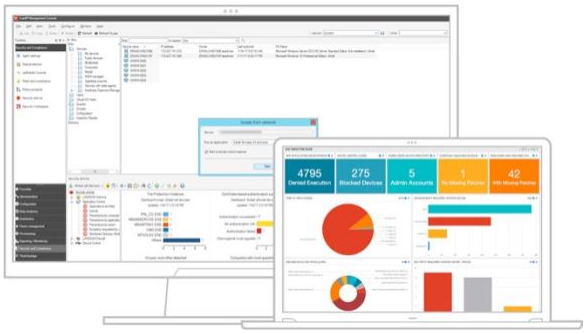
Ivanti® Endpoint Security for Endpoint Manager, powered by Landesk, prevents, detects, and remediates even the most sophisticated threats, including ransomware. Powerful, multi-layered protections automate discovery, inventory, and patch management, and prevent malware from running or spreading. When combined with Ivanti Unified Endpoint Manager, the solution uniquely enables you to isolate a device, remote control while it's isolated, and remediate or re-image the infected system. This integration with Ivanti Unified Endpoint Manager increases efficiency and control over your IT environment.

Protect Your Environment from Ransomware and Other Modern Threats

With Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager, you can see everything necessary to find and remediate malware, diagnose problems, and identify faulty or non-approved processes. If ransomware invades your network, Endpoint Security will catch it, kill it, notify other connected machines, and block the malware from running on them. Powerful remote capabilities allow you to isolate, investigate, and remediate or re-image endpoints across the network. Additionally, device blocking and connection control let you monitor and restrict I/O device access. Application control guards against zero-day exploits, stealth attacks, and other sophisticated threats. And data protection features prevent malicious software from encrypting your files.

Discover and Inventory All Your Networked Devices and Software

Active and passive discovery technologies identify and inventory all IP-enabled devices in real time—even so-called "rogue" devices like wireless hubs as well as those



devices behind firewalls. Automatic discovery also helps you find all the software on those devices, including usage details. And when used with the Ivanti Cloud Services Appliance, Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager can inventory, scan, isolate, and patch remote devices without the need for virtual private network (VPN) connections.

Automatically Patch to Ensure a Stable and Secure Environment

Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager simplifies patch management, with no impact on users, through best practices, automated processes, and fast deployment. It patches multiple operating systems and third-party software across your network reliably—even those devices that are on the road, at a remote site, or asleep.

Harden Endpoints with Device and Connection Blocking

Device control and application firewall capabilities limit the types of external devices or connections that endpoints can access. You can also block devices that may be employed to introduce malware or steal data. Application firewall helps block malware from "calling home," rendering most of it useless. The solution logs which files are copied to external devices, so rest assured you'll pass your security audit.

Proposta de Preço Declarações e Anexos - 4DEAL (0885361) SEI 2022.005064 / pg. 263

Configure and Patch		Detect and Prevent		Remediation and Visibility	
What's Included	**Capabilities**	**What's Included**	**Capabilities**	**What's Included**	**Capabilities**
Device Discovery	Active, passive, and agentless discovery and inventory—to know what devices to patch and secure. Also detect and locate wireless access points.	**Ransomware Detection**	Detect malicious encryption, kill it, and inform IT and other machines.	**Network Isolation**	Isolate devices on the network to prevent transferring malware, but leave the device accessible to remote control.
Patch	Automate patching for multiple operating systems and third-party applications.	**Ransomware Prevention**	Prevent files from being encrypted and prevent them from running elsewhere.	**Malware Containment**	Quarantine malware when detected.
	Schedule and roll out patches methodically through pilot groups and increasingly larger deployment rings.	**Malware Detection**	Signature, network, and behavioral-based detection.	**Remote Remediation**	Remote control; kill processes remotely; remote file management; remote re-imaging; deploy other forensic tools and scripts remotely.
	Prevent patches from interfering with users' productivity through reboot management and maintenance windows.	**Malicious Website Detection**	Prevent users from visiting suspicious sites.	**Dashboards and Reporting**	Ivanti Xtraction dashboards—powerful insight without a spreadsheet expert. Vulnerability, patching, and security-activity dashboards, plus alerts and detailed security reports.
Patch Intelligence	Gather feedback from end users about patch performance to better correlate incidents created by patches that impact users.	**Fileless Prevention**	Block fileless attacks initiated from Microsoft macros.	**SIEM Integration**	Send event logs to SIEM tools for further intelligence and forensics.
				Top Unified IT Solutions	**Capabilities**
Secure Config. Management	Out-of-the-box compliance content for PCI.	**Application Control**	Dynamic whitelisting learns what is in your environment and prevents unauthorized code execution.	**Windows 10 Migration and Windows as a Service (Updates)**	Automate how you deliver Windows 10 machines that are personalized and ready for users—then maintain all the updates and channels Microsoft throws at you.
	Ability to script additional compliance content.	**Device Control**	Prevent use of removable storage and ports to introduce malware or to copy sensitive data and log all data copying activities.	**Onboarding & Offboarding**	Provide the right access, apps, and resources when a user starts or moves positions—then remove their rights and licenses when they leave.
Firewall	Block malicious apps from calling home and transferring data.			**Self-service IT**	Create a service catalog that ties everything together in the background—services, deployment, asset management—while the user just pushes a button.

Protect Against Zero-Day Threats with Advanced Application Control

Application control features protect against file-based and fileless attacks by preventing malicious software and scripts from executing, and by using memory protection techniques. Learning capabilities minimize false positives and allow legitimate apps to run uninterrupted. A cloud-based reputation database provides further insights about which apps should be allowed to run in your environment.

See, Act, and Show Results

Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager also provides an array of reports and dashboards to help you monitor the effectiveness of your security efforts. The dashboards let you take actions from within the visual data. This visibility includes detailed reports on policy enforcement, compliance levels, user behavior, patch status, real-time security outbreak alerts, and much more.

Strengthen Security Through Unified IT

As its name implies, this solution integrates with Ivanti Endpoint Manager to unify endpoint security and management. This enables fast automation of both security and IT management policies, optimizing IT resources. Gain unequaled visibility across IT security and management activities to reduce risk and improve decision-making.

As an add-on, use Ivanti Antivirus to protect against known malware as well as malware detected through behavioral analysis. However, if you have another antivirus solution, Ivanti Endpoint Security for Endpoint Manager lets you manage third-party antivirus solutions of your choice.

Copyright © 2018, Ivanti, Inc. All rights reserved. IVI-1853 11/18 AS/BB/DL

3º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ N.º 21.425.192/0001-58

Os a seguir assinados e qualificados Senhores:

ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Consultor, residente nesta Capital do Estado de São Paulo à Avenida Nossa Senhora do Ó n° 423, Bairro do Limão– Cep: 02715-000, portador da Cédula de Identidade RG n° 34.608.850-1 SSP/SP e CPF (MF) 284.340.178/06.

CARLOS KATSUMI HAMATSU, brasileiro, solteiro, Consultor de Tecnologia da Informação, portador da Cédula de Identidade RG n.º 16.491.986-7 SSP/SP, e CPF/MF n.º 087.059.088-09, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Igarité, nº 401, Bairro Vila Nova Carolina- CEP 02264-000.

LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Executivo de Soluções, portador da Cédula de Identidade RG n.º 32.840.300-3 SSP/SP e CPF/MF n.º220.370.588-45, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo à Rua Nanuque, 115- bloco B4, apto. 72- Bairro Vila Leopoldina – CEP 05302-030;

Únicos sócios componentes da empresa denominada **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA,** com sede no Município de São Paulo-Estado de São Paulo, à Rua Borges de Figueiredo, nº 303, 4º andar, Conj. 413, Bairro Mooca - CEP 03110-010, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 21.425.192/0001-58, com seus atos constitutivos devidamente arquivados e registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35228813947, em sessão de 17.11.2014, e posteriores alterações sendo sua ultima registrada sob o n.º 810.009/16-0 em sessão de 10.03.2016, resolvem alterar e modificar o seu mencionado Contrato Social, pelas condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Altera-se nesta data o endereço dos sócios:

ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA , já qualificado, para Alameda Michelangelo, nº 1023, Bairro Aphaville Burle Marx – Município de Santana do Parnaíba- São Paulo – CEP: 06539-390;

LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO, já qualificado**,** para Rua Joao Antônio de Oliveira, nº 1228, Torre 3 apto 141, Mooca, São Paulo-SP, CEP 03111-001

CLÁUSULA SEGUNDA

Altera-se nesta data o objeto social da empresa para: consultoria em tecnologia da informação; serviços combinados de apoio administrativo; revenda de hardware e software; licenciamento de software; manutenção e reparação de software e equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA

O sócio **ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA**, nesse ato, da totalidade de suas quotas que se quantificam em 125.000 (cento e vinte cinco mil) quotas, transfere o montante de 20.825 (quotas), no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R$ 20.825,00, ao sócio **CARLOS KATSUMI HAMATSU** e 20.825(quotas), no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma , totalizando R$ 20.825,00 ao sócio **LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO.**

O sócio Alexandre Oliveira da Silva, recebe neste ato, em moeda corrente nacional pelo preço certo e ajustado, o valor das quotas hora transferidas, dando plena e total quitação.

A composição do Capital Social, fica a saber:

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR
ALEXANDRE O. DA SILVA	**33,34**	**83.350**	**83.350,00**
CARLOS KATSUMI HAMATSU	**33,33**	**83.325**	**83.325,00**
LUIZ CARLOS R. FILHO	**33,33**	**83.325**	**83.325,00**
TOTAL	**100**	**250.000**	**250.000,00**

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 266

Em função destas alterações, os sócios resolvem **CONSOLIDAR** o Contrato Social, e o fazem da seguinte maneira:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA EMPRESA
4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME

CNPJ N. º 21.425.192/0001-58

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA DENOMINAÇÃO E SEDE

A sociedade gira sob a denominação social de **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME,** e tem sua sede no Município de São Paulo- Estado de São Paulo, à Rua Borges de Figueiredo, nº 303, 4º andar, conj. 413, Bairro Mooca- CEP 03110-010.

Parágrafo Único: Observando as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, e escritórios em qualquer parte do território Nacional, a critério dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da empresa é consultoria em tecnologia da informação; serviços combinados de apoio administrativo; revenda de hardware e software; licenciamento de software; manutenção e reparação de software e equipamentos.

CLÁSULA TERCEIRA- DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), dividido em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas no valor de R$ 1,00 (Hum real) cada uma, subscritas pelos sócios, a saber:

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 267

SÓCIOS	(%)	QUOTAS	VALOR
ALEXANDRE O. DA SILVA	33,34	83.350	83.350,00
CARLOS KATSUMI HAMATSU	33,33	83.325	83.325,00
LUIZ CARLOS R. FILHO	33,33	83.325	83.325,00
TOTAL	100	250.000	250.000,00

Parágrafo Primeiro: Os sócios integralizam neste ato, em moeda corrente do País, o valor total das quotas subscritas.

Parágrafo Segundo: Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil (Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA- DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA- DA ADMINISTRAÇÃO

A sociedade será administrada isoladamente pelo sócio **ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA** e a ele caberá à responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA SEXTA- DAS DELIBERAÇÕES

Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no **Inciso 3º do artigo 1.072 do Código Civil (Lei 10.406/2002).**

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PRÓ-PLABORE

Pelo exercício da administração, os administradores e sócios podem fixar uma retirada mensal a título de Pró-labore, cujo valor será livremente convencionado, em comum acordo.

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 268

Parágrafo Primeiro: Em comum acordo entre os sócios, fica estabelecido também, que os mesmos poderão fazer retiradas mensais a título de Antecipação de Lucros, mediante levantamento de relatórios gerenciais (Balancetes) e Demonstração de Resultados.

CLÁUSULA OITAVA- DO CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLÁUSULA NONA- DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terminará em 31 de Dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Os lucros apurados por resolução dos sócios poderão ser:

a- Distribuídos aos sócios na proporção de sua participação no capital social, em qualquer outra proporção que vierem a determinar: ou

b- Retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reserva, ou capitalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA DISSOLUÇÃO

Em caso de falecimento, dissolução, retirada ou falência de qualquer sócio, o outro sócio poderá, mas não está obrigado a adquirir, transferir a terceiros ou cancelar, total ou parcialmente, as quotas detidas pelo sócio falecido, dissolvido, retirado ou falido, no prazo de 90 (noventa) dias a contar do conhecimento do fato.

O pagamento das quotas do sócio falecido, dissolvido, retirado ou falido, será efetuado na forma, preço e prazo previsto na cláusula 12 abaixo.

Considerar-se à dissolvida a sociedade, além dos casos expressamente previstos em lei, nas seguintes hipóteses:

a) Insolvência;

b) Impossibilidade de consecução dos objetivos sociais;

c) Mútuo consenso das sócias;

d) Falecimento, impedimento definitiva ou retirada de qualquer dos sócios;

Em caso de dissolução da sociedade o patrimônio será distribuído entre os sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 269

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS VEDAÇÕES

São vedadas aos sócios vender, transferir, empenhar, onerar, ceder, doar ou de qualquer forma alienar, qualquer quota a qualquer sócio ou terceiros, no todo ou em parte, salvo mediante o consentimento prévio e expresso do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

O disposto neste contrato social se aplica a qualquer cessionário de quotas representativas do capital social, e qualquer pessoa que adquira quotas representativas do capital social, os quais deverão como condição prévia subscrever instrumento particular de alteração deste contrato social e quaisquer Acordo de Quotista vigentes e devidamente arquivados na sede social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEMBOLSO

Em qualquer caso de apuração de haveres previsto neste contrato social, o valor de reembolso das quotas será apurado através de um balanço especial da Sociedade, o qual levará em consideração os valores de mercado de todos os ativos e passivos sociais tangíveis. O Patrimônio Líquido do referido balanço corresponderá ao valor da Sociedade para os efeitos desta cláusula. Não serão considerados os lucros ou perdas posteriores a data de apuração fixada para cada caso. Os haveres devidos aos sócios resultarão na multiplicação do valor da Sociedade apurado, pelo percentual de participação da referida sócia no capital da Sociedade.

Os haveres calculados de acordo com o previsto acima, serão pagos a quem de direito até 12 (doze) prestações, mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente com base na variação do IGPM/FGV, desde a data de apuração de haveres até a data de cada pagamento. A primeira prestação vencerá 30 (trinta) dias após a data de apuração de haveres.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (**Lei n° 10.406/2002**) e outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 270

Fica eleito o foro desta Comarca para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁSULA DÉCIMA QUINTA- DO IMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peia ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. (art. 1.011, § 1°CC/2002)

E, por estar justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 19 de Abril de 2021

_____ _____

ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA
RG: 34.608.850-1 SSP/SP
CPF/MF: 284.340.178-06

LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO
RG: 32.840.300-3
CPF/MF 220.370.588-45

_____

CARLOS KATSUMI HAMATSU
RG: 16.491.986-7
CPF/MF: 087.059.088-09

TESTEMUNHAS

_____ _____

CARLOS ALBERTO O. DA SILVA
RG: 25.961.128-1 SSP/SP
CPF/MF: 162.996.608-80

IVANILDA DA SILVA
RG: 29.101.163-9 SSP/SP
CPF/MF: 251.360.718-00

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 271

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.425.192/0001-58 **MATRIZ**		**17/11/2014**

NOME EMPRESARIAL
4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática (Dispensada *)
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Dispensada *)
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BORGES DE FIGUEIREDO	**303**	**CONJ 413**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
03.110-010	**MOOCA**	**SAO PAULO**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ALEXANDRE.OLIVEIRA@4DEAL-SOLUTIONS.COM.BR	**(11) 3586-8237**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/11/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/08/2022** às **22:34:20** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA
CNPJ: 21.425.192/0001-58

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:34:38 do dia 04/08/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/01/2023.
Código de controle da certidão: **E155.80FD.DE98.4565**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.425.192/0001-58
Razão Social: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA EPP
Endereço: R BORGES DE FIGUEIREDO 303 CONJ 413 / MOOCA / SAO PAULO / SP / 03110-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/08/2022 a 14/09/2022

Certificação Número: 2022081603301321017640

Informação obtida em 22/08/2022 22:39:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.425.192/0001-58
Certidão nº: 24854332/2022
Expedição: 04/08/2022, às 17:26:53
Validade: 31/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.425.192/0001-58**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 276

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 21.425.192

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	38131293	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	04/08/2022 17:23:19	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0663202 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 21.425.192/

Contribuinte: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-EPP

Liberação: 27/07/2022

Validade: 23/01/2023

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 5.133.344-9- Inicio atv :17/11/2014 (R BORGES DE FIGUEIREDO, 00303 - CEP: 03110-010)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 16:50:19 horas do dia 04/08/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: CC7CEC9B

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.403.369,80	R$ 3.244.183,14
CIRCULANTE		R$ 1.398.213,38	R$ 3.240.475,76
DISPONIBILIDADES		R$ 1.388.641,83	R$ 3.180.656,74
CAIXAS		R$ 10.826,81	R$ 7.723,65
CAIXA GERAL		R$ 10.826,81	R$ 7.723,65
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 3.842,29	R$ 18.288,77
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R$ 732,77	R$ 61,66
BANPARA		R$ 5,34	R$ 0,00
BANCO DO BRASIL AG 3324-3		R$ 3.094,18	R$ 0,00
BANCO ITAU		R$ 10,00	R$ 10,00
BANCO DO BRASIL AG 4307-9		R$ 0,00	R$ 18.217,11
APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 1.321.592,95	R$ 1.611.767,72
APLICAÇÃO AUTOMATICA ITAU MAIS		R$ 313.284,25	R$ 103,13
BANCO ITAU - MASTER DI		R$ 1.008.308,70	R$ 1.611.664,59
ADIANTAMENTOS		R$ 0,00	R$ 815.106,91
ADIANTAMENTOS DE LUCROS		R$ 0,00	R$ 812.654,92
ADIANTAMENTO DE FERIAS		R$ 0,00	R$ 2.451,99
CREDITOS A RECEBER		R$ 52.379,78	R$ 727.769,69
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 52.379,78	R$ 726.089,66
TITULOS DE CAPITALIZACAO		R$ 0,00	R$ 1.680,03
DIREITOS REALIZAVEIS		R$ 9.571,55	R$ 59.819,02
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 9.571,55	R$ 59.819,02
PIS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 5.026,74
COFINS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 23.201,01
IRRF A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 14.286,04
CONTRIB. SOCIAL A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 7.733,68
INSS A RECUPERAR		R$ 757,61	R$ 757,61
ISS A RECUPERAR		R$ 370,00	R$ 370,00
PIS PAGO A MAIOR		R$ 570,94	R$ 570,94
COFINS PAGO A MAIOR		R$ 2.633,34	R$ 2.633,34
IRPJ PAGO A MAIOR		R$ 1.070,32	R$ 1.070,32
CSLL PAGO A MAIOR		R$ 4.169,34	R$ 4.169,34

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4F.17.D7.68.DA.A1.D8.BC.79.D5.3E.AA.9D.4E.42.E9.2A.CD.AF.7A-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.2 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 279

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO IMOBILIZADO		R$ 5.156,42	R$ 3.707,38
IMOBILIZADO		R$ 8.085,18	R$ 8.085,18
ADMINISTRAÇÃO		R$ 7.268,00	R$ 7.268,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 999,00	R$ 999,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ 6.269,00	R$ 6.269,00
INTANGIVEL		R$ 817,18	R$ 817,18
SOFTWARE		R$ 817,18	R$ 817,18
(-) (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (2.928,76)	R$ (4.377,80)
(-) (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (2.206,90)	R$ (3.560,62)
(-) (-) COMPUTADORES E PERIFERICOS		R$ (1.774,26)	R$ (3.028,14)
(-) (-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ (432,64)	R$ (532,48)
(-) (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		R$ (721,86)	R$ (817,18)
(-) (-)SOFTWARE		R$ (721,86)	R$ (817,18)
PASSIVO		R$ 1.403.369,80	R$ 3.244.183,14
CIRCULANTE		R$ 902.247,18	R$ 1.578.086,91
EFETIVAS		R$ 902.247,18	R$ 1.578.086,91
FORNECEDORES		R$ 486.527,74	R$ 1.005.514,80
FORNECEDORES DE SERVIÇOS		R$ 430.880,59	R$ 949.867,65
FORNECEDORES DE MERCADORIAS		R$ 55.647,15	R$ 55.647,15
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R$ 12.370,73	R$ 27.778,49
FGTS A RECOLHER		R$ 510,00	R$ 1.229,74
INSS A RECOLHER		R$ 6.909,58	R$ 4.940,19
CONTR. SINDICAL A RECOLHER		R$ 83,33	R$ 83,33
PROVISAO PARA FERIAS		R$ 3.611,13	R$ 15.968,28
PROVISAO FGTS S/ FERIAS		R$ 288,90	R$ 1.277,46
PROVISAO INSS S/ FERIAS		R$ 967,79	R$ 4.279,49
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R$ 314.205,94	R$ 308.465,60
IRPJ A RECOLHER		R$ 183.242,37	R$ 173.544,81
ISS A RECOLHER		R$ 5.521,80	R$ 26.173,27
PIS A RECOLHER		R$ 3.571,60	R$ 1.033,68
COFINS A RECOLHER		R$ 16.484,35	R$ 4.770,80
C.S.L.L A RECOLHER		R$ 69.710,35	R$ 65.478,54

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4F.17.D7.68.DA.A1.D8.BC.79.D5.3E.AA.9D.4E.42.E9.2A.CD.AF.7A-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IRRF S/ SERVICOS A RECOLHER		R$ 2.843,95	R$ 3.277,03
PIS/COFINS/CSLL S/ SERVICOS A RECOLHER		R$ 32.786,36	R$ 33.639,12
IRRF S/ SALARIOS A RECOLHER		R$ 45,16	R$ 548,35
OBRIGAÇÕES A PAGAR		R$ 72.000,00	R$ 72.000,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		R$ 72.000,00	R$ 72.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 17.142,77	R$ 164.328,02
(-) (-) ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER		R$ (16.828,56)	R$ (16.828,56)
EMPRÉSTIMOS - BANCO ITAÚ		R$ 33.971,33	R$ 33.971,33
EMPRÉSTIMOS - BANCO DO BRASIL		R$ 0,00	R$ 147.185,25
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 37.038,12	R$ 19.895,28
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 37.038,12	R$ 19.895,28
EMPRÉSTIMOS E FINANC A LONGO PRAZO		R$ 37.038,12	R$ 19.895,28
BANCO ITAU-		R$ 62.280,90	R$ 28.309,50
(-) (-) ENCARGOS FINANCEIROS A TRANSCORRER		R$ (25.242,78)	R$ (8.414,22)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 464.084,50	R$ 1.646.200,95
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 250.000,00	R$ 1.432.116,45
CAPITAL SOCIAL		R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 0,00	R$ 1.182.116,45
LUCRO OU (PREJUIZO)		R$ 0,00	R$ 1.182.116,45
APURAÇÃO DE RESULTADO		R$ 214.084,50	R$ 214.084,50
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 214.084,50	R$ 214.084,50
RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR		R$ 214.084,50	R$ 214.084,50

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4F.17.D7.68.DA.A1.D8.BC.79.D5.3E.AA.9D.4E.42.E9.2A.CD.AF.7A-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.2 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 281

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 4.444.444,14	R$ 5.473.825,38
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 4.749.020,18	R$ 5.797.579,47
SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 4.749.020,18	R$ 5.797.579,47
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (310.925,60)	R$ (352.718,35)
(-) (-) PIS		R$ (30.844,62)	R$ (32.821,60)
(-) (-) COFINS		R$ (142.359,77)	R$ (151.484,32)
(-) (-) ISS		R$ (137.721,21)	R$ (168.412,43)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 6.349,56	R$ 28.964,26
JUROS RECEBIDOS		R$ 0,23	R$ 0,00
RENDIMENTO S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA		R$ 6.309,33	R$ 28.964,26
DESCONTOS OBTIDOS		R$ 40,00	R$ 0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (3.301.563,22)	R$ (4.291.708,93)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (2.723.609,39)	R$ (3.732.952,07)
(-) SALÁRIOS		R$ (52.370,57)	R$ (92.929,12)
(-) HORAS EXTRAS		R$ 0,00	R$ (188,13)
(-) GRATIFICAÇÕES		R$ 0,00	R$ (160,00)
(-) PRÊMIOS		R$ 0,00	R$ (10.300,00)
VALE TRANSPORTE		R$ (799,19)	R$ 0,00
(-) VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO		R$ (12.257,52)	R$ (22.592,52)
(-) ASSISTÊNCIA MÉDICA		R$ 0,00	R$ (1.863,84)
AVISO PRÉVIO		R$ (3.850,00)	R$ 0,00
(-) AJUDA DE CUSTO		R$ (15.701,95)	R$ (11.244,87)
(-) FÉRIAS		R$ (7.048,17)	R$ (13.134,92)
(-) 13o. SALÁRIO		R$ (4.830,34)	R$ (5.337,54)
(-) PREVIDÊNCIA SOCIAL		R$ (24.281,61)	R$ (40.792,95)
(-) FGTS		R$ (9.870,10)	R$ (9.812,75)
(-) PRO-LABORE		R$ (37.585,67)	R$ (39.600,00)
(-) ASSINATURAS		R$ 0,00	R$ (4.083,03)
(-) SERVIÇOS TERCEIROS PF		R$ (2.710,00)	R$ (12.027,00)
(-) ALUGUEL IMÓVEL		R$ (18.713,16)	R$ (21.605,44)
(-) DEPRECIAÇÕES		R$ (1.517,16)	R$ (1.449,04)
(-) INTERNET		R$ (2.266,00)	R$ (2.584,43)
(-) CARTÃO DE CRÉDITO EMPRESARIAL		R$ (59.980,38)	R$ (33.796,66)
(-) CONDOMINIO		R$ (10.004,41)	R$ (10.858,56)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4F.17.D7.68.DA.A1.D8.BC.79.D5.3E.AA.9D.4E.42.E9.2A.CD.AF.7A-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.2 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 282

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) TELEFONE		R$ (5.961,71)	R$ (3.349,91)
(-) SEGUROS DIVERSOS		R$ (825,78)	R$ (11.037,42)
(-) PROPAGANDA/PUBLICIDADE		R$ 0,00	R$ (6.519,40)
ASSOCIAÇAO DE CLASSE		R$ (1.624,11)	R$ 0,00
(-) ESTACIONAMENTO		R$ (1.821,00)	R$ (6,00)
COPA E COZINHA		R$ (429,28)	R$ 0,00
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (7.537,98)	R$ (2.889,12)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R$ (400,64)	R$ (220,00)
(-) HONORÁRIOS CONTABEIS		R$ (15.200,26)	R$ (31.823,85)
BRINDES		R$ (1.690,14)	R$ 0,00
MATERIAL P/ SERVIÇOS		R$ (8.752,34)	R$ 0,00
MANUTENCAO , INST, CONFIG DE EQUIP INF		R$ (76,00)	R$ 0,00
REEMBOLSO		R$ (3.335,85)	R$ 0,00
(-) ESTAGIOS		R$ (2.894,92)	R$ (7.626,67)
(-) DSR		R$ 0,00	R$ (37,45)
CERTIFICADOS DIVERSOS		R$ (95,00)	R$ 0,00
MATERIAL CONSUMO		R$ (350,00)	R$ 0,00
(-) SERVIÇOS PRESTADOS-PJ		R$ (2.405.600,29)	R$ (3.335.031,45)
(-) EXAMES MEDICOS/LABORATORIAIS		R$ (3.227,86)	R$ (50,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (42.396,42)	R$ (24.187,09)
(-) JUROS PASSIVOS		R$ (6.445,26)	R$ (77,96)
(-) IOF		R$ (139,84)	R$ (490,06)
DESCONTOS CONCEDIDOS		R$ (4.874,29)	R$ 0,00
(-) TARIFA BANCARIA		R$ (5.898,67)	R$ (4.218,07)
PREJUIZO S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA		R$ (577,20)	R$ 0,00
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS		R$ (22.253,62)	R$ (17.326,44)
(-) LIS/ENCARGOS		R$ (2.207,54)	R$ (2.074,56)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R$ (535.557,41)	R$ (534.569,77)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (137.397,35)	R$ (146.719,74)
(-) IRPJ		R$ (357.659,24)	R$ (383.554,80)
(-) MULTAS S/IMPOSTOS		R$ (831,38)	R$ (3.638,56)
(-) JUROS S/ IMPOSTOS		R$ (4.548,12)	R$ (474,47)
(-) TFE - TAXA FISCALIZ DE ESTABELECIMENTO		R$ (339,68)	R$ (182,20)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA ME

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 21.425.192/0001-58

Número de Ordem do Livro: 8

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
IMPOSTOS FEDERAIS/MUNICIPAIS/ESTADUAIS		R$ (34.781,64)	R$ 0,00
= Lucro		R$ 1.142.880,92	R$ 1.182.116,45

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4F.17.D7.68.DA.A1.D8.BC.79.D5.3E.AA.9D.4E.42.E9.2A.CD.AF.7A-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.2 do Visualizador

Documento(s) de Habilitação - 4DEAL (0885365) SEI 2022.005064 / pg. 284

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 9663808 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 15/08/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ: 21.425.192/0001-58, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de agosto de 2022.

PEDIDO N°: 0059664125

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

FIBRA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Fundação Itaipu Brasil

Curitiba, 31 de Julho de 2017

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **FUNDAÇÃO ITAIPU – BR DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL.**, inscrita no **CNPJ sob n. 80.564.578/0001-00**, situada **Rua Comendador Araujo, 551, 5º andar – Centro, Curitiba, estado PR, cep: 80420-000** atesta para os devidos fins que a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, inscrita no **CNPJ, 21.425.192/0001-58**, situada na **Rua. Borges de Figueiredo, 303 – 4º andar – Mooca – São Paulo, estado SP, CEP: 03110-010**, forneceu os softwares e prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, conforme segue:

Atestamos o fornecimento da solução de Gestão e Segurança de Ativos de TI, bem como prestações de serviços de **suporte, consultoria e migração de versão**, foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Ferramentas:

- ⇨ **LANDesk Management Suite**
- ⇨ **LANDesk Security Suite**
- ⇨ **LANDesk Antivírus Manager**

Fábio Gross
Analista de Sistemas / Infraestrutura
FIBRA -- Fundação Itaipu Brasil
(41) 3321-4013

DocuSign Envelope ID: 5C2B2ABB-5B26-405D-B06A-DEE76F72F78A

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **CENTRAL NACIONAL UNIMED COOPERATIVA CENTRAL**, sociedade cooperativa, operadora de saúde registrada sob o nº 33.967-9 na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), inscrita no CNPJ/MF sob o n° 02812.468/0001-06, com sede na Alameda Santos, nº 1826, Cerqueira César, CEP: 01.418-102, São Paulo/SP, atesta para os devidos fins que a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**., inscrita no CNPJ sob nº 21.425.192/0001-58, situada na Rua Borges de Figueiredo, 303, Mooca, São Paulo – SP, CEP. 03110-010, forneceu os softwares e prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecido.

Atestamos o fornecimento da **solução Ivanti de gestão de ativos de TI**, incluindo módulos e ferramentas adicionais, totalizando 2.300 ativos gerenciados pela solução, com base na arquitetura hibrida (cloud e on-premise), bem como serviços de implantação, atualização, consultoria, treinamento e sustentação, foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Fabricante:

- **Ivanti EndPoint Manager**
- **Ivanti Patch Manager**
- **Ivanti Cloud Service Appliance**
- **Ivanti Asset Intelligence**
- **Ivanti Neurons for Workspace, Healing, Discovery e Edge Intelligence**

São Paulo, 22 de Agosto de 2022

DocuSigned by:
Juliana Cristina Ricci
A69356D49E89432...

Juliana Ricci
Coordenadora de Operações e Serviços de TI
Central Nacional Unimed
Tel.: (11) 9.9726-8880
juliana.ricci@centralnacionalunimed.com.br

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5C2B2ABB5B26405DB06ADEE76F72F78A
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: Atestado Unimed Nacional.doc
Cód-Contrato-Ariba:
Tipo de Documento Parametrizado:
Tipo Contratação:
Tipo Contrato:
Nº Aditivo:
Empresa:
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 1
Rubrica: 0
Juliana Cristina Ricci
Assinatura guiada: Ativado
Alameda Santos, 1826 Conjunto 51 3
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
São Paulo , Sao Paulo 01419-909
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
juliana.ricci@unimednacional.coop.br
Endereço IP: 34.95.146.3

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Juliana Cristina Ricci
Local: DocuSign
23/08/2022 10:06:45
juliana.ricci@unimednacional.coop.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Juliana Cristina Ricci juliana.ricci@unimednacional.coop.br Unimed Nacional Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Juliana Cristina Ricci A69356D49E89432... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 34.95.146.3	Enviado: 23/08/2022 10:07:14 Visualizado: 23/08/2022 10:07:26 Assinado: 23/08/2022 10:07:29

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23/08/2022 10:07:14
Entrega certificada	Segurança verificada	23/08/2022 10:07:26
Assinatura concluída	Segurança verificada	23/08/2022 10:07:29
Concluído	Segurança verificada	23/08/2022 10:07:29

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2020

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa **BANCO MERCANTIL DO BRASIL.**, inscrita no CNPJ sob nº **17.184.037/0001-10**, situada na **Rua Rio de Janeiro, 654, Centro – Belo Horizonte – MG, CEP.: 30.160-040**, atesta para os devidos fins que a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº **21.425.192/0001-58**, situada na **Rua Borges de Figueiredo, 303, Mooca, São Paulo – SP, CEP. 03110-010,** forneceu os softwares e prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecido.

Atestamos o fornecimento da **solução Ivanti de gerenciamento de ativos de TI**, incluindo módulos e ferramentas adicionais, totalizando 7.100 ativos gerenciados pela solução, com base na arquitetura hibrida (cloud e on-premise), bem como serviços de implantação, atualização, consultoria, treinamento e sustentação, foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Fabricante:

- **Ivanti Software**

Silvio Guedes
SILVIO ROMERO DA SILVA GUEDES (Dec 15, 2020 17:29 GMT-3)

Silvio Romero da Silva Guedes
Gerência Arquitetura e Infraestrutura
Tel.: (31) 3057-5033
silvio.guedes@mercantil.com.br

Atestado Banco Mercantil

Final Audit Report 2020-12-15

Created:	2020-12-15
By:	Alexandre Oliveira Silva (alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br)
Status:	Signed
Transaction ID:	CBJCHBCAABAAxQWX4mnFxlu0DpWrjVyN0Dgc9tBdWIHW

"Atestado Banco Mercantil" History

Document created by Alexandre Oliveira Silva (alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br)
2020-12-15 - 7:29:21 PM GMT- IP address: 179.232.122.30

Document emailed to SILVIO ROMERO DA SILVA GUEDES (silvio.guedes@mercantil.com.br) for signature
2020-12-15 - 7:30:31 PM GMT

Email viewed by SILVIO ROMERO DA SILVA GUEDES (silvio.guedes@mercantil.com.br)
2020-12-15 - 8:27:52 PM GMT- IP address: 177.154.95.152

Document e-signed by SILVIO ROMERO DA SILVA GUEDES (silvio.guedes@mercantil.com.br)
Signature Date: 2020-12-15 - 8:29:23 PM GMT - Time Source: server- IP address: 177.154.95.152

Agreement completed.
2020-12-15 - 8:29:23 PM GMT

Adobe Sign

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 99.2022.CPL.0886250.2022.005064

Aos Senhores

TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS

Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação

c/c

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA

Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicações

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Encaminhamento **PI 2022.005064** para análise de proposta de preços e documentação de qualificação técnica.

Ilustríssimos Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.*, oportunamente, encaminho proposta de preços da licitante **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, CNPJ N.º 21.425.192/0001-58 (doc. 0885361) e qualificação técnica (doc. 0885365, p. 23-26), para fins de análise desse renomado setor.

A solicitação acima decorre da necessidade de se compatibilizar os itens ofertados às exigências descritas no Edital do Pregão e seus Anexos (doc. 0875232), bem como subsidiar a decisão do Pregoeiro no que se refere à aceitação da Proposta de Preços e Habilitação.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, quedando-me no aguardo das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 25/08/2022, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0886250** e o código CRC **8AE5A9CA**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - CEP 69000-000 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PARECER Nº 20.2022.SIET.0886634.2022.005064

PROCESSO DE COMPRA: Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ, Termo de Referência 003.2022.DTIC.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.

1. **Relatório**

Trata-se de pedido de análise de proposta (0885361) apresentada pela pretensa licitante **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, recebida em 25/08/2022.

2. **Da Análise**

Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa à proposta encaminhada pela pretensa licitante, a empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA** (doc. 0885361), informo que a proposta está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064.

É o parecer.

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS NOGUEIRA
Chefe do Setor de Infraestrutura e Comunicação

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre dos Santos Nogueira**, **Chefe do Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET**, em 26/08/2022, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0886634** e o código CRC **4E4FB3B4**.

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão Eletrônico Nº 40392022

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 22/08/2022 23:37 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Relatório de Declarações - COMPRASNET (0885367) SEI 2022.005064 / pg. 294

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **21.425.192/0001-58**

Razão Social: **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**

Atividade Econômica Principal:

6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Endereço:

RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 303 - CONJ 413 - MOOCA - São Paulo / São Paulo

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 295

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **21.425.192/0001-58** DUNS®: **902445684**
Razão Social: **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/06/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno Porte**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 250.000,00** Data de Abertura da Empresa: **17/11/2014**
CNAE Primário: **6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

CNAE Secundário 1: **4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE**
CNAE Secundário 2: **8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO**
CNAE Secundário 3: **9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE**

Dados para Contato

CEP: **03.110-010**
Endereço: **RUA BORGES DE FIGUEIREDO, 303 - CONJ 413 - MOOCA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 35868237**
E-mail: **ALEXANDRE.OLIVEIRA@4DEAL-SOLUTIONS.COM.BR**

Dados do Responsável Legal

CPF: **284.340.178-06**
Nome: **ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA**

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 296

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**284.340.178-06**
Nome:	**ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA**
E-mail:	**alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br**

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 297

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: **284.340.178-06** Participação Societária: **33,34%**
Nome: **ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA**
Número do Documento: **346088501** Órgão Expedidor: **SSPSP**
Data de Expedição: **03/11/2014** Data de Nascimento: **01/09/1981**
Filiação Materna: **ELIZABETE OLIVEIRA DA SILVA**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **276.251.798-26**
Nome: **LUCIANA CRISTINA GAGLIARDI**
Carteira de Identidade: **30758598** Órgão Expedidor: **SSP**
Data de Expedição: **14/01/2015**

CEP: **06.539-390**
Endereço: **ALAMEDA MICHELANGELO, 1023 - ALPHAVILLE BURLE M**
Município / UF: **Santana de Parnaíba / São Paulo**
Telefone: **(11) 38576468**
E-mail: **alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: **087.059.088-09** Participação Societária: **33,33%**
Nome: **CARLOS KATSUMI HAMATSU**
Número do Documento: **16491986-7** Órgão Expedidor: **SSP-SP**
Data de Expedição: **02/08/2016** Data de Nascimento: **12/07/1966**
Filiação Materna: **EIKO SHIMADA HAMATSU**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **02.264-000**
Endereço: **RUA IGARITE, 401 - V NOVA CAROLINA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 62414446**
E-mail: **alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br**

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 298

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: **220.370.588-45** Participação Societária: **33,33%**
Nome: **LUIZ CARLOS RIBEIRO FILHO**
Número do Documento: **32840300-3** Órgão Expedidor: **SSP/SP**
Data de Expedição: **06/09/2017** Data de Nascimento: **24/05/1981**
Filiação Materna: **SUELY SOFIA MIGLIORINI RIBEIRO**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **225.841.658-21**
Nome: **LUANA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO**
Carteira de Identidade: **342157577** Órgão Expedidor: **SSP/SP**
Data de Expedição: **25/08/2008**

CEP: **03.111-001**
Endereço: **RUA JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA, 1228 - APTO 141 - MOOCA**
Município / UF: **São Paulo / São Paulo**
Telefone: **(11) 38310010**
E-mail: **alexandre.oliveira@4deal-solutions.com.br**

Linhas Fornecimento

Serviços

1279 - Informática - Programas Fechados (Software)
1295 - Informática - Administração e Operação em Processamento deDados
3530 - Informática - Manutenção de Computadores
3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software
5576 - Banco de Dados - Programa (Software) de Gerenciamento
5673 - Rede - Programa (Software) de Gerenciamento
14958 - Informática - Internet
15741 - Informática - Locação (Software)
16217 - Informática - Atualização (Up Grade) de Configuração deEquipamento / Programa
16837 - Treinamento Informática - Equipamento / Hardware
16918 - Informática - Desenvolvimento / Implantação / Manutenção Re-de de Computador
17256 - Treinamento Informática - Operação / Digitação
17620 - Consultoria e Assessoria - Negócios
19909 - Acompanhamento / Análise Processo
21148 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação
22128 - Manutenção / Instalação / Desenvolvimento Software
22179 - Cessão Direito Uso Software / Arquivo
22993 - Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos)
24333 - Serviço de Licença pelo Uso de Software
24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 299

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**21.425.192/0001-58**	DUNS®:	**902445684**
Razão Social:	**4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/06/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**10/12/2022**
FGTS	Validade:	**26/08/2022**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**31/01/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**03/02/2023**
Receita Municipal	Validade:	**23/01/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/08/2022**

CPF: 856.140.172-91 Nome: EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Ass: _____

Anexo CRC, R. Nível I - Cred., SICAF e TCU - 4DEAL (0885368) SEI 2022.005064 / pg. 300

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 25/08/2022 12:26:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **21.425.192/0001-58**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Pregão Eletrônico

925849.40392022 .17797 .4706 .278418200

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04039/2022

Às 11:00 horas do dia 25 de agosto de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 161/2022 de 12/07/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 2022.005064, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 04039/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM).. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 53.340,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 49.500,0000 .

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 52.120,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 48.000,0000 .

Item: 3 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 67.690,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 62.000,0000 .

Item: 4 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 16.476,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 15.000,0000 .

Item: 5 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 15.834,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 14.400,0000 .

Item: 6 - Grupo 1

Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 20.691,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 18.600,0000 .

Item: 7 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Workspace Cloud. PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 200 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 11.206,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 11.000,0000 .

Item: 8 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud. PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 200 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 4.270,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 4.000,0000 .

Item: 9 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Cloud Service Appliance. PARTNUMBER = LDVCSA-L.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 11.188,2000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 10.200,0000 **e com valor negociado a** R$ 9.500,0000 .

Item: 10 - Grupo 1
Descrição: Treinamento - instalação / utilização equipamento
Descrição Complementar: Capacitação no IVANTI Management Suite .
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.000,0000 **Situação:** Aceito e Habilitado
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,00

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 6.500,0000 **e com valor negociado a** R$ 6.000,0000 .

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R$ 258.815,2000 **Situação:** Aceito e Habilitado

Aceito para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 239.200,0000 **e com valor negociado a** R$ 238.000,0000 .

Itens do grupo:

- 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 2 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 3 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 4 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 5 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 6 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 7 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 8 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 9 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 10 - Treinamento - instalação / utilização equipamento

Histórico

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 304

Item: 1 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	1.000	R$ 49,5000	R$ 49.500,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 49.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 49.500,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 2 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	1.000	R$ 48,0000	R$ 48.000,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 48.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 48.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 3 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	1.000	R$ 62,0000	R$ 62.000,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 62.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 62.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 4 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	300	R$ 70,0000	R$ 21.000,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti EndPoint Manager Partnumber LDMSPMA-M
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 21.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577
R$ 18.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:13:49:340
R$ 16.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:14:40:307
R$ 15.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:17:11:843

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 15.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 5 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	300	R$ 48,0000	R$ 14.400,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Antivirus – Add-on to IvantiSS Partnumber LDAV-BD-S
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 14.400,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 14.400,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 6 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 306

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	300	R$ 62,0000	R$ 18.600,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Security Suite – Partnumber LDSS-S
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 18.600,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 18.600,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 7 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	200	R$ 55,0000	R$ 11.000,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Neurons Workspace Cloud Partnumber IN-WKSPACE-C
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 11.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 11.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 8 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	200	R$ 26,0000	R$ 5.200,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Neurons Plataform w/EPM Connector Cloud Parnumber IN-PlataformEPM-C
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 5.200,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577
R$ 4.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:13:03:907
R$ 4.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:15:24:467

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 4.000,0000.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 9 - Grupo 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	1	R$ 10.200,0000	R$ 10.200,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Ivanti Cloud Service Appliance PartNumber = LDVCSA-L
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 10.200,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 10.200,0000 e com valor negociado a R$ 9.500,0000. Motivo: Valor negociado via chat e conforme proposta escrita.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

Item: 10 - Grupo 1 - Treinamento - instalação / utilização equipamento

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	1	R$ 11.000,0000	R$ 11.000,0000	22/08/2022 23:37:21

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Capacitação no Ivanti Management Suite
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 11.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:00:00:577
R$ 9.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:12:29:217
R$ 9.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:15:50:907
R$ 8.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:16:47:713
R$ 7.600,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:18:15:003
R$ 7.000,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:20:57:727
R$ 6.500,0000	21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:22:23:707

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Aceite de proposta	26/08/2022 11:15:23	Aceite individual da proposta. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, pelo melhor lance de R$ 6.500,0000 e com valor negociado a R$ 6.000,0000. Motivo: Valor negociado via chat e conforme proposta escrita.
Habilitação de	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 308

fornecedor

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.

HISTÓRICO DO Grupo 1

Propostas Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Global	Data/Hora Registro
21.425.192/0001-58	4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	-	R$ 250.900,0000	22/08/2022 23:37:21

Eventos do Grupo

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	25/08/2022 11:04:46	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	25/08/2022 11:11:01	Item aberto para lances.
Encerramento	25/08/2022 11:24:24	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	25/08/2022 11:24:24	Item com etapa aberta encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	25/08/2022 11:43:33	Convocado para envio de anexo o fornecedor 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	25/08/2022 12:08:22	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58.
Habilitação de fornecedor	26/08/2022 11:18:51	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	25/08/2022 11:00:00	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:11	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4039/2022, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:14	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4039/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:17	A licitação é composta de 10 (dez) itens, todavia, o presente certame tem como com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO).
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:19	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:23	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto no art. 32 e parágrafos do decreto n.º 10.024/2019.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:26	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 1,00 (um real), de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:29	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – Sicaf, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:32	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:35	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 309

Pregoeiro	25/08/2022 11:01:38	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:41	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	25/08/2022 11:01:45	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas.
Pregoeiro	25/08/2022 11:02:12	Nos últimos tempos, estamos enfrentando sérios problemas com fornecedores de outros Estados, quanto ao atraso na entrega o que tem gerado a punição severa dos faltosos!
Pregoeiro	25/08/2022 11:02:15	Quanto aos lances, relembro que os mesmos podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação.
Pregoeiro	25/08/2022 11:07:05	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve passaremos à fase de disputa.
Pregoeiro	25/08/2022 11:07:38	De antemão, informo que os itens 4, 8 e 10 permanecem acima do estimado pela Administração. Logo, necessitamos de uma melhor oferta!
Pregoeiro	25/08/2022 11:08:36	Por oportuno, informo que fora implementada regra e ferramenta no próprio Sistema Comprasnet que impede a aceitação pelo pregoeiro, na fase de negociação posterior à disputa de lances, de majoração (aumento) de preço unitário de item já definido na etapa de lances, pelo fornecedor, quer para os itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos.
Pregoeiro	25/08/2022 11:08:40	A alteração atende ao disposto no inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002 e ao Acórdão TCU 1872/2018.
Pregoeiro	25/08/2022 11:08:56	Resumindo, não há possibilidade de compensações entre os itens!
Sistema	25/08/2022 11:10:01	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	25/08/2022 11:10:02	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	25/08/2022 11:11:01	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	25/08/2022 11:13:56	Os referidos itens permanecem acima do estimado, necessitamos de uma melhor oferta!
Pregoeiro	25/08/2022 11:15:36	Item 8 ok!
Pregoeiro	25/08/2022 11:16:07	Todavia, item 4 e 10 ainda acima do estimado!
Pregoeiro	25/08/2022 11:17:37	Necessitamos de uma melhor oferta para o item 10!
Pregoeiro	25/08/2022 11:19:44	A solicitação de melhor oferta para o item 10 permanece, ainda figura acima do estimado!
Sistema	25/08/2022 11:24:24	O item G1 está encerrado.
Sistema	25/08/2022 11:24:27	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	25/08/2022 11:26:45	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Bom dia Sr. Fornecedor, sua empresa está on-line?
Pregoeiro	25/08/2022 11:27:12	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Em razão do disposto no art. 38 do decreto 10.024/2019 e também na condição 9.30.2 c/c subitem 10.1 do edital, solicito que verifique a possibilidade de reduzir o valor da sua proposta para todos os itens, se possível.
21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:30:33	Bom dia Sr. Pregoeiro. Realmente estamos bem no limite por conta da quantidade de ferramentas envolvida. Por favor, me de um minuto para checar
21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:37:05	Sr. Pregoeiro, por conta da margem, podemos chegar nos itens 9 - R$ 9500,00 e item 10 R$ 6.250,00 - Módulos como EndPoint Manager, AntiVirus e Security Suite, estamos mantendo o mesmo preço sem reajuste a 3 anos, já estamos absorvendo este custo para o MPAM
Pregoeiro	25/08/2022 11:39:51	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Agradeço vossa disponibilidade, mas necessito ainda de um pequeno desconto no item 10, qual seria seu menor preço realmente?
21.425.192/0001-58	25/08/2022 11:41:29	Sr. Pregoeiro, vamos chegar nos R$ 6.000,00. Este realmente é o menor valor que podemos chegar
Pregoeiro	25/08/2022 11:41:54	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Perfeito, o referido valor exatamente nosso estimado, grato!
Pregoeiro	25/08/2022 11:42:51	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Aproveito o ensejo para informar que, em prol da transparência, nosso estimado encontra-se disponível para amplo e irrestrito acesso, no sítio eletrônico desta Instituição, pelo endereço:
Pregoeiro	25/08/2022 11:42:54	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15443-pe-4039-2022-cpl-mp-pgj-solucao-ivanti-endpoint-manager
Pregoeiro	25/08/2022 11:43:19	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Após a devida negociação, promoverei sua convocação.
Pregoeiro	25/08/2022	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Solicito o envio, no

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 310

	11:43:21	prazo de 02 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu último lance, acompanhada das Declarações Complementares, Documentos Técnicos (Folders, catálogos e etc), em arquivo único ou pasta compactada, por meio da opção enviar anexo do sistema, basta seguir o modelo contido no Anexo IV do edital.
Pregoeiro	25/08/2022 11:43:25	Para 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Sistema	25/08/2022 11:43:33	Senhor fornecedor 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.
Sistema	25/08/2022 12:08:22	Senhor Pregoeiro, o fornecedor 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58, enviou o anexo para o grupo G1.
Pregoeiro	25/08/2022 12:12:00	Considerando o devido envio dos documentos solicitados no prazo fixado, decido suspender o certame no corrente dia para enviá-los ao crivo da área técnica.
Pregoeiro	25/08/2022 12:12:42	Senhor licitante, informo que será necessário realizar diligência, portanto, com encaminhamento da proposta e demais documentos à análise e manifestação do setor técnico, com fundamento no art. 43, § 3º, da Lei n.º 8.666/93 c/c 11.1.2. do instrumento convocatório.
Pregoeiro	25/08/2022 12:17:19	Outrossim, remarco a reabertura para amanhã visando dar continuidade ao certame, no horário de 10 hrs (Manaus) e 11 hrs (Brasília).
Pregoeiro	26/08/2022 11:11:41	Bom dia Sr. Licitante, peço escusas pela demora.
Pregoeiro	26/08/2022 11:11:51	Vamos dar continuidade ao certame!
Pregoeiro	26/08/2022 11:12:33	Como providência anterior, havíamos suspenso o certame para diligência ao Setor Técnico, para fins de verificar a compatibilidade da proposta ofertada.
Pregoeiro	26/08/2022 11:13:18	Por sua vez, o Setor de Infraestrutura e Telecomunicação - SIET nos retornou com sua análise, manifestando-se através do PARECER Nº 20.2022.SIET.0886634.2022.005064, com a seguinte conclusão:
Pregoeiro	26/08/2022 11:13:22	Em atenção ao pedido de manifestação técnica relativa à proposta encaminhada pela pretensa licitante, a empresa 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA (doc. 0885361), informo que a proposta está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064.
Pregoeiro	26/08/2022 11:13:47	Desta forma, este Pregoeiro decide aceitar a proposta ofertada pela empresa 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58.
Pregoeiro	26/08/2022 11:16:04	O referido documento encontra-se devidamente disponível no sítio eletrônico desta Instituição, acessível pelo endereço: https://mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15443-pe-4039-2022-cpl-mp-pgj-solucao-ivanti-endpoint-manager
Pregoeiro	26/08/2022 11:16:49	Senhores fornecedores, retomando os trabalhos deste pregão, informo que a empresa 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58 comprovou atender às exigências editalícias.
Pregoeiro	26/08/2022 11:16:54	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada. Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:28	Nesse ponto, permitam-me registrar que dispensarei a apresentação dos documentos originais e/ou cópias autenticadas, sobretudo, tendo em vista a possibilidade de convalidação do Contrato Social no sítio da JUCEA, Balanço via SPED, os Atestados via Sistemas respectivos.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:44	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:49	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:52	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:54	Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar.
Pregoeiro	26/08/2022 11:17:58	Logo, em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:12	Assim, este Pregoeiro promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica e SICAF da empresa 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 21.425.192/0001-58 nos autos do procedimento interno desta Instituição, bem como no sítio eletrônico desta Instituição.

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 311

Pregoeiro	26/08/2022 11:18:16	Aqueles que tiverem interesse, o SICAF e a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica encontram-se disponível no endereço: https://mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15443-pe-4039-2022-cpl-mp-pgj-solucao-ivanti-endpoint-manager
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:20	Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsões editalícias, este Pregoeiro decide HABILITAR a empresa em foco.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:23	Sendo assim, promoverei sua habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:27	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso o pregoeiro aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:30	Se o pregoeiro julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:33	Outrossim, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Pregoeiro	26/08/2022 11:18:39	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
Sistema	26/08/2022 11:18:53	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	26/08/2022 11:19:07	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 26/08/2022 às 11:49:00.
Pregoeiro	26/08/2022 11:53:12	Senhor Licitante, encerrado o prazo de recurso, o objeto será adjudicado a sua empresa e este Pregoeiro adotará todos os procedimentos necessários ao encerramento.
Pregoeiro	26/08/2022 11:54:34	Ademais, os autos serão encaminhados à análise do Douto Ordenador de Despesas para homologação.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	16/08/2022 14:54:01	
Alteração equipe	16/08/2022 14:54:05	
Abertura da sessão pública	25/08/2022 11:00:00	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	25/08/2022 11:10:01	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	25/08/2022 11:24:27	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	26/08/2022 11:18:53	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	26/08/2022 11:19:07	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 26/08/2022 às 11:49:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 11:54 horas do dia 26 de agosto de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO
Pregoeiro Oficial

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Equipe de Apoio

IURY FECHINE RAMOS
Equipe de Apoio

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 312

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata de Realização - PE 4039-2022 (0885370) SEI 2022.005064 / pg. 313

PREGÃO ELETRÔNICO

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Eletrônico Nº 04039/2022

RESULTADO POR FORNECEDOR

21.425.192/0001-58 - 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
	Grupo 1	-	-	R$ 258.815,2000	-	R$ 238.000,0000

Marca:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:

Total do Fornecedor: R$ 238.000,0000

Valor Global da Ata: R$ 238.000,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Anexo Resultado por Fornecedor - PE 4039/2022 (0885372) SEI 2022.005064 / pg. 314

Pregão Eletrônico

- **Visualização de Propostas**

UASG: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: 40392022
Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Grupo 1 **Critério de Valor:** R$ 258.815,2000

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: -

Fornecedor	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
21.425.192/0001-58 - 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	250.900,0000	239.200,0000	25/08/2022 11:22:23:707	238.000,0000	Adjudicado	Consultar	SIM

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Consultar Itens do Grupo

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu Voltar

Imprimir o Relatório

Anexo Ordem de Classificação Geral - PE 4039/2022 (0885373) SEI 2022.005064 / pg. 315

Pregão Eletrônico

Procuradoria Geral de Justiça

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico

Nº 04039/2022

Às 11:55 horas do dia 26 de agosto de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 04039/2022, referente ao Processo nº 2022.005064, o pregoeiro, Sr(a) EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Grupo 1
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Critério de Valor: R$ 258.815,2000
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 239.200,0000 **, com valor negociado a** R$ 238.000,0000 .

Itens do grupo:

- 1 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 2 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 3 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 4 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 5 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 6 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 7 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 8 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 9 - Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
- 10 - Treinamento - instalação / utilização equipamento

Item: 1 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000
Unidade de fornecimento: UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 53.340,0000
Intervalo Mínimo entre Lances: R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 49.500,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:18	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 49.500,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:38	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 49.500,0000

Item: 2 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0885375) SEI 2022.005064 / pg. 316

Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 52.120,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 48.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:20	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 48.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:39	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 48.000,0000

Item: 3 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: RENOVAÇÃO DA LICENÇA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 67.690,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 62.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:21	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 62.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:41	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 62.000,0000

Item: 4 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti EndPoint Manager. PARTNUMBER = LDMSPMA-M.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 16.476,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 15.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:23	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 15.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:43	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 15.000,0000

Item: 5 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS. PARTNUMBER = LDAV-BD-S.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 15.834,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 14.400,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:24	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 14.400,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:44	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 14.400,0000

Item: 6 - Grupo 1

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0885375) SEI 2022.005064 / pg. 317

Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanty Security Suite. PARTNUMBER = LDSS-S.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 300 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 20.691,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 18.600,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:26	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 18.600,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:46	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 18.600,0000

Item: 7 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Workspace Cloud. PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 200 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 11.206,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 11.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:27	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 11.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:47	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 11.000,0000

Item: 8 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud. PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 200 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 4.270,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 4.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:29	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 4.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:49	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 4.000,0000

Item: 9 - Grupo 1
Descrição: Serviços de instalação, transição e configuração / parametrização de software
Descrição Complementar: EXPANSÃO TECNOLÓGICA. Ivanti Cloud Service Appliance. PARTNUMBER = LDVCSA-L.
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UND SERVIÇO TÉCNICO
Valor Estimado: R$ 11.188,2000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 10.200,0000 **, com valor negociado a** R$ 9.500,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:31	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 10.200,0000, Valor Negociado : R$

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0885375) SEI 2022.005064 / pg. 318

		9.500,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:50	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 10.200,0000, Valor Negociado : R$ 9.500,0000

Item: 10 - Grupo 1
Descrição: Treinamento - instalação / utilização equipamento
Descrição Complementar: Capacitação no IVANTI Management Suite .
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
Valor Estimado: R$ 6.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** R$ 1,00
Situação: Adjudicado

Adjudicado para: 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 6.500,0000 **, com valor negociado a** R$ 6.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	26/08/2022 11:55:32	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 6.500,0000, Valor Negociado : R$ 6.000,0000
Adjudicado	26/08/2022 11:55:52	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:21.425.192/0001-58, Melhor lance : R$ 6.500,0000, Valor Negociado : R$ 6.000,0000

Fim do documento

Termo de Adjudicação - Comprasnet (0885375) SEI 2022.005064 / pg. 319

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 42.2022.CPL.0885401.2022.005064

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ.

PROCESSO SEI N.º 2022.005064

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor **EDSON FREDERICO LIMA PAES BARRETO**, designado pela PORTARIA N° 915/2022/SUBADM, de 22 de AGOSTO de 2022 (doc. 0885419) vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ, tipo **menor preço GLOBAL**, concernente ao Processo SEI n.º 2022.005064, que tem por objeto a ***Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM)***, conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes do **Histórico do Processo 2022.005064** disponível em Consultar Andamento, no próprio Sistema SEI.

2. DA PUBLICIDADE

Os últimos Avisos de Adiamento Licitação foram publicados no Sistema Comprasnet, na data de 09.08.2022 (doc. 0875230), no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE, Edição n.º 2428, de 09.08.2022 (doc. 0875236), e no matutino local "Jornal do Commercio", Edição n.º 43.603, de 10.08.2022 (doc. 0885316), bem como, no sítio eletrônico desta instituição, via endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15443-pe-4039-2022-cpl-mp-pgj-solucao-ivanti-endpoint-manager>.

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 10/08/2022 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, a saber, dia 25/08/2017, às 11h. (horário de Brasília).

Iniciada a sessão, as propostas foram preliminarmente analisadas conforme prescrição do item 10 e 11 do Edital, compatibilizando-as com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064.**

O Pregoeiro advertiu os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ele requeridas.

Nessa etapa, alertou-se, ainda, a observação dos requisitos formais da proposta.

De igual modo, ressaltou que não seriam admitidas retificações ou alterações nas propostas apresentadas, exceto no caso de nova oferta por parte da licitante, nunca inferior a 0,1% (um décimo por cento) do valor total de sua última proposta, conforme previsto no Edital.

3.3. Da Fase de Lances – Aberta a disputa, os interessados tiveram a oportunidade de propor, em lances, condições mais favoráveis que as primeiras, o que ocorreu de fato.

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou para apresentação a proposta da licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances, devidamente ajustada ao preço ofertado durante a fase de lances, conforme subitens 8.30.2 e 9.1, ambos do instrumento convocatório.

Recebida a nova proposta, passou-se à uma acurada análise da mesma por parte do Pregoeiro e equipe de apoio, os quais inicial verificaram o pleno atendimento a todas as exigências do instrumento convocatório.

Na sequência, recebidos os documentos, os mesmos foram prontamente submetidos ao **SETOR DE INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO - SIET** desta PGJ-AM para análise, a qual se manifestou através do **PARECER Nº 20.2022.SIET.0886634.2022.005064**, pela **aprovação**.

Daí, por atender aos prazos fixados e, também, a todos os aspectos formais reclamados pela Administração, o Pregoeiro decidiu-se pela **ACEITAÇÃO** da proposta da licitante abaixo elencada, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO** do cotejo (doc. 0885370):

1) Proposta Final da licitante **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 21.425.192/0001-58 (doc. 0885361).

3.5. Da Habilitação – Ato contínuo, este subscrevente passou à análise da documentação de habilitação da licitante classificada (doc. 0885365, p. 1-26), anexada ao sistema *Comprasnet* (doc. 0885368, p. 1-6) e juntada aos autos.

Para análise das condições de habilitação, utilizou-se, inclusive, as informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF** da licitante em foco (doc. 0885368, p. 1-6).

Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF (doc. 0885368, p. 1-6), bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio de cada licitante (doc. 0885365, p. 21). Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos (doc. 0885365).

Passo seguinte, verificou-se as condições das licitantes quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE** , na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **não** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar – e em relatório único, contendo as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, este subscrevente promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica de todos os participantes, conforme descrito a seguir:

1) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 21.425.192/0001-58 (doc. 0885368, p. 7-8).

Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsão editalícia, o Pregoeiro decidiu **HABILITAR** a licitante em foco.

3.6 Da manifestação de intenção de recurso

Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, **não** havendo nenhuma manifestação nesse sentido, conforme se extrai da **ATA DE REALIZAÇÃO** (doc. 0885370).

4. DA ADJUDICAÇÃO

Prejudicada a fase recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ nº 389 de 2007 em seu artigo 8.º, inciso X, o Pregoeiro decidiu **ADJUDICAR** o objeto do **Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-**

CPL/MP/PGJ à licitante que obtive o menor preço e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do **TERMO DE ADJUDICAÇÃO** (doc. 0885375) e **RESULTADO POR FORNECEDOR** (doc. 0885372), portanto, em favor da empresa abaixo relacionada:

4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 21.425.192./0001-58				
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	1000	R$ 49,50	R$ 49.500,00
2	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	1000	R$ 48,00	R$ 48.000,00
3	**Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S**	1000	R$ 62,00	R$ 62.000,00
4	**Ivanti EndPoint Manager PARTNUMBER = LDMSPMA-M**	300	R$ 50,00	R$ 15.000,00
5	**Ivanti Antivirus Manager - Add-on to IvantiSS PARTNUMBER = LDAV-BD-S**	300	R$ 48,00	R$ 14.400,00
6	**Ivanty Security Suite PARTNUMBER = LDSS-S**	300	R$ 62,00	R$ 18.600,00
7	**Ivanti Neurons Workspace Cloud PARTNUMBER = IN-WKSPACE-C**	200	R$ 55,00	R$ 11.000,00
8	**Ivanti Neurons Platform w/EPM Connector Cloud PARTNUMBER = IN-PlatformEPM-C**	200	R$ 20,00	R$ 4.000,00
9	**Ivanti Cloud Service Appliance PARTNUMBER = LDVCSA-L**	1	R$ 9.500,00	R$ 9.500,00
10	**Capacitação no IVANTI Management Suite**	1	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
TOTAL				**R$ 238.000,00**

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para a contratação do objeto do certame foi de **R$ 258.815,20** ***(duzentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos)***, e que o valor total da adjudicação decorrente do êxito da licitação em comento foi de **R$ 238.000,00** ***(duzentos e trinta e oito mil reais),*** consoante **RESULTADO POR FORNECEDOR** (doc. 0885372) e **TERMO DE**

ADJUDICAÇÃO (doc. 0885375).

Logo, a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 20.815,20** ***(vinte mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos)***, ou seja, uma **redução de aproximadamente 8,04% do valor estimado pela Administração.**

É o Relatório.

Manaus, 25 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 915/2022/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/08/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0885401** e o código CRC **33B3DE33**.

MINUTA Nº DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SEI N.º 2022.005064

Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do **OFÍCIO Nº 37.2022.DTIC.0809760.2022.005064**, bem como o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 25/08 e 26/08/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.*

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto, face à aceitação da proposta e preenchimento de todos os requisitos editalícios de habilitação exigidos, em favor da empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 21.425.192/0001-58, no valor total de **R$ 238.000,00** ***(duzentos e trinta e oito mil reais);***

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 42.2022.CPL. 0885401.2022.005064**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia **R$ 20.815,20** ***(vinte mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos),*** ou seja, uma **redução de aproximadamente 8,04% do valor estimado pela Administração.;**

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de

que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), xx de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/08/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0885684** e o código CRC **F04E2936**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 92.2022.CPL.0885687.2022.005064

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ-SRP, iniciado em 25 de agosto e encerrado em 26 de agosto do corrente ano;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de adjudicação e homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, Decreto Federal n.º 10.024/2019, e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo em epígrafe ao Exmo. Sr. Dr. **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** , para análise e pronunciamento decisório quanto à homologação do objeto do certame licitatório em espeque à empresa vencedora, caso assim entenda.

Manaus, 26 de agosto de 2022.

Edson Frederico Lima Paes Barreto

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 160/2022 - DOMPE, Ed. 2409, de 13.07.2022

Pregoeiro designado pela PORTARIA N° 915/2022/SUBADM

Matrícula n.º 001.042-1A

Documento assinado eletronicamente por **Edson Frederico Lima Paes Barreto**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/08/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0885687** e o código CRC **B4C6C4C5**.

DESPACHO Nº 514.2022.01AJ-SUBADM.0887440.2022.005064

PROCESSO SEI N.º 2022.005064

Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do **OFÍCIO Nº 37.2022.DTIC.0809760.2022.005064**, bem como o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 25/08 e 26/08/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a *contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos.*

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto, face à aceitação da proposta e preenchimento de todos os requisitos editalícios de habilitação exigidos, em favor da empresa **4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA** , inscrita no CNPJ N.º 21.425.192/0001-58, no valor total de **R$ 238.000,00** ***(duzentos e trinta e oito mil reais);***

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 42.2022.CPL.0885401.2022.005064**, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia **R$ 20.815,20** ***(vinte mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos)***, ou seja, uma **redução de aproximadamente 8,04% do valor estimado pela Administração.;**

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a **não** interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

R E S O L V E:

I – **HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ**, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 29 de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **George Pestana Vieira**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 29/08/2022, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0887440** e o código CRC **8E81DC2D**.

ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 29 de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 949/2022/SUBADM

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 205/2010, datado de 11.11.2010, com a redação dada pelo Ato Nº 004/2022/PGJ, datado de 10.01.2022, publicado em 11.01.2022, que regulamentou a concessão da Gratificação de Atuação do Ministério Público do Estado do Amazonas – GAMPE-E,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno nº 2022.016724 – SEI,

RESOLVE:

ATRIBUIR a Gratificação de Atuação do Ministério Público do Estado do Amazonas (GAMPE-E) ao servidor ANDREUS MONTEIRO DE FIGUEIREDO, Agente de Apoio - Administrativo, de forma proporcional aos dias trabalhados, fixada em 50% (cinquenta por cento) incidentes sobre o vencimento básico, para o desenvolvimento de atividades inerentes ao cargo efetivo junto às 22ª, 69ª, 86ª, 93ª e 100ª Promotorias de Justiça, com extensão do horário de trabalho até às 17 horas (com 01 hora de intervalo intrajornada), no período de 23/08/2022 a 14/10/2022, excetuando-se eventuais afastamentos.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 29 de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

REQUERIMENTO Nº 158842/2022

Interessado: Juliana Tuji Lima
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, resolve: SUSPENDER INTEGRALMENTE o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, anteriormente fixado de 03/02/2022 a 04/02/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2017, perfazendo o total de 2 dia(s) de dispensa, tendo em vista a imperiosa necessidade de serviço.
George Pestana Vieira
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

REQUERIMENTO Nº 164106/2022

Interessado: Raquel Farah da Cruz Brito
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, resolve: SUSPENDER INTEGRALMENTE o afastamento do(a) servidor(a) em epígrafe, anteriormente fixado de 11/04/2022 a 18/04/2022, em compensação aos serviços prestados à Justiça Eleitoral nas eleições de 2º turno do pleito 2018, perfazendo o total de 4 dia(s) de dispensa, tendo em vista a imperiosa necessidade de serviço.
George Pestana Vieira
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

REQUERIMENTO Nº 166029/2022

Interessado: Daniela Teixeira Antony
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER, ao(à) servidor(a) em epígrafe, o usufruto de 60 dia(s) de Licença Especial, referente ao quinquênio de 31/01/2014 a 30/01/2019, para fruição no período de de 24/10/2022 a 22/12/2022.
George Pestana Vieira
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

REQUERIMENTO Nº 169357/2022

Interessado: Giselle Christine Albuquerque dos Santos
A SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER, ao(à) servidor(a) em epígrafe, o usufruto de 30 dia(s) de Licença Especial, referente ao quinquênio de 05/12/2001 a 04/12/2006, para fruição no período de de 12/09/2022 a 11/10/2022.
George Pestana Vieira
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 514.2022.01AJ-SUBADM.0887440.2022.005064

PROCESSO SEI N.º 2022.005064
Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ

H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do OFÍCIO Nº 37.2022.DTIC.0809760.2022.005064, bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3.2022.DTIC.0785423.2022.005064;

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 25/08 e 26/08/2022, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças para solução de gerenciamento de endpoints denominada Ivanti Endpoint Manager e expansão tecnológica para gerenciamento de ativos de TI, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo capacitação, suporte técnico e garantia, visando atender das necessidades do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), conforme especificações e condições estabelecidas no edital e anexos;

CONSIDERANDO a adjudicação do objeto, face à aceitação da proposta e preenchimento de todos os requisitos editalícios de habilitação exigidos, em favor da empresa 4DEAL SOLUTIONS TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ N.º 21.425.192/0001-58, no valor total de R$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais);

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 42.2022.CPL.0885401.2022.005064, no qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia R$ 20.815,20 (vinte mil

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE - Ed. 2441 - 29.08.2022 - Desp. Homologação (0887913) SEI 2022.005064 / pg. 331

oitocentos e quinze reais e vinte centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 8,04% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, do Ato PGJ n.º 322 e 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a não interposição de Recurso, por parte dos interessados, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.039/2022-CPL/MP/PGJ, em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 29 de agosto de 2022.

GEORGE PESTANA VIEIRA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenador de Despesas

ATOS DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO/CPJ Nº 016/2022-CPJ

EXTRATO

A PRESIDENTE DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em substituição, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a decisão, por unanimidade dos votantes, em sessão ordinária do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em 1.º de julho de 2022, por videoconferência;

RESOLVE:

CONHECER e NEGAR PROVIMENTO, ao recurso formulado por meio do Memorando n.º 300.2020.CAO-CRIMO.0571737.2020.005226, com a consequente manutenção da decisão constante do Despacho n.º 146.2020.06AJ-SUBADM.0570579.2020. 005226, ratificada pelo Douto Procurador-Geral de Justiça.

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 1.º de julho de 2022.

RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS
Presidente do e. CPJ, em substituição e Relatora

RESOLUÇÃO/CPJ Nº 017/2022-CPJ

EXTRATO

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em substituição, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a decisão, por unanimidade dos votantes, em sessão ordinária do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, realizada em 1.º de julho de 2022, por videoconferência;

RESOLVE:

APROVAR a proposta de implantação do “Programa Adolescente Aprendiz”, no patamar de 5 (cinco) vagas, sob a supervisão do CAO-IJ.

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 1.º de julho de 2022.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Presidente do e. CPJ, em substituição

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO/CSMP Nº 061/2022-CSMP

EXTRATO

O PRESIDENTE DO COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a decisão do c. Conselho Superior do Ministério Público, em sessão ordinária, realizada em 08 de julho de 2022, por videoconferência;

RESOLVE:
(EM ANEXO)

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO C. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Manaus (Am.), 08 de julho de 2022.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Presidente do c. CSMP

RESOLUÇÃO/CSMP Nº 064/2022-CSMP

EXTRATO

O PRESIDENTE DO COLENDO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a decisão do c. Conselho Superior do Ministério Público, em sessão ordinária, realizada em 22 de julho de 2022, por videoconferência;

RESOLVE:
(EM ANEXO)

Dê-se ciência, registre-se, cumpra-se e publique-se.

PLENÁRIO VIRTUAL DO C. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em Manaus (Am.), 22 de julho de 2022.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Presidente do c. CSMP, em substituição

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
George Pestana Vieira
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Lílian Maria Pires Stone

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Públio Caio Bessa Cyrino
José Bernardo Ferreira Júnior
Adelton Albuquerque Matos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva